



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

MELISSA SALINAS RUIZ

**O TRABALHO FEMININO NA ATUALIDADE: PERSPECTIVAS A PARTIR DO
CONTO *SORTE TEVE A SANDRA* DE LUIZ RUFFATO**

**FOZ DO IGUAÇU – PR
2018**

MELISSA SALINAS RUIZ

O TRABALHO FEMININO NA ATUALIDADE: PERSPECTIVAS A PARTIR DO
CONTO *SORTE TEVE A SANDRA* DE LUIZ RUFFATO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras; nível Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Foz do Iguaçu para obtenção do título de mestre. Linha de pesquisa: Linguagem, Cultura e Identidade. Orientadora: Profa. Dra. Josiele Kaminski Corso Ozelame.

FOZ DO IGUAÇU – PR
2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Ruiz, Melissa

O trabalho feminino na atualidade : perspectivas a partir do conto "Sorte teve a Sandra" de Luiz Ruffato / Melissa Ruiz; orientador(a), Josiele Ozelame, 2018.
93 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2018.

1. Literatura. 2. Mulher. 3. Trabalho. 4. Sociedade. I. Ozelame, Josiele. II. Título.

MELISSA SALINAS RUIZ

**O TRABALHO FEMININO NA ATUALIDADE: PERSPECTIVAS A PARTIR DO
CONTO *SORTE TEVE A SANDRA DE LUIZ RUFFATO***

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de Concentração em Trabalho, Política e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Marcelo Marinho
Universidade Federal da Integração Latino Americana
Membro efetivo (convidado)

Profa. Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Membro efetivo

Profa. Dra. Josiele Kaminski Corso Ozelame
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Orientadora

Foz do Iguaçu, 02 de março de 2018.

AGRADECIMENTOS

Uma jornada como é a do mestrado não se vence sozinha. Por esse motivo, mais do que justo dedicar algumas linhas àqueles que tanto me ajudaram e motivaram.

A Deus, pela força para enfrentar os obstáculos e pelas inúmeras bençãos também.

Ao meu pai, professor doutor Daniel Salinas, pelo seu exemplo de profissionalismo e disciplina acadêmica, demonstrando que é possível *sim* ser um pai presente e amoroso *e* um excelente pesquisador. Agradeço pelo carinho, por me insistir a tentar o doutorado, pelas viagens! Mais que um pai, um ótimo companheiro pra conhecer este “mundão”.

A meu amor, Rafael Scheffmacher. Por ter me respaldado nos momentos difíceis que passei, pelo incentivo incondicional a todos os meus projetos, por me fazer sorrir todos os dias. Quando te conheci – na Unioeste, vejam bem – não imaginava que, por trás dos olhos verdes – *verdes*, não azuis – havia a promessa de um futuro. Obrigada por tornar a “caminhada da vida” tão agradável quanto a meta.

A meus queridíssimos sogros, Inês e José Orildo. É um prazer ter em meu cotidiano pessoas tão divertidas e com uma história de vida tão admirável.

Demonstrando que “pra estar junto não precisa estar perto”, nada teria sido possível sem minha avó maravilhosa, Maria Magdalena. E não falo somente do mestrado! Meu maior presente sempre será poder viajar para te encontrar!

E não dá pra falar de minha avó sem mencionar “Chachi”, minha tia/mãe/cúmplice. Pela melhor risada e pela melhor companhia, quando estamos juntas percebo que a felicidade, de fato está nas pequenas coisas.

Em *A casa dos espíritos*, Isabel Allende chama uma de suas personagens de “Rosa, a bela”. Assim como a escritora, eu também não posso esquecer de *minha* bela rosa, Rosy Ruiz. Tão linda por fora quanto é por dentro, ter você na minha vida me dá a certeza de que a distância

não é nada quando o amor é verdadeiro e intenso. Esta conquista é sua também, minha segunda mãe.

Outra pessoa que está longe – mas se faz tão próxima! – é meu tio Alfonso. Um verdadeiro poço de carinho e alegria, que me motiva a levar a vida com leveza.

Praticamente da família, agradeço também minha melhor amiga Vanessa. Diferentes e, ao mesmo tempo, tão iguais, obrigada por todo o seu incentivo!

Qualquer um pensaria que, dentro do mestrado, se ganha somente conhecimento. E era realmente o que eu achava. Felizmente, esses dois anos me trouxeram muito mais do que isso. Jefferson, meu irmão – gostei da definição, vou usar – de orientação! Tenho tanto a agradecer que nem sei por onde começar. A ajuda, os trabalhos juntos, apresentações, organizações de eventos...E risadas, né? Obrigada pela melhor companhia que alguém poderia ter dentro da universidade!

Minha “companheira de almoço” Viviane Welter é outra joia preciosa do mestrado. Mãe, amiga, profissional, um super exemplo! Dou graças a Deus porque vai me acompanhar no doutorado também!

Não se faz universidade sem professores, por isso meu sincero agradecimento a todos os professores do PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras. Especialmente a Josiele Kaminski Corso Ozelame, muito mais do que uma orientadora: exemplo a ser seguido. Imensamente grata em ter seu conhecimento e sua doçura me guiando pelos dois anos de mestrado. Como dizem, “o que tiver de bom é seu, as falhas são exclusivamente minhas”.

A meu anjo, avô Alfonso. Das aulas de matemática. Do jogo de baralho. Do amor incondicional. Sinto-me feliz pois sei que, lá do céu, está sorrindo pra mim, orgulhoso.

E, por falar em anjo... Mãe, minha “madrecita”. Como resumir em algumas linhas uma história de amor que dura quase vinte e seis anos? Não digo que te amo enquanto eu respirar porque sei que continuarei te amando quando nos reencontrarmos, lá no céu. Dou graças por ter conseguido cuidar de mim e de você nestes dois anos, porque Deus sabe que, se não desse, eu teria cuidado só de você.

Alby, Albita, um nome peculiar, digno da sua pessoa. Mãe amiga, mãe cúmplice, mãe protetora. Sua memória me dá forças e é graças a ela que continuo aqui, firme. Afinal, você queria netos, e um dia eles virão. E saberão quão incrível você foi.

Certa vez ouvi que Deus reserva as mais árduas batalhas a seus melhores guerreiros. Foi o que ocorreu com a gente. Mãe, obrigada por ter me demonstrado que a fragilidade do corpo não é nada ante a grandeza do espírito. Por ter rido comigo, até os últimos momentos. Por ter me demonstrado que, quando tudo parece falhar, ainda há o amor. E este sempre vence, pois engrandece os momentos felizes e consola nos tristes.

Mãe, mais do que este trabalho, te dedico tudo o que sou. Sempre.

A harmful truth is better than a useful lie.

THOMAS MANN

RUIZ, Melissa Salinas. **O trabalho feminino na atualidade: perspectivas a partir do conto *Sorte teve a Sandra*, de Luiz Ruffato**. 2018. 93f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

RESUMO

A obra literária, ao integrar a cultura, se vincula à realidade social onde está inserida e pode ser utilizada para problematizar aspectos da sociedade. Desta forma, o estudo contempla o conto *Sorte teve a Sandra*, de Luiz Ruffato, a fim de discorrer sobre a mulher trabalhadora contemporânea. O objetivo desta proposta é, a partir da obra literária, discutir algumas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres na tentativa de se inserir no mercado de trabalho formal. Para tanto, busca o diálogo entre literatura, cultura, linguagem e sociedade a partir dos estudos como os de Antonio Candido, Mary del Priori e Leyla Perroné-Moisés. No que concerne ao tema de trabalho e gênero, orienta-se nas pesquisas de Michelle Perrot, Cristina Bruschini, entre outros. Finalmente, para a análise literária e consequente reflexão sobre a relação entre problemáticas ficcionais e sociais, recorre a Regina Dalcastagnè, Domício Proença Filho e Antoine Compagnon. Conclui que a representatividade literária da mulher trabalhadora é benéfica para a literatura e para a sociedade, já que permite problematizar e evidenciar inúmeras questões reais.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Mulher. Trabalho. Sociedade.

RUIZ, Melissa Salinas. **Female work nowadays: perspectives from the tale Sandra was lucky, by Luiz Ruffato**. 2018. 93f. Dissertation (Masters in Society, Culture and Frontiers) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

ABSTRACT

The literary work integrates culture, relates to the social environment and can be used to question aspects of society. Therefore, this study analyses the tale Sandra was lucky, by Luiz Ruffato, intending to discuss contemporary female workers. The objective of this work is, through the literary analysis, to evidence some of the difficulties faced by women when trying to enter the labor market. To accomplished that, pursues the dialogue between literature, culture, language and society, according to theorist such as Antonio Candido, Mary del Priori and Leyla Perroné-Moisés. Regarding the theme of gender and work, this study follows research by Michelle Perrot, Christina Bruschini, among others. Finally, the literary analyses and resulting problematizations concerning fictional and real aspects of female work are guided by authors Regina Dalcastagnè, Domício Proença Filho and Antoine Compagnon. Concludes that literary representativity of the female worker benefits both literature and society, because allows to problematize and emphasize several society issues.

KEY-WORDS: Literature. Woman. Work. Society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 BREVE ENSAIO SOBRE O TRABALHADOR NA SOCIEDADE E NA LITERATURA BRASILEIRA	13
1.1 UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO TRABALHO NO BRASIL.....	13
1.2 TRABALHO, SOCIEDADE, LITERATURA	23
1.3 ALGUMAS MANIFESTAÇÕES SOBRE O TRABALHO.....	29
2 O TRABALHO FEMININO NA SOCIEDADE E SUA RELAÇÃO COM A LITERATURA E CULTURA	38
2.1 O BRASIL COLÔNIA E AS MULHERES	39
2.2 QUESTÕES DE GÊNERO, ARTE E LITERATURA.....	47
2.3 ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO FEMININO NA LITERATURA BRASILEIRA	53
3 UMA ANÁLISE DE <i>SORTE TEVE A SANDRA</i>.....	61
3.1 LUIZ RUFFATO E O <i>INFERNO PROVISÓRIO</i> , POR LUIZ RUFFATO	61
3.2 O ENREDO E PERSONAGENS DE <i>SORTE TEVE A SANDRA</i>	68
3.3 PROBLEMÁTICAS FICCIONAIS E REAIS	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho fomenta a discussão referente às maneiras como este recebe tais mulheres. A fim de coibir eventuais abusos, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, dedica Seção específica à proteção do trabalho da mulher, com garantias como a proibição de exigência de atestados médicos para comprovar esterilidade ou gravidez (Art. 373-A, inciso IV), entre outras. No entanto, diversos fatores conduzem à percepção de que somente a proteção legislativa não garante a equidade entre os sexos no ambiente de trabalho. A disparidade salarial existente entre homens e mulheres no desempenho da mesma espécie de função, a grande presença feminina no mercado de trabalho informal, são apenas algumas das problemáticas existentes no âmbito nacional.

Essa incongruência entre proteção legislativa e as práticas sociais dentro do ambiente de trabalho conduziram ao desejo de investigar de maneira diferenciada as dinâmicas sociais envolvendo a relação entre mulheres e trabalho. A impossibilidade de o texto legal, por si só, proteger a mulher de abusos nas relações trabalhistas torna relevantes as análises que dissertem a respeito dos elementos sociais, culturais e institucionais que impossibilitam a plena inserção da mulher no mercado de trabalho. Ademais, perseguir a equidade de gênero no âmbito de trabalho, no qual a predominância masculina fez-se latente ao longo de séculos, constitui relevante passo na superação da dominação de gênero que se vislumbra na sociedade brasileira.

Tendo em vista o exposto, nota-se que discutir sobre mulher e trabalho perpassa o aspecto legislativo, porém não se restringe a este. Aspectos como família, maternidade e cor são apenas alguns dos itens que influenciam na relação entre mulheres e mercado de trabalho, assim requerendo-se que um estudo sobre o tema possa abranger essa multiplicidade de enfoques.

A literatura, devido a seu alto potencial subjetivo, constitui fonte digna de análise na busca de uma compreensão mais holística da realidade. A escolha de um texto literário para nortear a discussão sobre o trabalho feminino busca ressaltar a importância de identificar os elementos que influem na construção das teias de significação vivenciadas em nossa sociedade. Em adição, se a proteção feminina existente na CLT, muitas vezes, não se configura, urge recorrer a outras literaturas e fontes que possam fornecer um panorama social contemporâneo mais completo.

A complexidade da relação entre mercado de trabalho e gênero existente em nossa sociedade justifica uma pesquisa interdisciplinar. E, sendo a interdisciplinaridade uma interação

entre disciplinas que visa a contribuições simultâneas em distintas áreas, a presente pesquisa contribui, também, no âmbito literário.

A relação da personagem feminina com o trabalho é complexa e digna de estudo, pois vai contra muitos estereótipos da feminilidade que se fizeram presentes em diversas obras literárias e, também, na sociedade. O grande número de personagens femininas estereotipadas e distantes do protagonismo, ao longo da literatura brasileira, torna necessário estudos que ressaltem a importância de representações diversificadas da feminilidade. Portanto, um estudo que discorra a respeito do modo como a literatura apresenta o trabalho feminino justifica-se na aludida necessidade de superação de estereótipos sobre a mulher dentro da literatura.

A escolha do conto *Sorte teve a Sandra* de Luiz Ruffato, portanto, foi efetuada devido às múltiplas reflexões, que este possibilita, a respeito da relação da protagonista Sandra com o mercado de trabalho. De modo complementar, o fato de o conto pertencer ao livro *Domingos sem Deus*, o qual integra a pentalogia *Inferno Provisório*, agrega relevância ao conto no que tange à problematização das questões laborais. Ao escrever os cinco livros que compõe o *Inferno Provisório*, o autor visou apresentar a vivência do trabalhador brasileiro, em suas mazelas e complexidades.

Por conseguinte, a presente pesquisa se utiliza do método qualitativo e da pesquisa bibliográfica, recorrendo a autores que problematizam as questões de gênero no âmbito trabalhista e literário, tais quais Michelle Perrot e Lúcia Osana Zolin. Quanto à possibilidade de enfoque interdisciplinar entre Sociologia, História e Literatura, dialoga-se com os enfoques de Antonio Candido, Leyla Perroné-Moisés, entre outros.

A pesquisa se estruturará em três capítulos. No primeiro, uma breve retrospectiva histórica do trabalho no Brasil sem, neste momento, focar nas peculiaridades da experiência trabalhista feminina. Logo, se expõe a importância do uso da literatura na busca de um conhecimento mais aprofundado sobre as maneiras como o trabalho influi na sociedade contemporânea. Encerra-se, por fim, o primeiro capítulo apresentando algumas representações literárias do trabalho masculino existentes na literatura nacional.

No segundo capítulo, nova retrospectiva do trabalho se realiza, porém com ênfase no trabalho feminino. Assim o conhecimento prévio sobre a experiência do trabalhador do sexo masculino vai apresentar as acentuadas diferenças existentes na maneira como ambos gêneros se integraram no âmbito trabalhista. Em seguida, discute-se a respeito das formas de representação da mulher na literatura e demais formas de arte, bem como o predomínio da figura masculina na produção de arte. O tópico que conclui o capítulo, por fim, trata das características

predominantes do personagem feminino no decorrer da literatura brasileira, relacionando-as em sua compatibilidade – ou não – com a independência pessoal e laboral.

Finalmente, o terceiro capítulo apresentará o autor Luiz Ruffato e comentará brevemente os romances que compõem o *Inferno Provisório* para, em seguida, realizar a análise do conto *Sorte teve a Sandra*. A fim de empreender o estudo da narrativa, utiliza-se a seguinte estrutura: apresentação do enredo, dos personagens e, problematização dos obstáculos enfrentados pela personagem Sandra, relacionando-os à realidade brasileira contemporânea.

Nesse sentido, as considerações finais encerram as problematizações realizadas no decorrer da pesquisa

1 BREVE ENSAIO SOBRE O TRABALHADOR NA SOCIEDADE E NA LITERATURA BRASILEIRA

A fim de alcançar melhor compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas envolvendo o trabalho feminino, considera-se necessário conhecer como foram se modificando as formas de trabalho no decorrer da história brasileira. Em razão disto será apresentada breve retrospectiva histórica do trabalho no Brasil, inicialmente sem ênfase na distinção de vivências em função de gênero. Almeja-se, dessa forma, tratar, num primeiro momento, de aspectos históricos, econômicos e sociais gerais referentes ao aspecto laboral.

1.1 UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO TRABALHO NO BRASIL

O conto *Sorte teve a Sandra* apresenta a trajetória de uma jovem do interior que, através de seu trabalho, tenta melhorar sua condição de vida e alcançar sucesso na capital carioca. Contudo, depara-se com condições de trabalho precárias, abusos e pouca receptividade no mercado formal.

De cunho ficcional, a história de Sandra permite refletir a respeito do preconceito de gênero no âmbito trabalhista e questionar sua existência na sociedade brasileira. Porém, previamente à análise dos aspectos referentes ao trabalho feminino no Brasil, considera-se relevante realizar uma breve retrospectiva histórica do trabalho no Brasil, a fim de poder identificar as maneiras como a experiência feminina e masculina diferem no aspecto trabalhista.

O trabalho existente no Brasil no período anterior à colonização tinha por cerne atividades de caça, pesca e mineração, mas que voltavam-se apenas à subsistência. Conforme expõe Antunes:

Nessa fase pré-colonial, o trabalho coletivo era o pilar da produção. Foi somente no fim do século XV que se iniciou um enorme processo de colonização que marcou a história do trabalho no nosso continente (ANTUNES, 2011, p.17).

Tais moldes iriam se alterar consideravelmente com a presença dos colonizadores europeus no continente americano. Cabe, no entanto, ressaltar os distintos interesses que orientaram a colonização da América, os quais conduziram à criação de “colônias de

povoamento” na América do Norte e “colônias de exploração” na América do Sul. (ANTUNES, 2011).

Sintetiza Antunes sobre os interesses europeus na América Latina:

Impulsionada pela expansão comercial que caracterizava a acumulação primitiva, em curso na Europa, a América Latina passou a ser cobiçada pela nascente burguesia mercantil e pelos Estados nacionais recém-constituídos no velho continente. Foi assim que se iniciou o processo de colonização europeia na América Latina (ANTUNES, 2011, p. 17).

A mão de obra aborígine foi então utilizada a fim de possibilitar a exploração das muitas riquezas encontradas na América Latina. O sistema era chamado de *encomiendas* e consistia em relação na qual o autóctone não mais encarregava-se de sua subsistência. Esta passaria a ser garantida pelo colono, em troca do trabalho do nativo. (ANTUNES, 2011). Referida relação, no entanto, era mediada pela visão de mundo europeia do colonizador, que percebia na alteridade indígena a evidência de sua inferioridade. Consequentemente, as ações do europeu não eram compreendidas por estes em todo o seu caráter abusivo e exploratório.

A fim de melhor compreender a percepção da Europa Ibérica sobre o trabalho, recorre-se à análise de Holanda (1995). De acordo com o autor, a percepção de mundo ibérica se relacionava intimamente ao cristianismo católico. Dessa maneira, a moralidade ibérica não enxergava no trabalho um mandamento divino, conforme ocorria com o protestantismo.

Sendo o ideal uma “digna ociosidade” (Holanda, 1995, p.38) as práticas escravocratas iam de encontro aos valores prezados na época. A subjugação e decorrente escravidão de negros oriundos da África, fez com que estes substituíssem a mão de obra indígena no trabalho dentro das colônias, principalmente nas lavouras e no engenho. A existência de uma burguesia na Europa voltada para o comércio e que adotou o tráfico humano como prática comercial lucrativa, conduziu à ampla disseminação do *escravismo colonial*, tanto em territórios de domínio espanhol quanto português (ANTUNES, 2011).

O destaque propiciado ao escravo negro africano nos relatos históricos referentes a esse período poderia levar à crença de que o indígena não sofreu grave violência. De acordo com Celso Furtado (2005) os povos originários brasileiros também foram submetidos a severos abusos. Portanto, além da violência simbólica que sofreram, ao terem sua cultura e estilo de vida repudiados, os autóctones, no período colonial, sofriam violência física também.

O declínio da escravidão indígena foi sucedido pela escravidão africana. Novamente, a alteridade fornecia “justificativa” à subjugação dos negros, referidos como “coisas” nos próprios escritos oficiais do período. Tal mentalidade naturalizava a comercialização dos

escravos, os quais tinham seu valor dissociado de sua natureza humana, deslocado para a sua capacidade de trabalho.

No século XIX, entretanto, a redução da importação de negros da África e o decorrente aumento dos preços enfraqueceram a busca pelos escravos e conduziram ao aumento da procura pelos trabalhadores livres (FURTADO, 2005).

O número de escravos reduzidos pela ausência de importação e também pelos altos índices de mortalidade destes, em detrimento das baixas taxas de natalidade, gerava alta demanda de mão de obra, a qual não podia ser suprida pelos trabalhadores do setor de subsistência, destarte sua expansão. A questão da ausência de mão de obra, no Brasil, fazia-se particularmente grave pois, diferentemente das economias europeias, o crescimento econômico brasileiro não se relacionava à revolução tecnológica, mas à exploração de terras. Dessa maneira, era necessária muita mão de obra para explorar o amplo espaço territorial brasileiro.

Nesse período, embora fosse menor a presença do trabalho escravo, existia outro tipo de relação laboral na qual o trabalhador propiciava sua força de trabalho em troca de uma remuneração precária. Trabalhando no setor de subsistência encontrava-se o “roceiro”, trabalhador encarregado da “roça”, pequena parcela de terra da qual, junto a seu núcleo familiar, o roceiro obtinha sua subsistência. A remuneração, que recebia do proprietário da terra, sempre numa quantidade ínfima, obtém por desempenhar uma variedade de atividades, de acordo com a necessidade do grande proprietário. Sintetiza Furtado (2005, p. 122) explanando que “no âmbito da roça, o sistema é exclusivamente de subsistência; no âmbito da unidade maior é misto [...]”.

As técnicas de produção utilizadas pelo roceiro eram as mais rudimentares, bem como sua maneira de explorar novos territórios. Quando era necessário limpar um terreno, cortavam as árvores de maior envergadura e, logo após recorriam ao fogo. Técnicas rudimentares, às quais o roceiro recorria em razão da simplicidade de seus costumes e da ausência de relação entre este e o eventual lucro da terra. Independentemente do valor obtido na colheita, a quantia destinada ao roceiro era baixíssima (FURTADO, 2005).

A relação entre roceiro e senhor, a fim de ser melhor compreendida, deve ser percebida em seus aspectos simbólicos. Na estrutura social em que o roceiro estava inserido, os valores econômicos eram percebidos como de pouca relevância, aspecto fomentado pelo próprio senhor. Isto propiciava ao roceiro perceber-se como figura social de destaque, haja vista a confiança que o dono das terras constantemente lhe depositava.

Porém, a complexidade inerente às dinâmicas sociais torna necessário ressaltar que, assim como ocorria entre indígenas e negros explorados, haviam práticas de resistência também

entre os roceiros. Segundo Borges (2013, p.63), o elevado número de processos-crime da época demonstra que o roceiro também se posicionava contra as injustiças percebidas nas relações sociais e trabalhistas. Nas palavras do autor, “as relações amenas e a docilidade, se presentes em um ou outro caso, não podem ser vistas como modelo explicativo dessa realidade.”

Em razão do baixo custo do roceiro, era conveniente aos grandes proprietários contratá-los, apesar da baixa produtividade. Outro benefício consistia na possibilidade de convocá-lo a qualquer tempo e para qualquer tipo de atividade. Porém, tais vantagens não se aplicavam à grande lavoura, a qual enfrentava severo impasse. Impossibilitada de empregar os roceiros, tampouco podia recorrer aos trabalhadores livres do setor de subsistência, pois isto requeria auxílio dos grandes proprietários de terra, a qual não seria obtida já que contrariava os interesses destes (FURTADO, 2005).

Tampouco a mão de obra urbana livre poderia resolver a questão da falta de trabalhadores. Habitados ao trabalho urbano, isto os tornava pouco desejáveis para o labor das fazendas (FURTADO, 2005). Os trabalhadores livres brasileiros, em suma, não poderiam suprir a grande demanda de mão de obra, essencial à expansão econômica do Brasil.

A imigração de trabalhadores europeus surgiu como uma possível solução a esse impasse. Entretanto, as colônias formadas pelo Império onde instalaram-se os europeus imigrantes não possuíam vigor econômico. O trabalho do imigrante europeu era amplamente valorizado, no entanto, apenas devido à crença na superioridade europeia.

As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja "raça" era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país. Era essa uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E, quase sempre, quando após os vultosos gastos, se deixava a colônia entregue a suas próprias forças, ela tendia a definhar, envolvendo em simples economia de subsistência (FURTADO, 2005, p. 126).

Sendo esta imigração custeada totalmente pelo Império, fazia-se dispendiosa e pouco condizente com as necessidades econômicas da grande lavoura. Tendo isto em vista, em 1852 um proeminente senhor do meio cafeeiro, o senador Vergueiro, dispôs uma alternativa à imigração cujos custos recaíam não no governo, mas no próprio imigrante. Tendo sua viagem ao Brasil financiada pelo Império, o trabalhador era logo compelido a assinar documento no qual se comprometia a trabalhar até pagar o montante total da dívida. Claramente abusiva, esta modalidade não tardou em produzir reflexos a nível internacional, em países como a Alemanha posicionando-se para advertir os trabalhadores que visavam emigrar para o Brasil. No entanto,

através das reivindicações decorrentes da implantação do sistema de parceria se possibilitou incrementar a situação do trabalhador tido como “livre” no Brasil, fora da exploração explícita das práticas escravocratas (FALEIROS e SOUZA, 2012).

Tornando-se o sistema de parceria o regime mais difundido, urgia a melhora nas condições trabalhistas a fim de possibilitar o aumento da mão de obra, sobretudo graças ao aumento do preço do café e do algodão. Efetuou-se, portanto, uma relevante mudança no sistema de pagamento. Anteriormente, o trabalhador era remunerado num sistema de parceria, no qual o colono não tinha uma renda certa, pois esta sujeitava-se aos lucros obtidos na colheita. Em adição, estava sujeito a diversas cláusulas contratuais injustas impostas pelo senhor, tais quais a possibilidade de ser transferido a qualquer tempo e o pagamento de uma taxa de 400 réis como taxa de beneficiamento (FALEIROS e SOUZA, 2012). Já em 1860, passa a remuneração a funcionar num “sistema misto”, no qual o trabalhador contava com a garantia de parcela de sua remuneração – o salário base – além de um valor que seria acrescido de acordo com a produtividade da colheita (MACHADO, 1980).

Outra relevante modificação ocorreu em 1870, desonerando o colono dos custos da viagem de imigração. A partir de então, o governo imperial subsidiaria a viagem do trabalhador imigrante e o fazendeiro se encarregaria de cobrir os gastos dos trabalhadores em seu primeiro ano na lavoura (FURTADO, 2005).

O grande fluxo de imigrantes europeus na lavoura cafeeira incentivou outro movimento migratório de trabalhadores, porém dentro do Brasil. A região amazônica, afirma Furtado, era rica em um produto de elevada demanda a nível internacional.

De crescente demanda, a borracha concentrada na bacia amazônica constituía produto de suma rentabilidade. Seu caráter extrativo, no entanto, impossibilitava que a produção se igualasse à demanda. Dessa forma, a solução encontrada foi extrair da Amazônia a maior quantidade possível de borracha (MACHADO, 1980).

Não era possível incrementar a produção de borracha na bacia amazônica pois o índice populacional da região era muito baixo. Assim o sendo, o crescimento do setor da borracha, conforme ocorreu com a lavoura de café, dependeria do sucesso das estratégias de obtenção de mão de obra (FURTADO, 2005). Destaca-se, quanto a isto, a falta de interesse em propiciar condições dignas ao trabalhador, tornando-se a busca por trabalhadores restrita a captar o maior número de pessoas em troca da menor remuneração possível.

Satisfeita a demanda de mão de obra nas grandes lavouras cafeeiras pelo fluxo de imigração proveniente da Europa, o deslocamento de trabalhadores nordestinos para a região amazônica possibilitou o aumento da extração e exportação da borracha. Porém, a despeito dos

europeus e nordestinos terem sido trabalhadores migrantes, muitas eram as disparidades entre ambos os grupos sociais.

Notórias, nesse período, são as distinções entre os fluxos migratórios ocorrentes no Brasil entre os séculos XIX e XX. Ao trabalhador europeu, respaldado por uma sociedade crente na superioridade eurocêntrica, o governo pagava todas as despesas, encontrando melhores condições de trabalho nas lavouras brasileiras. Já ao trabalhador nordestino, que se deslocava do Nordeste ao Norte para extrair a borracha, restavam as dívidas, as quais começavam antes mesmo de que iniciasse o serviço. A dívida, que começava com os custos da viagem, aumentava com a necessidade de mantimentos, pois se via forçado a adquiri-los com o patrão. Finalmente, a forçosa sujeição ao isolamento da floresta amazônica e às suas condições insalubres completavam o miserável cenário ao qual o trabalhador nordestino se via forçado a se submeter (MACHADO, 1980).

Intrinsecamente relacionado o trabalho do migrante nordestino às flutuações do preço da borracha, a queda do valor desta refletia nas condições de trabalho. Se, em si, o trabalho do nordestino na Amazônia realizava-se em moldes muito mais precários do que os do imigrante europeu, quando os preços da borracha caíam as condições de trabalho pioravam na mesma proporção. A baixa remuneração fazia o trabalhador voltar-se à caça e pesca, logo encontrando-se numa situação precária de subsistência (FURTADO, 2005). Destaca-se que o imaginário colonial contribuiu para a existência de melhores condições para os trabalhadores colonos. Advindos da Europa, sua superioridade em relação ao trabalhador nacional fazia-se reflexo direto do eurocentrismo, existente não apenas nas relações simbólicas e sociais, mas também, econômicas e políticas.

Sobre o trabalho no final do século XIX, Ricardo Antunes expõe:

[...] a partir da segunda metade do século XIX, que começou a se formar a classe trabalhadora latino-americana, centrada principalmente nos centros exploradores de salitre, cobre, prata, carvão, gás e petróleo, na indústria têxtil, nos serviços portuários e ferroviários, na construção civil e em pequenos estabelecimentos fabris (2011, p.19).

A crescente importância do setor assalariado no Brasil repercutiu no desenvolvimento do mercado interno no país. Neste âmbito, a produção nacional voltada à exportação foi determinante, haja vista o trabalho assalariado ter se instaurado no Brasil em função dessa (ANTUNES, 2011). A existência de trabalhadores assalariados a buscar bens de consumo levou à expansão do setor industrial, conforme explica Antunes (2011, p.19):

Inicialmente, portanto, a diversificação dos negócios surgiu das demandas da própria economia agroexportadora, que carecia das indústrias têxtil, alimentícia, metalúrgica etc. Pouco a pouco, especialmente na primeira metade do século XX, estas foram se tornando autônomas, suplantando as próprias atividades rurais, que lhe deram origem. Além disso, ao mesmo tempo que a indústria foi impulsionada pela demanda interna e pelas necessidades de acumulação das burguesias em desenvolvimento, a Primeira Guerra Mundial possibilitou um avanço significativo do processo de industrialização, o que fez com que um forte fluxo migratório de trabalhadores europeus viesse para este continente (principalmente para o Brasil, a Argentina e o Uruguai) em busca de trabalho.

Muito embora a expansão do capitalismo em nível global impulsionasse o trabalho assalariado, como forma de constituir mercado consumidor, a classe trabalhadora na América Latina – nisto inserida a brasileira – distingue-se das constituídas nas nações hegemônicas. Assim, afirma-se devido à rápida transição, em comparação à Europa, do trabalho rural e pecuário precarizado ao trabalho assalariado nos polos industriais. Se na Europa as técnicas de trabalho evoluíram paulatinamente, ao longo de séculos, a ausência de uma fase intermediária de transição – como o feudalismo – na América Latina facilitou a exploração dos novos trabalhadores assalariados industriais (Antunes, 2011). As técnicas de trabalho rudimentares dificultavam o empoderamento do trabalhador brasileiro, ao mecanizar suas ações, desvinculando-o do produto final. O trabalho industrial, sobretudo, limitava o obreiro a poucas operações que deveriam ser repetidas à exaustão. O labor passa a ser exercido apenas em função da remuneração monetária, eliminando-se os demais aspectos valorativos que, embora não monetários, agregavam simbolismo ao ato de trabalhar.

No século XX há no Brasil o rápido aumento da importância da classe trabalhadora assalariada do setor industrial, como demonstra Ricardo Antunes (2011, p. 19):

[...] a diversificação dos negócios surgiu das demandas da própria economia agroexportadora, que carecia das indústrias têxtil, alimentícia, metalúrgica, etc. Pouco a pouco, especialmente na primeira metade do século XX, estas foram se tornando autônomas, suplantando as próprias atividades rurais que lhe deram origem.

Nesse sentido, o trabalho nas indústrias brasileiras dessa época se orientava de acordo com os modelos fordista e taylorista¹, surgidos no início do século XX e que rapidamente hegemonizam as práticas trabalhistas dentro das indústrias nacionais.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, experimentado especialmente pela indústria automobilística norte-americana do início do século XX, ocorre o

¹ O fordismo e o taylorismo são modelos de produção que visavam maximizar o ganho através do controle do tempo, simplificação das tarefas, produção em massa, entre outras modificações que almejaram incrementar ao máximo o potencial produtivo dos operários (PINTO, 2013).

florescimento e a expansão do taylorismo e do fordismo, que acabaram por conformar o desenho da indústria e do processo de trabalho em escalas planetárias. Seus elementos centrais podem ser assim resumidos:

1. Vigência da produção em massa, realizada por meio da linha de montagem e produção mais homogênea;
2. Controle dos tempos e movimentos por meio do cronômetro taylorista e da produção em série fordista;
3. Existência do trabalho parcelar e da fragmentação das funções;
 - a. Separação entre a *elaboração*, cuja responsabilidade era atribuída à gerência científica, e a *execução* do processo de trabalho, efetivado pelo operariado no chão da fábrica;
4. Existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas; (ANTUNES, 2011, p.22).

Nesse contexto, os trabalhadores industriais não tardaram a requerer uma regulamentação que lhes permitisse melhores condições laborais. Cita Antunes (2011) que, referidos trabalhadores organizaram-se em grupos desde o século XIX para obterem benefícios e proteção. Porém é apenas na década de 30, após o golpe de Getúlio Vargas, que é implementada uma legislação trabalhista.

A prática laboral de então não era protegida, estando os trabalhadores desprovidos de garantias que, atualmente, são tidas como elementares. Chega a afirmar Castillo (1984) que, a falência a nível global do taylorismo se deve à maior possibilidade dos trabalhadores de resistirem às práticas abusivas no âmbito trabalhista.

Como tal, referidos abusos faziam-se manifestos nas dinâmicas trabalhistas brasileiras. Direito a férias, a repouso semanal remunerado, à greve, etc. eram necessários para humanizar a prática trabalhista, até então orientada a “valorizar” os trabalhadores não em seus aspectos de humanidade, mas em seu potencial produtivo. Os novos direitos propiciados aos trabalhadores pelo governo Vargas podem parecer um paradoxo se não se conhecerem as motivações estratégicas de tal apoio.

A fim de compreender esse momento histórico urge saber que referido apoio era impulsionado, de fato, por um interesse governamental no apoio político das classes trabalhadoras, com ênfase no combate às classes dominantes do setor agrário e à crescente burguesia industrial. Se, por um lado, a criação de leis trabalhistas beneficiava aos obreiros, a resistência aos movimentos sindicais e às lideranças trabalhistas evidenciava o caráter meramente estratégico das reformas (ANTUNES, 2011).

Mudanças faziam-se necessárias pois os modelos taylorista e fordista, em prática nas fábricas brasileiras, situavam o obreiro numa posição de hipossuficiência, haja vista a desvalorização de suas funções ocasionada pela decomposição de atividades (taylorismo) e automatismo (fordismo) (PINTO, 2013). A redução de complexidade nas atividades trabalhistas, além da desvalorização simbólica do ato laboral, precariza a condição do

trabalhador, ao diminuir seu potencial de estabilidade trabalhista. Torna-se, dessa maneira, mais uma peça na engrenagem da máquina capitalista, descartável e de fácil substituição.

Ressalta-se que, embora incrementada a importância do setor industrial e, conseqüentemente, do trabalhador industrial assalariado, o trabalhador rural brasileiro também se organiza de forma a obter melhorias para seu nicho de atividade, pleiteando a reforma agrária e a ampliação das leis referentes ao trabalho agrícola (ANTUNES, 2011). Assim como o trabalhador industrial, o trabalhador rural também tem seu vínculo simbólico com o trabalho fragilizado. A ausência de terras para cultivar em seu próprio proveito – fruto da má distribuição a qual incrementa a dicotomia entre grande fazendeiro e trabalhador rural – as más condições de trabalho e a crescente ameaça de se ver substituído por maquinarias e novas tecnologias são apenas algumas das mazelas enfrentadas.

As organizações sindicais –relevantes agentes tanto na reivindicação de direitos trabalhistas, quanto na formação de uma identidade de classe – foram enfraquecidas pelo governo Vargas. Isto evidencia a intenção do governo em cercear a autonomia e influência dos trabalhadores, a despeito das novas leis trabalhistas instituídas.

De acordo com Druck (1996) os sindicatos são relevantes agentes nas relações de poder entre empregados e empregadores que, quando enfraquecidos, implicam uma precarização do trabalho. Observa-se nesse período, portanto, os primeiros indícios de um sistema econômico de, afirma Druck (1996), violência material e simbólica: o liberalismo.

O fim da Era Vargas levou à criação de uma nova Constituição, a de 1946², que manteve os benefícios que haviam sido conquistados pelos trabalhadores. Após o rigor da ditadura do Estado Novo, o país buscava democratizar-se, fortalecendo-se assim as minorias sociais e a classe trabalhadora. O golpe militar de 1964, no entanto, cerceou os direitos sociais, instaurando um regime ditatorial que outorgou a Carta Constitucional de 1967 e que passou a “legislar” por meio de Atos Institucionais.³

Disserta Antunes sobre esse momento histórico:

No Brasil, o golpe foi desencadeado em 1964, momento em que se desenvolveu um projeto capitalista dependente e subordinado, controlado por um Estado autocrático-burguês fortemente repressivo e ditatorial que reprimiu de maneira dura o movimento operário, desenvolvido durante os anos anteriores. O rebaixamento crescente dos

² Ao longo de sua história o Brasil possuiu sete Cartas Magnas: Constituição de 1824, Constituição de 1891, Constituição de 1934, Carta de 1937, Constituição de 1946, Carta de 1967 e a Constituição de 1988 (Werneck, 2002).

³ Utiliza-se a nomenclatura Carta Constitucional para as Constituições outorgadas pelo governo, não tendo sido votadas em Assembleia. A ditadura que se instaurou no Brasil a partir de 1964 utilizou-se amplamente dos Atos Institucionais para governar, decretos do executivo cujo peso superava o da Constituição, assim fragilizando a tripartição de poderes (Werneck, 2002).

salários dos trabalhadores possibilitou níveis de acumulação que atraíram o capital monopolista. Desse modo, a expansão capitalista industrial no Brasil intensificou sua tendência – presente, aliás, em toda a América Latina – de estruturar-se com base em um processo de superexploração do trabalho, articulando salários degradados, jornadas de trabalho extenuantes e extrema intensidade nos ritmos e tempos do trabalho, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado (ANTUNES, 2011, p. 32).

Tal situação conduziu a um intenso salto de industrialização, levando a uma “[...] significativa ampliação na classe trabalhadora” (ANTUNES, 2011, p. 38). Entretanto, a baixa nos salários e redução dos direitos trabalhistas levou esse período a ser fortemente marcado pelas greves, organizadas pelos sindicatos tanto das atividades industriais quanto dos setores de serviços.

A década de 70, no entanto, traz consigo o desenvolvimento da doutrina do neoliberalismo a partir das ideias capitalistas e liberais praticadas até então. Pregando a liberdade de mercado e a ausência de intervenção estatal a nível econômico, o neoliberalismo ocasiona uma reestruturação de produção a nível global, trazendo significativas mudanças às condições da classe trabalhadora.

Enumera Antunes algumas das alterações causada pela aludida reestruturação:

Privatização, desregulamentação, fluxo livre de capitais, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade, todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passam a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho (ANTUNES, 2011, p.39).

Dentre elas, Lima (2010) destaca a terceirização, a qual, segundo o autor, não implicava necessariamente na precarização das condições de trabalho. Porém, a diminuição da regulamentação, a flexibilidade com foco em obter o máximo de produtividade e a elaboração de contratos cada vez mais negligentes quanto aos direitos trabalhistas conduziram à inevitabilidade em igualar “terceirização” a “precarização”.

O país foi introduzido no paradigma da globalização a partir do governo Collor, através de intensas políticas de liberalização e privatização da economia. A pressão no sentido de uma flexibilização trabalhista logo se fez sentir (OLIVEIRA, 2004, p. 47).

Após a renúncia de Collor em 1992 - apenas dois anos após seu início – devido às acusações de corrupção, advém o governo de Fernando Henrique Cardoso, de forte orientação neoliberal. Em decorrência, reduz-se significativamente o parque produtivo estatal, devido à ampla privatização.

A respeito das transformações desse período, Druck afirma:

É nessa época de globalização, que se criam condições objetivas e materiais, através do movimento dos capitais e da sua mundialização, sustentado no desenvolvimento científico e tecnológico, que aumenta a concentração de riqueza e a desigualdade social. Intensifica-se profundamente a fusão e incorporação de capitais.

No entanto, para além desse movimento de conteúdo econômico, é possível visualizar, hoje, a constituição de um poder político global, que se origina do grau de centralização/concentração de poder mundial nas mãos dos países mais ricos do mundo e das instituições financeiras internacionais.

No plano social, os resultados mais visíveis dessa fase histórica do capitalismo são: a globalização do desemprego, a globalização da exclusão social e a globalização de formas precárias de trabalho e de precarização da vida (DRUCK, p.31, 1996).

A reestruturação produtiva propicia uma nova morfologia ao trabalho no Brasil. É reduzido o número de trabalhadores estáveis, em decorrência aumentando as formas desregulamentadas de trabalho. Surge o trabalho terceirizado como alternativa mais benéfica ao empregador, pois possibilita a flexibilização dos direitos do trabalhador. A presença da mulher no mercado de trabalho se incrementa, porém em caráter desigual ao trabalhador homem. Dá-se o crescimento do setor de serviços, que cada vez mais relaciona-se ao capital. Passa a segregar-se o jovem e o idoso no âmbito trabalhista e aumenta-se a aquisição de mão de obra ilícita (situação do trabalho infantil). Flexibiliza-se a noção de “local de trabalho”, por meio do surgimento da modalidade de trabalho “a domicílio” (DRUCK, 1996). Em suma, são diversas e significativas as mudanças no novo paradigma trabalhista.

Conforme exposto, em muito se modificou a noção de trabalho, bem como a realidade do trabalhador ao longo dos séculos. A retrospectiva histórica realizada buscou a isto evidenciar, além de auxiliar na compreensão dos fenômenos sociais envolvendo trabalhador e trabalho na contemporaneidade.

Contudo, não é apenas por meio da análise histórica que se pode melhor compreender os diversos matizes da experiência social.

No seguinte tópico se dissertará sobre o uso da Literatura numa perspectiva interdisciplinar, com foco na relação entre literatura e sociedade.

1.2 TRABALHO, SOCIEDADE, LITERATURA

Sobre o momento histórico contemporâneo, expõe Ray Pahl:

Quaisquer que sejam as frases ou rótulos empregados, bem como as conclusões neles implícitas, ninguém pode contestar seriamente que o progresso e a mudança

tecnológica tiveram profundas consequências nos últimos duzentos anos (PAHL, 1997, p. 22).

Alterando-se a sociedade, consequentemente, irão se alterar as dinâmicas sociais nela existentes. A relação do indivíduo com o trabalho mudou e esta mudança se reflete nos mais diversos âmbitos da sociedade brasileira atual. Dessa maneira, a História auxilia à compreensão do momento contemporâneo, porém é pela abordagem interdisciplinar que se pode alcançar um saber mais holístico. Pois, como afirma Leis:

[...] a prática da interdisciplinaridade supõe o equilíbrio de dois aspectos, por um lado, uma visão integradora de diversas disciplinas e, por outro, um salto cognitivo que não esteja pressuposto em qualquer somatória de abordagens disciplinares (LEIS, 2011, p. 110).

Nesse âmbito, a Sociologia está apta a complementar a abordagem histórica realizada até então. A relevância dos aspectos sociais para a compreensão da identidade do trabalhador pode ser observada retomando a figura do *roceiro*, do Brasil do século XIX. Apesar da parca remuneração a qual auferia em troca de seu trabalho, dispunha fidelidade total ao senhor das terras. Disto nota-se que os valores sociais da época influenciavam o trabalhador de forma tão determinante que tornavam sua adesão voluntária a uma relação de exploração.

Ao criticar o sistema capitalista, Antunes fornece definição de trabalhador que põe em evidência a transformação desse conceito.

Para compreender a nova forma de ser do trabalho é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho, que necessariamente considere a totalidade da classe trabalhadora, do enorme contingente de homens e mulheres que hoje vive da venda de sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos. Essa concepção deve incorporar também a totalidade do trabalho social, do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário; nessa totalidade deve ser incluído o enorme contingente sobrando de força de trabalho que não encontra emprego, dada a lógica destrutiva que preside a sociedade capitalista (ANTUNES, 2011, p. 49.).

Numa perspectiva social onde a globalização dinamiza as relações sociais – dentre estas as laborais, torna-se relevante a análise e estudo das diferentes maneiras de “identificar-se como trabalhador” e de como esta se integra aos demais aspectos da identidade do homem contemporâneo. Dessa maneira, os estudos sociológicos são de extrema relevância, pois possibilitam sair do âmbito do geral, para assim expor condições específicas e a maneira particular como afetam uma categoria social (PAHL, 1997).

Exemplifica a isto a questão do trabalho feminino, tema que vem crescendo dentro dos estudos acadêmicos no Brasil e que esta análise se propõe a discutir. Constituindo parcela

relevante da organização social do trabalho atual, compreender a realidade da trabalhadora conduz a analisar a distinção das práticas sociais masculinas e femininas, pois a desigualdade destas também faz-se presente no âmbito de trabalho. Disto infere-se que uma abordagem que se restrinja aos aspectos econômicos do trabalho feminino estará negligenciando dinâmicas sociais que influem diretamente no aspecto econômico.

Estabelecendo-se a complexidade que compõe os processos de definir-se como indivíduo na contemporaneidade, faz-se necessária uma abordagem que possa captar as distintas matizes da experiência do trabalhador brasileiro atual. Nesse contexto, considera-se que a Literatura, como objeto de estudo, pode desvelar aspectos da sociedade de extrema importância para uma melhor compreensão da realidade.

Pois, expõe Mesquita:

Ao referirmo-nos ao ‘real empírico’, ao extratexto, julgamos importante ressaltar que a literatura, como qualquer das práticas significantes de uma sociedade, isto é, qualquer atividade que seja mediada por uma linguagem, é afetada por todas as outras (MESQUITA, 1987, p. 37-38).

O teórico Antonio Candido também trata da relação entre literatura e sociedade, nestes termos:

Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas (CANDIDO, 2004b, p. 175).

No mesmo sentido,

Ora, tanto quanto sabemos, as manifestações artísticas são inerentes à própria vida social, não havendo sociedade que não as manifeste como elemento necessário à sua sobrevivência, pois, como vimos, elas são uma das formas de atuação sobre o mundo e de equilíbrio coletivo e individual. São, portanto, socialmente necessárias, traduzindo impulsos e necessidades de expressão, de comunicação e de integração que não é possível reduzir a impulsos marginais de natureza biológica (CANDIDO, 2006, p. 78-79).

Antonio Candido situa a criação literária como inerente à vivência social, além de apontar que esta desempenha uma função social dentro do grupo. O autor, dessa forma “[...] é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade (que o delimita e especifica entre todos), mas alguém desempenhando um papel social [...]” (CANDIDO, 2004b, p.83-84). A crescente relevância dos estudos referentes à figura do leitor evidencia a contribuição de abordagens críticas que vão além do texto literário.

Situando a capacidade de agir sobre o real como uma das funções do literário, Perroné-Moisés afirma:

Em sua gênese e na sua realização, a literatura aponta sempre para o que falta, no mundo e em nós. Ela empreende dizer as coisas como são, faltantes, ou como deveriam ser, completas. Trágica ou epifânica, negativa ou positiva, ela está sempre dizendo que o real não satisfaz (PERRONÉ-MOISÉS, 1984, p. 194).

Assim sendo, a produção literária atua sobre o real, mas os sentidos que produz também o ultrapassam:

Representar o que poderia ter acontecido é sugerir o que poderá acontecer, é revelar possibilidades irrealizadas do real. E é nesse sentido que a literatura pode ser e é revolucionária: por manter viva a utopia, não como o imaginário impossível mas como o imaginável possível (PERRONÉ-MOISÉS, 1984, p. 108).

Ao dissertar sobre sociedade e literatura, Antonio Candido ressalta os perigos de realizar uma leitura do literário como mero espelho do real. Sendo uma criação artística, não se pode ignorar seu aspecto lúdico e de ficcionalidade, o qual torna a obra plurissignificante. No entanto, isto não significa que a obra literária seja imune à realidade social, como bem demonstra a seguinte afirmação do autor:

Mas o panorama é dinâmico, complicando-se pela ação que a obra realizada exerce tanto sobre o público, no momento da criação e na posteridade, quanto sobre o autor, a cuja realidade se incorpora em acréscimo, e cuja fisionomia espiritual se define através dela. Em contraposição à atitude tradicional e unilateral, que considerava de preferência a ação do meio sobre o artista, vem-se esboçando na estética e na sociologia da arte uma atenção mais viva para este dinamismo da obra, que esculpe na sociedade as suas esferas de influência, cria o seu público, modificando o comportamento dos grupos e definindo relações entre os homens (CANDIDO, 2004a, p. 84).

Conclui Candido ao afirmar que, atualmente, a abordagem mais benéfica aos estudos literários é aquela que identifica os aspectos da realidade presentes na obra e é capaz de compreender a importância que possuem dentro da estrutura do texto.

Sobre a impossibilidade da Literatura ser apenas um retrato do real, expõe Perroné-Moisés:

A literatura, felizmente, continua existindo, apesar de não acreditarmos mais na possibilidade de a linguagem representar ou expressar um real prévio, criar, inventar ou produzir um objeto que seja autossuficiente ou, pelo contrário, reabsorvido e utilizado pelo real concreto. A literatura parte de um real que pretende dizer, falha sempre ao dizê-lo, mas ao falhar diz outra coisa, desvenda um mundo mais real do que aquele que pretendia dizer (PERRONÉ-MOISÉS, 1984, p. 102).

Esta percepção, porém, foi construída paulatinamente pela teoria literária. Segundo Compagnon (2001), a relação entre Literatura e realidade sofreu uma expressiva transformação ao longo dos séculos. Inicialmente aclamada quanto melhor representasse o real, logo a análise literária orientou-se no sentido drasticamente oposto: a interpretação de uma obra devia limitar-se apenas ao âmbito de sua própria estrutura. Menos drástica, a perspectiva predominante na atualidade considera que, embora não possa reduzir-se a leitura do texto literário às condições sociais de seu entorno, considerar a Literatura como fragmento do real mediado, pela ficcionalidade e pela forma, contribui tanto para os estudos literários quanto para uma percepção mais holística da experiência humana.

Considera-se de muita valia a abordagem interdisciplinar na análise literária, apta a propor novos paradigmas nos estudos de Teoria Literária e, em adição, problematizar e discutir as questões sociais existentes na contemporaneidade.

Ainda, quanto à relação do texto literário com a realidade, afirma Domício Proença que “[...] no texto literário, se configura uma situação que passa a ‘existir a partir dele como tal e que caracteriza uma apreensão profunda do ser humano e do mundo, a partir de tensões de caráter individual [...]’ (PROENÇA FILHO, 2007, p. 32).

Além de refletir o real, a Literatura estaria apta a interferir no real.

A matéria literária é cultural. O artista da palavra retira do mundo elementos que, convenientemente organizados, podem representar totalidades e constituir uma afirmação cuja força e coesão não se encontram ao alcance dos profanos (PROENÇA FILHO, 2007, p.36).

Tendo em vista o exposto, compreende-se que o estudo dos elementos e estruturação da obra leva a evidenciar as complexidades e contribuições do momento atual. Diferentemente da análise de um texto científico ou jornalístico contemporâneo, considera-se a análise literária mais apta a melhor captar a realidade pois a linguagem literária propicia sentidos múltiplos. No mesmo sentido, Proença Filho (2007, p. 39-40):

Reiterando noções e ampliando a explicitação: a linguagem literária é eminentemente conotativa. A conotação se pluraliza em função do universo cultural dos falantes; prende-se, portanto, às diferenças de camadas socioculturais e ao processo de desenvolvimento da cultura. Fácil é concluir que a literatura apoiada num sistema de signos linguísticos que representam o mundo e revelam dimensões profundas do ser humano, traduz o grau de cultura de uma sociedade. E mais: por força de sua natureza criadora e fundadora, pode configurar-se como espelho ou como denúncia, como conservadora ou como transformadora.

As palavras de Perroné-Moisés também evidenciam a multiplicidade do texto literário:

A simples denúncia, pela linguagem, do que vai mal no mundo, não tem a eficácia conseguida pelo trabalho da forma na literatura. Os artifícios do escritor revelam, ao mesmo tempo, o que falta no mundo e aquilo que nele deveria estar (PERRONÉ-MOISÉS, 1984, p. 107).

A forma é a maneira pela qual é possível essa multiplicidade de sentidos na literatura e é, em razão disto, que adquire extrema relevância na obra literária. A subjetividade trabalha a linguagem de forma que, ao invés de distanciar o texto da realidade, impregna-o de múltiplos sentidos que fortalecem a denúncia do real. De modo complementar, Jouve (2012) resume a importância da forma do texto literário ao destacar que esta é condição essencial para a obtenção do(s) sentido(s) da obra.

De acordo com Compagnon (2009, p. 26), a literatura é um “exercício de reflexão” e “responde a um projeto de conhecimento do homem e do mundo”. Ainda, embora a interpretação e percepção de um texto sejam peculiares de leitor para leitor, há elementos objetivos dispostos na obra pelo autor, os quais não podem ser ignorados (JOUVE, 2012).

Ao ser a Literatura uma disciplina específica, com objeto e métodos de estudo próprios, abordá-la de maneira interdisciplinar implica não apenas o respeito a aludidas especificidades, mas requer que os resultados obtidos, por meio do estudo, possam trazer avanços para a teoria literária.

Ao diferenciar “interpretação” de “explicação”, Vincent Jouve (2012, p.111) ressalta que a interpretação literária não deve resumir-se à explicação causal, já que “se a obra não passar de uma consequência dos fatores que a geraram, não haverá sentido novo”. No entanto, não nega que a sociedade se constitui como um dos elementos aptos a explicar a existência de um sentido dentro do texto literário.

Em passagem distinta, o mesmo autor retoma as vantagens de relacionar literatura e sociedade, ao dizer:

Num plano geral, o recurso a modelos de interpretação exteriores à obra parece indispensável a toda leitura produtiva. Confrontar um texto com uma nova grade de análise faz surgirem conteúdos efetivamente presentes que ainda não tenham sido atualizados (JOUVE, 2012, p. 147).

As vertentes teóricas da sociologia – feminismo, sociologia do trabalho, etc. – dessa forma, incutem um novo vigor à interpretação literária, ao tornar o ato de interpretar uma

empreitada dinâmica, na qual se dá liberdade ao texto literário de produzir sentidos, em oposição à mera “adequação” da obra literária à teoria.

Ao dissertar sobre a “morte da teoria”, Peter Barry (2016, p. 68) critica a teoria literária que se apossa do texto, numa relação em que este deve adequar-se aos postulados propostos pela teoria. Opta o autor, assim sendo, pela “teorização”, a construção contínua da teoria em função do texto literário, nunca sujeitando-o.

A interdisciplinaridade também é apontada por Jonathan Culler como meio apto a ampliar os leques de estudo da Literatura:

[...] a teoria literária não é apenas a teoria da natureza da literatura, mas uma grande massa de textos teóricos sobre coisas que são importantes para a literatura, o que está acontecendo não é um tipo de modificação sistemática, mas sim mudanças em áreas específicas que, por vezes, geram novos campos de reflexão (CULLER, 2016, p. 86).

Ao referir-se à contemporaneidade, Perroné-Moisés (1984, p. 103) a distingue da experiência social pretérita, afirmando-a enquanto a “maior complexidade de dados de que dispomos”. Desta maneira, estudar a representação literária do trabalhador numa obra contemporânea, auxilia na compreensão de sentidos intrínsecos ao texto, auferindo significações. Pois, se autores como Machado de Assis, Lima Barreto e Jorge Amado abordaram a problemática do trabalho no Brasil, as particularidades do momento histórico e social que vivenciaram conduzem à ausência de, em sua literatura, aspectos que são distintivos da atualidade.

Ratificada a importância do diálogo entre literatura e sociedade, passar-se-á a examinar como a literatura brasileira se referiu ao trabalhador, através da exposição de alguns textos literários em que a temática fez-se presente.

1.3 ALGUMAS MANIFESTAÇÕES LITERÁRIAS SOBRE O TRABALHO

Os aspectos históricos e sociais expostos sobre a sociedade colonial brasileira são condição essencial à compreensão da maneira como se constituiu a literatura nacional. Contemplar a literatura brasileira, por conseguinte, requer apreender as dinâmicas de poder entre colônia e metrópole.

O problema das *origens* da nossa literatura não pode formular-se em termos de Europa, onde foi a maturação das grandes nações modernas que condicionou toda a

história cultural, mas nos mesmos termos das outras literaturas americanas, isto é, a partir da afirmação de um *complexo colonial* de vida e de pensamento (BOSI, 2006, p. 11).

Isto se evidencia ao discorrer sobre a relevância dos documentos de informação na formação da literatura pátria. Redigidos por viajantes e missionários, propunham-se a apresentar impressões e informações sobre a colônia, com ênfase na fauna, flora e no homem brasileiro (BOSI, 2006).

Embora tais escritos não sejam considerados literários *per se*, uma vez que lhes falta a ficcionalidade e intenção estética, Bosi ressalta a valia destes na conformação da literatura brasileira:

E não é só como testemunhos do tempo que valem tais documentos: também como sugestões temáticas e formais. Em mais de um momento a inteligência brasileira, reagindo contra certos processos agudos de europeização, procurou nas raízes da terra e do nativo imagens para se afirmar em face do estrangeiro: então, os cronistas voltaram a ser lidos, e até glosados, tanto por um Alencar romântico e saudosista com por um Mário ou um Oswald de Andrade modernistas. Daí o interesse obliquamente estético da “literatura” de informação (BOSI, 2006, p. 13).

Quanto a isto, convém mencionar a exposição de Jouve (2012, p. 32) sobre “literariedade condicional”. Segundo o autor, seria possível que um texto adquirisse identidade literária, a despeito de não ter sido produzido com este fim. Isto se daria graças a “uma intenção estética parcial” a qual, considera-se, pode ser encontrada em diversos registros da época. Os escritos de José de Anchieta, sobretudo, são destacados por Bosi, em razão do “veio místico” presente em seus relatos.

Em adição, Bosi (2006, p.11) destaca que “Importa conhecer alguns dados desse complexo, pois foram ricos de consequências econômicas e culturais que transcenderam os limites cronológicos da fase colonial.”

Nesses primeiros registros, não se encontrará alusão direta ao trabalhador como sujeito social relevante na colônia. Em Gândavo, por exemplo, encontra-se menção ao trabalho escravo, porém com ênfase na figura do proprietário e nos benefícios obtidos por este (BOSI, 2006). A presença de autóctones ou negros nesses relatos evidencia a moralidade cristã de então, ultrajada por aspectos integrantes do sistema mundo indígena.

Paradoxalmente à ausência do trabalhador nesses registros, a economia da colônia é exaltada, o qual observa-se em *Diálogos das Grandezas do Brasil*, escritos por Ambrósio Fernandes Brandão, em 1618 (BOSI, 2006). Nota-se, através disto, a dissociação simbólica entre trabalho e seus lucros. Os resultados do trabalho são tratados como se não constituíssem

resultado da ação humana, deslocando-se a carga valorativa do ato laboral para o resultado deste.

Em síntese sobre tais textos informativos, explana Bosi (2006, p. 25):

Um balanço da prosa do primeiro século e meio da vida colonial dá-nos elementos para dizer que o puro caráter informativo e referencial predomina e pouco se altera até o advento do estilo barroco. É só com a presença deste na cultura europeia, e sobretudo ibérica, que surgirá entre nós uma organização estética da prosa: os sermões de Vieira, a historiografia gongórica de Rocha Pita e mesmo a alegoria moral de Nuno Marques Pereira (apesar do didatismo que a marca) já serão exemplos de textos literários, isto é, de mensagens que não se esgota no mero registro de conteúdos objetivos, o que lhes acresce igualmente o peso ideológico.

Em contrapartida, nos sermões de Padre Antônio Vieira, pertencentes ao gênero Barroco e datados do século XVII, o tema do trabalho é abordado em razão da exploração do autóctone. Este é forçosamente compelido ao trabalho abusivo pelos colonos, o qual é criticado por Antônio Vieira. No *Sermão da Primeira Dominga da Quaresma*, por exemplo, o jesuíta incita os colonos a libertarem os indígenas. Para tanto, utiliza da metáfora – recurso semântico recorrente no Barroco – ao compará-los aos hebreus prisioneiros do Faraó (BOSI, 2006).

A metáfora também é utilizada por Vieira ao tratar do trabalho escravo realizado pelos negros, como se vê nesta asserção de Bosi:

No *Sermão XIV do Rosário*, pregado em 1633 à Irmandade dos Pretos de um engenho baiano, ele equipara os sofrimentos de Cristo aos dos escravos, ideia tanto mais forte quando se lembra que os ouvintes eram os próprios negros (BOSI, 2006, p. 45).

No século seguinte, os temas campestres se aliarão às teses ilustradas, constituindo o Arcadismo brasileiro. Expressão literária que respaldou a Inconfidência Mineira, espelhou-se nos ideais da Revolução Francesa a fim de emancipar a colônia de Portugal.

Referido caráter revolucionário, entretanto, compatibiliza nítidos interesses econômicos dos Inconfidentes, numa revolta que prezava mais pela economia do que pela reforma social.

Sobre isto, Bosi:

A análise a que a historiografia mais recente tem submetido o conteúdo ideológico da Inconfidência é, nesse ponto, inequívoca: zelosos de manter o fundamento jurídico da propriedade (que a Revolução Francesa, na sua linha central, irá ratificar) os dissidentes de Vila Rica apenas se propunham evitar a sangria que nas finanças mineiras, já em crise, operaria a cobrança de impostos sobre o ouro (*a derrama*). Na medida em que impedir a execução desta importava em alterar o estatuto político, os Inconfidentes eram ‘revolucionários’, ou, do ponto de vista colonial, ‘sediciosos’. Cláudio Manuel da Costa, por exemplo, falava em ‘interesses da Capitania’, lesados

pela administração lusa; para Alvarenga Peixoto, senhor de lavras no sul de Minas, os europeus estavam ‘chupando toda a substância da Colônia’; as ‘pessoas grandes’ ou ‘alentadas’ viam com apreensão a derrama, sentindo-se como o Coronel José Ayres, ‘poderoso com o senhorio que tem em mais de quarenta e tantas sesmarias, ... acérrimo inimigo dos filhos de Portugal’. Em Tomás Antônio Gonzaga, colhe-se boa messe de profissões de fê proprietário, como o famoso “é bom ser dono” da *Lira I...*; do próprio Tiradentes sabe-se que não pretendia abolir a escravidão caso vingasse o levante, opinião partilhada pelos outros inconfidentes, salvo o mais radical dentre todos, o Padre Carlos Correia de Toledo e Melo (BOSI, 2006, p. 60).

A despeito disto, na terceira e quarta cartas de *Cartas Chilenas* de Tomás Antônio Gonzaga, encontra-se menção ao trabalho escravo e às injustiças a estes perpetradas (ARRUDA e RETES, 2011).

Já em *Lira I*, presente em *Marília de Dirceu*, o trabalhador é concebido de maneira idealizada, pois distante das dificuldades das relações trabalhistas. A bem da verdade, esse “trabalhador” se confunde com o “senhor” da terra, figura de muitas posses e orgulhosa de assim o ser, como demonstra a primeira estrofe do poema, no qual o eu-lírico ressalta que “não é qualquer vaqueiro”.

Do século XIX, período em que perdurou o romantismo na literatura brasileira, considera-se relevante a menção de *Til*, escrito por José de Alencar, haja vista a ruptura que realizou na temática da prosa de Alencar. Passa o autor a tratar de assuntos condizentes à realidade social de então, explorando-os em suas complexidades e dicotomias. A partir de 1870, portanto, Alencar desloca o foco de suas narrativas do sentimental para o social.

Sobre esse momento histórico:

Essa nova configuração ecoava um momento histórico específico: o fim dos anos de 1860 é considerado pela historiografia como um período de crise que já prefigura o fim do Império. Nesse momento, a literatura começa a figurar a escravidão de maneira mais direta, trazendo a ação das narrativas para fazendas escravistas produtivas. Como já apontado, os romances fazendeiros foram escritos no auge da crise política que culminou na aprovação da Lei do Ventre Livre. Na época, os temas do trabalho, da posse de terra, da mão de obra escrava, dos homens livres e pobres estavam na ordem do dia e, como se sabe, eram preocupações de José de Alencar, que os discutiu no parlamento e em sua literatura (BARBOSA, 2015, p. 58).

Do ano 1872, *Til* se diferencia por dispor um panorama social mais próximo ao vivenciado pela sociedade brasileira. Questões marcantes desse momento histórico, assim o sendo, não puderam mais ser negligenciadas, num âmbito onde o fim do Império fazia-se iminente. Encontram-se em *Til*, portanto, ênfase em personagens que configuram o universo periférico, deslocando-se o foco da “casa da fazenda ao terreiro”.

Com isto corrobora Barbosa (2015) ao expor a dificuldade da crítica em classificar *Til* dentro da prosa alencarina. O reduzido número de estudos acadêmicos, a analisar a obra, se

aponta como indício desta dificuldade, evidenciando a postura incerta do público em relação a *Til*, a qual se dá desde sua publicação. Vale ressaltar, quanto a isto, que a obra distingue-se dos demais escritos de José de Alencar ao situar a periferia numa posição de protagonismo dentro da obra, confrontando-se com o núcleo de poder. Referida característica dificulta a classificação de *Til*, “justificando” seu pouco destaque.

A obra destaca-se, pois não se limita a expor a exploração escravocrata em núcleos isolados do romance, assim ressaltando como a escravidão trazia reflexos sociais em todo o âmbito da sociedade. Em adição, *Til* evidencia o paradoxo do trabalho escravo no Brasil daquele período, como força motriz a sustentar todo o sistema cafeicultor, de função central no sistema econômico e, simultaneamente, sem qualquer autonomia ou destaque na sociedade.

Embora o tema da escravidão já houvesse sido abordado em outros escritos de Alencar – as peças *Mãe* e *O demônio familiar* são exemplos – é em *Til* que, por primeira vez, retrata a realidade do escravo na grande lavoura de café. As dinâmicas de dominação nela existentes, dessa maneira, integram a narrativa de tal forma que é necessário conhecê-las para poder compreender toda a carga simbólica de *Til*.

Ao expor a ausência de valorização do escravo em seus aspectos de humanidade, Alencar ressalta que este desvalor também contamina o trabalho do negro. Gera-se então um paradoxo pois, se essencial é à manutenção da produção da lavoura, este não tem sua importância legitimada pelo entorno social (BARBOSA, 2015).

Relevante, a menção ao fato de *Til* explorar a temática do mestiço, evidenciando seu não pertencimento, o qual o aproxima do negro escravo, em razão da impossibilidade de se situarem como protagonistas de sua própria existência. Em suma, Barbosa sintetiza a relevância de *Til* ao afirmar:

O que se trata de explicitar é a impossibilidade de escravos e homens pobres livres terem voz naquela sociedade, assim como o modo pelo qual, em *Til*, essa falta de voz se transforma, por um lado, na propensão ao transe, e por outro, em novos modos de expressão, muitas vezes dissimulados e enigmáticos, única forma de se comunicarem entre si, longe do controle do senhor (BARBOSA, 2015, p. 73).

A aproximação das obras literárias com temáticas controversas do século XIX encontrou seu apogeu no Realismo, corrente literária que se propunha a abandonar a idealização das classes sociais empreendida pelo Romantismo e é descrita por Bosi (2006, p. 255) como tendo “o uso da palavra como forma de ação política.” Dentre seus representantes, se tem em Machado de Assis o mais notável, autor que retratou em diversos momentos o trabalhador explorado do século XIX.

A título de exemplificação, menciona-se o conto *Pai contra Mãe* presente no livro *Relíquias da Casa Velha*. Nele, o protagonista Cândido Neves exerce um trabalho que, então, era muito usual. O trabalho de caçador de escravos, em princípio, faria com que se situasse o personagem na figura de opressor. No entanto, no decorrer do conto tal perspectiva é desconstruída. A miséria de Cândido Neves, que chega a fazê-lo cogitar abandonar o pequeno filho, ressalta como era possível ao trabalhador ser oprimido, a despeito de ser homem livre.

Em sua análise sobre o conto, Faria, Lorenzim e Pinto concluem:

[...] o autor explora essas relações tendo como protagonista o trabalhador, e não o senhor de escravos (patrão). Muitas vezes, ele denuncia a condição subumana em que esses trabalhadores viviam com uma linguagem irônica. É o caso, por exemplo, do desfecho do conto que analisamos, quando Cândido afirma que nem todas as crianças vingam, sem nenhum remorso. Na verdade, ele também não tinha opção: ao entregar a escrava que havia fugido, contribui para a morte (aborto) do filho dela, mas faz isso para ter dinheiro para criar seu próprio filho. Apesar de estar em condições melhores que a dos escravos, ele também era vítima desse sistema trabalhista injusto, em que os patrões exploravam tanto os escravos, quanto seus empregados. Escravos e homens livres se encontravam, portanto, próximos, aos olhos da classe dominante (FARIA; LORENZIN; PINTO, 2016, p. 7).

Contemporâneo a Machado de Assis, o maranhense Aluísio Azevedo posiciona-se ativamente em prol da causa abolicionista e das melhorias no âmbito trabalhista, o qual nota-se em seu fazer literário. Mais próximo da corrente Naturalista – a qual encontra na influência do meio sobre homem e na cientificidade seus traços de distinção – o autor apresenta em *O cortiço* um microcosmo em que “está presente o mundo do trabalho, do lucro, da competição, da exploração econômica visível, que dissolvem a fábula e sua intemporalidade [...]” (CANDIDO, 2004a, p. 128).

Dessa maneira, buscava o autor realizar uma prosa que fosse o mais próxima possível à realidade, numa perspectiva em que a produção literária buscava distanciar-se da literariedade. Quanto a isto, Antonio Candido (2004a, p. 125) nega à prosa de Aluísio o caráter puramente objetivo, ao afirmar que “no texto de Aluísio há ainda um segundo tipo de intromissão do nível moral, que é o mais curioso e representa quebra da desejada objetividade científica do Naturalismo.”

Porém, o teórico não questiona o valor da obra *O cortiço*, destacando que esta se sobressairia por ter evidenciado a relação direta de explorado e explorador que, ao serem apresentados pelo autor como compartilhando o mesmo espaço, constituem exemplo de como sucediam as dinâmicas sociais no Brasil semicolonial.

De modo diverso, uma representação do trabalho menos preocupada com a realidade é a realizada por Olavo Bilac. Poeta parnasiano, em seu poema *O trabalho* há o distanciamento

de uma potencial crítica à realidade social para, em contrapartida, retratar o labor de maneira idílica. Isto se evidencia na metáfora da primeira estrofe, a qual equipara o ato de trabalhar à chuva que fecunda a terra. Contido no livro *Poesias Infantis*, “O trabalho” traz Bilac como didata hosanante, retomando o ufanismo e apego à tradição, assim negligenciando o engajamento social.

No mesmo sentido moralizante, as menções de Bilac ao trabalho feminino são reticentes em aceitar o trabalho para “todas” as mulheres. Afirmando que a mulher teria vindo ao mundo apenas para a vaidade e consumismo, o autor mantém aludida crença, mesmo quando defende o acesso laboral para as operárias. Esta aparente incongruência faz-se possível, no entanto, ao notar que Bilac tem, na trabalhadora, uma mulher sem feminilidade, brusca e pobre, impossibilitada de situar-se com destaque na sociedade (SANTANA, 2013, p. 134-135).

No poema *O tear*, entretanto, Olavo Bilac consegue capturar de modo sensível a monotonia do trabalho de tecelão, fadado a uma atividade mecânica e tediosa.

Advinda a abolição da escravidão em maio de 1888, o período histórico que segue é prolificamente retratado por Lima Barreto, escritor pré-modernista que trouxe o operário, dentre outros personagens periféricos, para o cerne de sua produção literária.

A recorrência da temática do trabalho em Barreto é tal que possibilitou a realização da antologia *Lima Barreto: Antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores*, organizada pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2012. Prolífico escritor da temática trabalhista, falece em 1922, não presenciando, dessa maneira, a disseminação de um gênero literário que teria no trabalhador sua questão central.

Previamente, porém, necessário, observar a realidade social brasileira dos primeiros decênios do século XX. Expõe Orlandini (2014, p. 14):

No final dos anos 1920, a hegemonia da política café-com-leite já sentia sua autoridade abalada pela crescente rivalidade entre os estados, pela emergência política de novos setores urbanos e pelas agitações sociais no crescente descontentamento com o antidemocrático e corrupto aparato político vigente. A situação tornou-se definitivamente insustentável com a crise econômica superprodutiva de 1929, ruindo a coluna econômica de exportação cafeeira que garantia, ainda, a manutenção da velha ordem. No ano seguinte, Getúlio Vargas chega ao poder através da Revolução que marcou a transição política, tratando prontamente de lidar com o novo cenário das relações de trabalho.

De forte inspiração alemã, americana e russa, a década de 30 no Brasil contempla o surgimento do “romance proletário”, nomenclatura que se disseminou, a despeito da incerteza de sua conceituação. Silva e Vieira, ao tratar sobre o tema, comentam como, inda hoje, há hesitação ao referir-se ao gênero:

Em obras classificatórias, como histórias de literatura brasileira e antologias, é rara a menção ao romance proletário. Mesmo romances classificados por seus autores como "proletário", segundo confirmaremos ser o caso de *Cacau*, recebem denominações diversas, tais como romance social ou romance documentário. É uma grave lacuna, pois se está ignorando uma interessante polêmica que caracterizou a produção literária no Brasil da primeira metade da década de 30. Quais, dentre os romances que estavam sendo publicados, poderiam ser classificados como proletários? Nem todos que versavam sobre o proletariado continham a postura política de esquerda identificada ao novo gênero, sobretudo porque tematizavam, em vez de luta de classes, a cooperação de classes (SILVA; VIEIRA, 2012, p. 60).

Referido impasse faz-se presente desde 1933, ano de publicação de *O Gororoba*, de Lauro Palhano. Discutia-se a necessidade do engajamento político como critério decisivo para a classificação como romance proletário. A este respeito, o crítico pernambucano Aderbal Jurema, por exemplo, afirmava que, a fim de ser um romance proletário, deveria estar presente o espírito crítico revolucionário. Afirmação que contraria à de Agripino Grieco, o qual considera *O Gororoba* pertencente à literatura proletária, apesar da obra situar as mazelas da exploração trabalhista como inevitáveis (CAMARGO, 1997, p. 20-23).

Aludido impasse é, inclusive, referido por Jorge Amado, na introdução do romance *Cacau*, como expõe Camargo:

Esse debate em torno de uma definição de 'arte proletária' no Brasil ganhou corpo um pouco depois da publicação de *O Gororoba* e foi suscitado, em grande parte, por Jorge Amado. Em nota introdutória àquele que foi seu primeiro grande sucesso de público, *Cacau*, de 1933, ele se perguntava: 'Será um romance proletário?' (CAMARGO, 1997, p. 21).

Tendo em vista o exposto, deu-se a anuência de que o romance proletário seria aquele em que se encontrasse o retrato da vivência do proletariado, com ênfase na hipossuficiência deste em relação ao patrão e na corrupção do sistema laboral brasileiro.

Numa classificação ampla, o romance proletário incluiria produções de autores não filiados ao PC, mas simpáticos à causa proletária. Numa classificação restrita, pode-se considerar, como romance proletário, aquele cujo autor, filiado ao PC, manifestasse pontos de vista do seu Partido. Aí se inclui, então, o romance *Cacau* de Jorge Amado, que foi publicado no início da década de 30, ou seja, no auge da polêmica sobre o romance proletário (SILVA; VIEIRA, 2012, p. 61).

Principal representante do romance proletário, Jorge Amado relacionou-se com a questão proletária tanto em suas obras quanto na vida. Filiado ao Partido Comunista, envolveu-se ativamente nos embates do proletariado, o qual o conduziu ao cárcere em diversas ocasiões e à censura de seus livros.

A fim de concretizar a denúncia social que julgava imprescindível, Jorge Amado defendeu o abandono do formalismo, em prol de uma prosa “honestá”, que retratasse de fato a realidade. Na introdução de seu romance *Cacau*, por exemplo, o autor situa a Literatura numa esfera inferior à sociedade, constituindo uma relação de dependência na qual o valor da obra literária seria inversamente proporcional ao seu grau de literariedade (ORLANDINI, 2014, p. 22).

Superado o ímpeto do romance proletário da década de 30, advinda e superada a ditadura militar no Brasil, o romance brasileiro do final do século XX se destaca pela pluralidade das formas. Ao afirmar que “a potencialidade da ficção brasileira está na sua abertura às nossas diferenças”, Bosi (2006, p. 437) evidencia a complexidade de definir a literatura brasileira contemporânea em moldes temáticos, tal qual realizava-se outrora. Dessa maneira, o trabalhador como temática literária irá figurar de maneira pontual, tal qual ocorre nos poemas *O operário e construção* e *Balada das arquivistas* de Vinicius de Moraes (ARRUDA E BORGES, 2011, p. 161).

A literatura brasileira contemporânea, conforme exposto, possibilita a multiplicidade de sentidos e abordagens. Uma obra literária que aborde, atualmente, o tema do trabalhador, apresentará peculiaridades formais e temáticas que, considera-se, ampliariam o âmbito de compreensão social e literário.

Possuindo esta pesquisa foco no trabalho feminino, o seguinte tópico irá discutir a respeito das peculiaridades da vivência das trabalhadoras, na sociedade e literatura, ressaltando como a mulher que trabalha encontra-se duplamente fragilizada.

2 O TRABALHO FEMININO NA SOCIEDADE E SUA RELAÇÃO COM A LITERATURA E CULTURA

Compreender as vivências das mulheres trabalhadoras ao longo da história do Brasil conduz à necessidade de reformular a retrospectiva histórica empreendida previamente, a fim de construir de maneira mais fidedigna a experiência feminina. Sendo a distinção de gênero elemento que influi de forma determinante na experiência social, seria um equívoco considerar que a trabalhadora brasileira enfrentou, ao longo dos séculos, os mesmos empecilhos que os trabalhadores do gênero masculino.

A necessidade do enfoque feminino nos relatos históricos é ressaltada pela historiadora Michelle Perrot (2017). Segundo ela, a ausência da perspectiva feminina na História conduz a narrativas parciais, que reproduzem, na sociedade, dinâmicas de poder as quais impedem as mulheres de assumir papéis de destaque. Uma análise, portanto, do trabalho feminino no Brasil justifica-se na necessidade de situar a mulher como protagonista dentro da História e de identificar os obstáculos que enfrenta dentro do campo trabalhista.

Necessário, porém, à compreensão de como a sociedade percebia o trabalho feminino, discorrer sobre a leitura simbólica da feminilidade em voga na época. Pois, de acordo com Renato Ortiz (2008), a maneira subjetiva em que percebemos o mundo é elemento presente em todos os tipos de sociedade, tornando assim necessário o estudo dos elementos que influencia na subjetividade para um entendimento mais holístico das dinâmicas sociais.

A personagem Sandra é mulher, pobre e negra, características que constituem um empecilho, na atualidade, para se inserir no mercado de trabalho. O desfecho do conto – no qual Sandra falha em obter emprego, se prostitui e retorna à sua cidadezinha grávida e portadora de HIV – ressalta o fracasso em seus mais diversos níveis, afetivo, familiar e laboral. Demonstra que, a fim de compreender a vivência da mulher trabalhadora, é necessário ultrapassar a esfera laboral, examinando as demais esferas sociais.

Dessa maneira, a breve exposição realizada a seguir sobre o trabalho feminino no Brasil possibilitará um melhor entendimento da complexidade da experiência feminina no mercado de trabalho, haja vista a grande influência que os demais aspectos de sua vida trazem à sua prática laboral.

2.1 O BRASIL COLÔNIA E AS MULHERES

No Brasil colonial, o conflito entre a moralidade cristã praticada pelos europeus e a cultura indígena suscitava incômodo e incompreensão. Costumes autóctones, como a ausência de vestes e a liberdade sexual levavam os colonizadores a associar as nativas ao profano e demoníaco. A este respeito, expõe Araújo (2015) a forte presença da tentação carnal, desencadeada pelo contato com as autóctones, nos escritos dos colonizadores. Tal era o impacto experimentado que, inclusive, membros do clero eram acometidas pelos “desejos profanos”.

Entretanto, deve ressaltar-se que tal relação do feminino ao diabólico preexiste ao contato entre colonizadores e aborígenes. A medicina portuguesa considerava a anatomia feminina débil, naturalmente sujeita às paixões mundanas. A menstruação, sobretudo, suscitava temor e repulsa na sociedade portuguesa.

O tempo do ‘sangue secreto’ era, pois, um tempo perigoso, um tempo de morte simbólica no qual a mulher deveria afastar-se de tudo o que era produzido ou que se reproduzia. Os eflúvios maléficos desse sangue tinham o poder degenerativo de arruinar, deteriorar e também de contaminar a sua portadora (PRIORI, 2015, p. 103).

Reforçadas pela Inquisição, de grande influência em Portugal, essas crenças proliferaram no Brasil colonial, paradoxalmente à popularidade das curandeiras e benzedadeiras. Sendo precários os recursos dentro da colônia, os cuidados medicinais diversas vezes recaíam nas mãos de mulheres que, fazendo uso de ervas, sangrias, dentre outros elementos naturais, despertavam o temor e respeito dos colonos (PRIORI, 2015).

Embora perseguidas pelas autoridades dentro da colônia, as curandeiras e suas práticas poderiam considerar-se como uma espécie de trabalho, haja vista realizarem atividades que requeriam conhecimentos específicos e que obedeciam à demanda social. Apesar da percepção simbólica dos atos das curandeiras revestirem-se de misticismo – dessa forma diferindo das leituras simbólicas de trabalho predominantes, suscitadas pelo capitalismo – discutir sobre a possibilidade de considerá-los uma forma de trabalho conduz a questionamentos relevantes e em voga no atual debate sobre o trabalho feminino: A ausência de remuneração auferida nas atividades domésticas diárias as descaracterizam como trabalho? As atividades praticadas fora do mercado formal podem ser consideradas trabalho? Estes são apenas algumas das distintas problemáticas envolvendo o trabalho feminino na atualidade.

Ressaltada a influência da moralidade cristã dentro da colônia, a supressão da sexualidade feminina dava-se como consequência dessa percepção díspar entre homem e

mulher. Se aos homens era permitido explorar sua sexualidade de maneira livre – dispondo-se, tanto Igreja quanto sociedade, a relevar esses desvios – a mulher, em contrapartida, deveria conservar o recato e prudência. A infidelidade conjugal por parte feminina, dessa forma, enfrentava penalidades graves, inclusive a pena de morte. Conforme cita Araújo (2015), a mulher expunha-se a graves consequências quando ia contra a sociedade a fim de satisfazer seus anseios sexuais.

Ainda que, atualmente, não exista legislação no Brasil a reprimir a prática da infidelidade, seja masculina ou feminina, pode observar-se que a sociedade não desconstruiu de todo a percepção simbólica de que, de forma ou de outra, o insucesso do matrimônio deve-se à incapacidade feminina. Dizeres como “não soube segurar o marido” ou alusões a encontrar “fora o que não teve em casa”, são usuais quando há a infidelidade masculina. E, tratando-se da feminina, as reprimendas são ainda mais graves. A infiel é uma “prostituta”, independentemente do tipo de vida conjugal que possuía.

Acredita-se que é errônea uma afirmação generalizada de que a sociedade culpa a mulher pelo fracasso conjugal. Porém, considera-se que os exemplos expostos tornam verossímil a afirmação de que ainda não está de todo desconstruída a percepção patriarcal dos relacionamentos conjugais.

Retomando a elaboração do panorama colonial do Brasil, necessário discorrer sobre a figura da escrava. Em princípio, eram as aborígenes que eram subjugadas para fins trabalhistas ou sexuais. A subjugação destas, porém, é substituída pela escravidão africana pois era um empreendimento mais favorável ao senhor.

Não significa, no entanto, que os escravos africanos não tenham empreendido qualquer tipo de resistência. Destaca Silva (2010) a importância da historiografia africana voltar-se ao estudo das distintas formas de resistência utilizadas pelos escravos africanos no Brasil colônia, a fim de desconstruir a noção de que estes anuíam com o tratamento recebido. Dessa maneira, homens e mulheres negras praticavam distintos atos de resistência a fim de impedir não apenas o abuso físico, mas a manutenção de uma sociedade que não enxergava no negro um sujeito de direitos.

De acordo com Machado (2010), compreender a resistência escrava requer superar uma análise meramente econômica. Em sua análise sobre as distintas maneiras com que a história tratou o tema da escravidão, o autor destaca a importância das perspectivas teóricas mais modernas, as quais abarcam aspectos culturais e sociais.

Duplamente vulneráveis, pela condição de mulheres e de negras, as escravas eram forçadas aos trabalhos braçais, não importando se estavam gestantes. O senhor, pautado pelo

lucro econômico, não fornecia a devida assistência higiênica ou médica à escrava gestante, pois tanto a gravidez quanto a presença dos futuros bebês obstariam a produção dentro da lavoura. Assim o sendo, os abortos e infanticídios ocorriam devido às precárias condições mas, também, como manifestação de resistência das escravas. Silva (2010) comenta o desejo das escravas em livrar seus filhos duma vida de escravidão, já que as crianças escravas também estavam sujeitas a abusos.

Intimamente conectadas à família e à tradição, outro aspecto relevante da vivência das mulheres escravas consistia na manutenção das tradições africanas, seja na dança, nas manifestações religiosas, entre outros elementos culturais. Mesmo convivendo com negros de distintas tribos e etnias – tentativa dos senhores em enfraquecer os laços sociais dentro da população escrava – isto não os impedia de preservar os costumes africanos (SILVA, 2010).

A resistência linguística e o sincretismo religioso são outras formas destacadas por Machado (2010) de combater a dominação europeia e que podem ser observadas dentro do cotidiano. O costume de lançar oferendas ao mar no ano novo, por exemplo, é prática que se conecta diretamente às tradições culturais e religiosas africanas, bem como a influência dos dialetos africanos na língua portuguesa falada no Brasil. Todavia, o próprio uso do termo “dialeto” remete a uma hierarquização da língua, criticada por Pinto (2013), ao tratar da necessidade de romper as perspectivas teóricas que consideram o português falado no Brasil inferior ao de Portugal, graças à influência que sofreu dos dialetos africanos.

O trabalho escravo era essencial à produção dentro da colônia. No entanto, a força de trabalho negra também dava-se como determinante fora do âmbito do engenho. Silva (2010) afirma que a escrava era essencial para complementar a renda da mulher branca que era livre, porém de poucos recursos. Nisto reside o paradoxo da vivência negra.

Ao surgir a possibilidade de alforriar os escravos, isto não implicou que a sociedade brasileira de então estivesse disposta a reconhecer os negros em sua humanidade. Conforme dispõe Albert Memmi (2007) ao tratar da colonização, os processos de desapropriação simbólica perpetrados pela escravidão constituem violência tanto para os colonizados quanto para os colonizadores. A sociedade brasileira, dessa maneira, concebia na alteridade uma ameaça. A existência da alforria não se fazia suficiente para desconstruir tal mentalidade.

Silva apresenta exemplo da referida resistência social aos negros:

Os exemplos de mulheres forras que buscavam mobilidade social e o direito de continuar gozando de sua liberdade podem lembrar o caso da crioula Gertrudes, que após ser alforriada sob condição, viu seu projeto de liberdade ser ameaçado quando teve que recorrer à justiça para provar sua condição de liberta, travando um embate

judicial com os credores do seu ex-senhor que a exigiam como pagamento de uma dívida contraída pelo mesmo (SILVA, 2010, p. 5).

A necessidade de mão de obra suscitou, no século XIX, uma intensa onda de imigração europeia, proveniente principalmente da Itália. Chamados de “colonos”, os imigrantes europeus que se dispunham a trabalhar nas lavouras eram contratados pelos senhores como unidade familiar, ou seja, o dono da fazenda fazia uso da força de trabalho masculina e feminina, haja vista o núcleo familiar constituir-se de cônjuges e, muitas vezes, dos filhos dessa união. Havia, no entanto, a exigência contratual da presença de, ao menos, um membro do sexo masculino, dentro da faixa etária de doze a quarenta e cinco anos (SILVA, 2015).

A despeito do foco desta análise consistir na figura da trabalhadora, observa-se ante o exposto a violência simbólica experimentada, também, pelas pessoas do sexo masculino. Considerar a faixa etária “ideal” para a lavoura entre doze e quarenta e cinco anos demonstra uma incongruência entre a noção de aptidão física para o trabalho e o efetivo desenvolvimento biológico masculino. Disto poderia considerar-se que, mais relevante que o real desenvolvimento biológico do corpo masculino é a “condição” masculina, ou seja, o pertencimento ao gênero masculino. Ser do sexo masculino implicava, assim o sendo, possuir capacidade física suficiente para o trabalho braçal, numa leitura simbólica do corpo masculino que maximizava as habilidades físicas deste.

No contrato celebrado entre senhor e colonos, Silva (2015) relata que a quantia auferida pela família dependeria da quantidade de seus membros aptos ao trabalho, os quais prestariam cuidado a um número, estabelecido previamente, de pés de café. No entanto, por meio deste contrato, também se comprometiam a realizar pequenas tarefas necessárias na fazenda, mediante remuneração ou gratuitamente. Em troca, os colonos dispunham de livre moradia e de uma pequena parcela de terra, na qual poderiam plantar os itens necessários à sua subsistência.

Porém, tal disponibilidade de terra para a lavoura de subsistência visava sobretudo à prevalência econômica do senhor. Ao obterem os colonos o sustento da própria terra, por meio de seu trabalho, o dono da terra poderia manter a parca remuneração paga à família colona. Nos dizeres de Silva:

Para o fazendeiro, essa produção também era importante, pois lhe permitia pagar baixos salários aos colonos. Ao explorar o trabalho familiar, o fazendeiro fazia com que todos os membros da família em condições de executar determinadas atividades se sentissem estimulados a participar do trabalho produtivo. A família era a um só tempo produtora e consumidora; cuidava de sua subsistência sem comprometer a

produção cafeeira, voltada para o mercado. Assim, os custos eram reduzidos para o fazendeiro (SILVA, 2015, p. 556).

Além das atividades diretamente ligadas ao cuidado dos pés de café, a mulher colona cumpria importante função na indústria doméstica, a qual era determinante na subsistência da unidade familiar. Assim sendo, além do preparo de carnes, bovina ou porcina, e demais alimentos, a colona fabricava cestos, cobertores, entre outros utensílios, além de transformar a gordura dos alimentos em sabão (SILVA, 2015).

Nota-se, em decorrência, que o papel da trabalhadora imigrante europeia dentro da fazenda poderia ter gozado de maior prestígio, haja vista empreender atividades de caráter prioritariamente masculino – relacionadas ao plantio dos pés de café – e também tarefas exclusivamente femininas – as ligadas à indústria doméstica. Dá-se o paradoxo existente entre a relevância das tarefas realizadas pelas colonas e a ausência de reconhecimento individual por tais atividades.

Ao discorrer sobre a relação de “poder” com o feminino, Michelle Perrot (2017) aduz que, ao ser referido no singular, o termo “poder” adquire conotação política, de centralidade, uma predominância que tende a centrar-se no masculino. As mulheres, na análise da autora, teriam “poderes”, os quais seriam reconhecimentos sociais limitados. Daí a reduzida presença de mulheres em posições sociais centrais.

Isto posto, considera-se que a mulher colona estaria distante do “poder”, limitando-se a possuir “poderes” que, por propiciarem uma ilusão de reconhecimento, a distanciariam da real autonomia e protagonismo social

Sobre a trabalhadora imigrante europeia, afirma Silva:

[...]apesar de desempenharem tarefas dentro de casa, na roça de subsistência e no cafezal, as mulheres não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas, porque seus trabalhos eram englobados no trabalho familiar controlado diretamente pelo pai-marido (SILVA, 2015, p. 557).

Sobre o trabalho imigrante do sexo masculino, destacou-se a disparidade dessa relação laboral a qual, embora fosse mais benéfica do que realidade dos trabalhadores nacionais, ainda era abusiva e prejudicial ao trabalhador. A trabalhadora imigrante, por outro lado, encontrava-se sujeita não somente à figura do patrão, mas à do pai ou marido.

A palavra francesa “*patron*”, segundo Perrot (2017), conota o paternalismo, o qual consistia num sistema de trabalho muito em voga na França do final do século XIX. Referido paternalismo caracterizava-se pelo convívio próximo ao patrão, seja tanto na linguagem quanto

na presença física, além da adesão do trabalhador. Embora em distinto período histórico, acredita-se que essas características de paternalismo laboral faziam-se presentes na relação entre mulheres imigrantes no Brasil e seus esposos. Além da obediência devida a estes, afirma Silva (2015) que havia vigilância dentro do próprio seio familiar para garantir o adequado cumprimento das tarefas.

[...] o chefe da família apresentava-se diante da esposa e dos filhos como a personificação da exigência dos proprietários – como o verdadeiro ‘patrão’, o supervisor e o capataz. O poder masculino centrava-se na figura do pai-marido-patrão (SILVA, 2015, p. 558).

Destaca-se, no entanto, que a supremacia do masculino ultrapassava o âmbito da lavoura. O pai/marido administrava os momentos de lazer, determinando as atividades permitidas às mulheres. No seio familiar, este era o responsável pela reprodução das dinâmicas de opressão de gênero que a sociedade perpetrava.

Já para as mulheres solteiras, era a própria pressão social que se incumbia de impedi-las de desviar-se do comportamento moralmente desejável para elas. Uma mulher solteira não poderia sair sozinha, pois isto implicaria que era “de vida fácil” ou “leviana”. Tampouco poderia optar pelo tipo de labor que desejava exercer. Para uma mulher solteira, a sociedade estabelecia as formas de ocupação aceitas, cabendo à mulher a “escolha” dentre essas ocupações pré-selecionadas para ela.

Ao permanecer solteira, a mulher colona transgredia a moral cristã, determinante na percepção de mundo da sociedade de então. E, conforme destaca Vannini (2010), ao estarem intrinsecamente relacionados o Estado e a Igreja, a mulher solteira ia contra as expectativas governamentais que almejavam um rápido povoamento do território nacional.

Na confluência de interesses entre a família, o governo e a igreja, o grande número de nascimentos interessava a todos. Os nascimentos estimulados pela política do governo representaram um percentual maior que os imigrados, no que se refere ao projeto de ocupação. Isto é, a ocupação se deu mais pelos nascidos no Brasil do que pelos imigrados do continente europeu. Os muitos filhos que nasciam com a benção do padre, idealizavam a plenitude do casal monogâmico e proliferador, visto que a pequena propriedade policultora dependia da força de trabalho gerada no seio familiar (VANNINI, 2010, p. 3).

Do exposto aduz-se que os interesses políticos e governamentais, no que tange à mulher, se auxiliavam da cosmovisão cristã para garantir a adequação da mulher ao modelo de sociedade almejado. Isto, no entanto, tornava-se problemático no que se refere à influência das mulheres nos locais de extração mineral.

O século XVII no Brasil observou o declínio da lavoura açucareira e a crescente importância da extração mineral, sobretudo nas capitanias de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso (FIGUEIREDO, 2015). Tendo seu auge no século XVIII, a extração mineral no Brasil alterou as dinâmicas sociais e suscitou diversos paradoxos no que tange às vivências femininas.

A intensa mobilidade no trabalho das minas, por exemplo, ocasionou o elevado índice de prostituição na colônia. As casas de prostituição, embora reprimidas pelas autoridades, constituíam elemento recorrente na sociedade local. Dessa maneira, a despeito da moral de então em muito relacionar-se aos valores cristãos, a impossibilidade de constituir vínculos afetivos nos moldes ditados pelas autoridades religiosas e governamentais – no estado de Minas Gerais, sobretudo, o governo impunha diversos trâmites burocráticos ao matrimônio – conduziu a prostituição a ser prática cada vez mais socialmente relevante dentro daquele ambiente.

Conforme referido, a cosmovisão cristã respaldava o modelo de sociedade almejado pelas autoridades de outrora porém era flexibilizada quando esta divergia das expectativas econômicas governamentais. No que tange à prostituição, tanto autoridades governamentais quanto eclesiásticas condenavam a prática, porém não porque buscassem superar a visão patriarcal da sociedade. Quanto a isto, Figueiredo (2015, p. 157):

A prostituição foi duramente combatida ao longo do século. O que parecia assustar as autoridades locais diante de sua disseminação era a multiplicação dos enjeitados – crianças abandonadas normalmente à porta das casas de autoridades ou de potentados locais cuja criação constituía responsabilidade dos cofres municipais.

Em contrapartida, o trabalho das mulheres nas “vendas” contrariava a moralidade da época – ao desconstruir a imagem de submissão da mulher, bem como ao fornecer ambiente propício para o contrabando de ouro e demais atividades ilícitas à época – mas, simultaneamente, auxiliava a arrecadação de capital. A despeito de ser recorrente a conduta “imoral” no ambiente das vendas, cita Figueiredo (2015) que foi o crescente temor do auxílio destas às rebeliões e fugas de escravos, que suscitou uma intensa repressão às vendeiras.

De número expressivo na colônia, a figura das “vendeiras” evidencia a transformação que uma sociedade sofre por meio do contato com distintas formas de percepção simbólica. A influência de tradições africanas e portuguesas possibilitaram uma ruptura parcial dos modelos de feminilidade vigentes no Brasil de então, pois, oriunda destas sociedades, a aceitação do trabalho feminino relacionado ao pequeno comércio alimentício. Cita Figueiredo (2015) que, nas sociedades africanas, as mulheres desempenhavam de forma recorrente atividades ligadas

a provisões alimentícias. Em adição, a sociedade portuguesa possuía legislação que promovia a participação da mulher no comércio de varejos.

A partir disto, nota-se o gradual incremento do protagonismo feminino na sociedade brasileira, conforme expõe Soihet,

As aspirações das mulheres brasileiras mudaram significativamente a partir de fins do século XIX, com o advento da República. Ao lado das mulheres pobres, desde sempre inseridas no mercado de trabalho, passaram a buscá-lo também aquelas dos segmentos médios e mesmo mais elevados da sociedade (SOIHET, 2013, p. 218).

O trabalho, que antes era “permitido” socialmente apenas às mulheres pobres, passa a integrar o imaginário das classes médias e altas. Começa a desconstruir-se a mentalidade da sociedade brasileira, embora o aspecto econômico tenha constituído relevante influência a isso. Da percepção que a mulher, ao trabalhar, envergonhava o homem pois evidenciava sua impossibilidade de suprir as necessidades familiares (PINSKY, 2013), a quebra deste preconceito foi possibilitada pela crescente industrialização, a qual aumentava o número de bens de consumo e, conseqüentemente, requeria maior entrada financeira no seio familiar.

Um paradoxo vivenciado pela mulher trabalhadora no século XX refere-se ao trabalho fabril. Submetidas a um regime laboral árduo, o qual podia chegar às 14 horas diárias, a precárias condições sanitárias e a abusos por parte do patrão, ainda assim a mulher constituía uma importante parcela trabalhadora do ambiente da indústria. As intensas reivindicações femininas da época pleiteavam o fim desses abusos e mais autonomia em outras áreas da sociedade, tal qual os direitos políticos e o pleno acesso à educação (SOIHET, 2013).

Também paradoxal, a diminuição da participação feminina na fábrica à medida em que as indústrias forneciam melhores condições de trabalho. (SOIHET, 2013) Isto, porém, não significa que se tenha reduzido a participação da mulher no campo laboral. A reestruturação produtiva que, em nível global, transformou as dinâmicas de produção, suscitou no Brasil mudanças econômicas e sociais que, de acordo a Bruschini (1994) conduziram ao aumento da presença feminina no campo trabalhista. Tais mudanças na realidade brasileira, aliadas às intensas demandas dos grupos feministas, fizeram com que, a partir da década de 70, o número de trabalhadoras incrementasse de forma significativa.

Adquirindo crescente importância, o desenvolvimento do setor terciário ocorrido a partir da década de 80 abarcou relevante parcela dos trabalhadores brasileiros, nisto incluídas as trabalhadoras. Porém, a inserção feminina no mercado de trabalho não pode ser considerada similar à participação masculina. De acordo a Bruschini:

[...]entender os movimentos de inserção das trabalhadoras no contexto mais global do mercado de trabalho não significa deixar de lado as especificidades do trabalho feminino, que não pode ser analisado sem se levar em conta o papel que as mulheres ocupam na reprodução [...]. A disponibilidade dos indivíduos do sexo feminino para o trabalho depende de uma complexa combinação de características pessoais, como a idade e a escolaridade, de outras relacionadas à família como o estado civil e a presença de filhos, como ainda de características da própria família, como o ciclo de vida e a estrutura familiar (BRUSCHINI, 1994, p. 182).

Tendo em vista o exposto, nota-se como a leitura simbólica que a sociedade faz do feminino influencia na maneira como este se insere e relaciona no campo laboral. Disto, a relevância de estudos que foquem especificamente no trabalho feminino, a fim de compreender os distintos mecanismos sociais e culturais que conduzem à perpetuação de uma leitura simbólica patriarcal e limitante, a qual culmina na impossibilidade da mulher equiparar-se ao masculino enquanto trabalhadora.

As distintas leituras simbólicas do feminino mediam as relações sociais, sendo de especial relevância identificá-las e desconstruí-las quando trata-se de âmbitos da sociedade na qual a dominação masculina faz-se latente. Sendo o campo da arte intrinsecamente conectado à subjetividade e pluralidade simbólica, estudar a maneira como retrata a mulher – e, em adição, *quem* retrata a mulher – reveste-se de importância. Portanto, o seguinte tópico discorrerá sobre as relações de dominação existentes no campo artístico, analisando a importância da presença feminina na obra de arte e como produtora de arte.

2.2 QUESTÕES DE GÊNERO, ARTE E LITERATURA

A superação das relações de dominação em função do gênero existentes dentro do contexto laboral – as quais são produto de uma construção histórica e social ocidental de hegemonia masculina persistente ao longo de séculos – requer, dentre outros fatores, na transformação da leitura simbólica do feminino. Embora distintas áreas do conhecimento auxiliem na desmistificação do corpo feminino – o ato menstrual perdeu a conotação demoníaca, as enfermidades psíquicas deixaram de ser atribuídas essencialmente às mulheres, dentre outros exemplos – ainda é usual relacionar “fragilidade” à “feminilidade”.

Ao dissertar a respeito da transformação das expectativas sobre o corpo feminino ao longo das décadas, Sant’Anna (2013) fornece exemplos das distintas mistificações sofridas por esse. Do “imaginário da mulher-flor” – onde a sutileza da beleza se aliava ao recato da conduta

– ao culto às formas voluptuosas – intrinsecamente relacionado ao aprimoramento das técnicas de cirurgia plástica e decorrente ingresso de noções médico-científicas à percepção de “bem-estar” – muitas foram as alterações, porém preservando em si a percepção unívoca, portanto opressora, da mulher.

Cita Sayão que a percepção simbólica do corpo feminino se relaciona profundamente com as vivências atuais das mulheres:

As construções simbólicas oriundas dessas concepções indicam uma suposta inferioridade feminina determinada por um corpo mais frágil, com menor número de neurônios e, ainda, situado na esfera da vida reprodutiva. Por isso, as mulheres são vistas como ligadas ao mundo da casa, ao doméstico e ao cuidado dos filhos. A capacidade corporal feminina relacionada à reprodução da espécie humana delimita o espaço da mulher na vida em sociedade; seu papel social de “cuidadora” confere-lhe uma posição hierárquica inferior em relação aos homens publicamente ativos e provedores. À primeira vista e tomando representações comuns, seria possível dizer que os homens estariam na esfera da vida produtiva, enquanto as mulheres na esfera da vida reprodutiva (SAYÃO, 2003, p.122-123).

Segundo Geertz (2008), é pelo do estudo da cultura que se podem compreender as teias de significação que estão presentes na sociedade. Integrando à cultura, as manifestações artísticas – visuais, musicais, literárias, etc. – constituem enriquecedora fonte de análise no que tange a um melhor entendimento dos paradoxos e complexidades sociais. Ainda, quanto à relevância das manifestações culturais, ressalta Ortiz (2008) que, embora a sociedade contemporânea tenda a negligenciar a cultura em seus planos políticos de atuação, o “culto” ao desenvolvimento social através da racionalidade não é uma característica inerente à vida em sociedade. Em contrapartida, o autor afirma a impossibilidade de uma sociedade sem cultura, visto que o ser humano percebe a realidade mediada pela subjetividade.

Dissertar, portanto, sobre as relações de gênero no campo artístico possibilita perceber as maneiras como a sociedade atribui significado à experiência feminina, identificando os elementos que integram o “imaginário da feminilidade”. Ainda, não limitando-se a arte à mera reprodução, sendo também criação, refletir sobre a presença da mulher, enquanto artista e enquanto representação artística, conduz à noção da importância de construir um referencial simbólico que permita dar vazão às distintas maneiras de vivenciar a feminilidade.

Tendo isto em vista, sobre a relação entre mulheres e arte, em princípio, deve destacar-se a reduzida presença da artista, tanto no imaginário coletivo, quanto nos espaços e instituições destinados ao incentivo da arte. Seja em museus, mostras ou, inclusive, dentro dos programas de ensino da arte, há predominância da figura masculina. A elaboração de currículos educacionais que não contemplam a mulher como agente de produção artística, ou ainda a

incompreensão da multiplicidade da arte feminina – o qual conduz a erros de disposição em museus e galerias, assim limitando as leituras artísticas possíveis – constituem exemplos expostos por Coutinho e Loponte (2015) e que conduzem à necessidade de discutir gênero dentro do campo da arte.

Aludida realidade produz desdobramentos que perpetuam as relações de dominação de gênero. Tendo se referido à arte como portadora de forte carga simbólica, a influir de maneira determinante no real, a ausência da voz feminina no meio artístico conduz à noção de que é apenas o olhar masculino digno de relevância. Torna-se, assim, uma visão de mundo impositiva, e que não condiz com a percepção das diversas minorias sociais.

A despeito da visibilidade artística feminina ser reduzida se comparada à masculina, isto não significa que as mulheres tenham se furtado da atuação no campo da arte. No mesmo sentido a afirmação de Franco e Prado:

A atuação feminina na vida literária, educacional e artística brasileira no século XIX foi efetiva e constante. Graças às pesquisas históricas mais recentes, nomes esquecidos e vozes abafadas ou excluídas voltam à cena, conferindo legitimidade e visibilidade às atividades intelectuais e políticas de mulheres que, de fato, participaram da vida pública do Brasil no passado (FRANCO; PRADO, 2013, p.194).

No século seguinte, essencial o papel desempenhado pelo feminismo na consolidação da identidade artística feminina. O movimento feminista, de início na década de 60 nos Estados Unidos, possibilitou a aquisição de direitos e visibilidade para as mulheres em distintas áreas, sendo o campo artístico uma delas. Visando romper com a imagem feminina projetada pela sociedade machista, as artistas feministas buscaram se distanciar o máximo possível desse “ideal de mulher”, satirizando elementos tidos como tipicamente femininos.

No entanto, era necessário mais do que uma produção artística inovadora para assegurar a visibilidade da arte feminista. As artistas utilizaram, portanto, estratégias de ação que incluíam a criação de espaços exclusivos para a promoção da arte feminista e o resgate histórico de mulheres artistas que tiveram sua importância trivializada pelo sistema patriarcal (COUTINHO; LOPONTE, 2015).

Essas atitudes de resistência adotadas por um grupo de mulheres que, em função da intensa segregação de gênero da época, muitas vezes tiveram necessidade de posicionar-se ostensivamente contra a masculinidade, tiveram como consequência a falta de apoio de parcela da população feminina. Comentam Coutinho e Loponte (2015) que há artistas que se recusam a classificar-se como feministas, pois identificam o termo como uma apologia à agressão masculina.

Eli Bartra (2000) destaca que o reconhecimento da arte feminina é essencial na formação de identidade para futuras gerações de mulheres. Ressalta a autora que, se existente apenas a produção artística masculina, a subjetividade das futuras artistas se orientará de acordo com os únicos modelos artísticos que conheceram, os masculinos.

No âmbito da arte literária, destacam Franco e Prado (2013) que escritoras, no Brasil do século XIX, recorreram ao texto literário para dar vazão a críticas referentes à sociedade da época. Por meio de contos de forte apelo emotivo, por exemplo, escritoras abolicionistas incriminavam as barbáries da prática escravocrata. Cientes do poder de denúncia do texto literário, também foi por meio da escrita que perseguiram a equidade de gêneros.

No século XIX, os textos escritos por mulheres, e publicados em livros, jornais e revistas, dependendo do tema abordado, eram alvo de especial atenção e estavam sujeitos a muitas críticas. Assim, é muito comum encontrarmos nos escritos femininos dessa época a convivência de propostas de mudanças bastante radicais com relação ao comportamento feminino ao lado de afirmações extremamente convencionais. As escritoras faziam isso porque se preocupavam com as repercussões de seus escritos entre o público leitor e com as represálias que podiam sofrer por pensarem muito diferente do esperado (FRANCO; PRADO, 2013, p. 207).

Do exposto verifica-se a dificuldade de posicionar-se contra uma sociedade na qual as relações de dominação de gênero davam-se de maneira explícita. De caráter menos controverso, a escrita de biografias sobre importantes figuras femininas da história brasileira permitia às mulheres desconstruir a percepção da mulher como submissa, sem ter de recorrer à crítica social direta. Atestar a existência de mulheres como Maria Quitéria⁴ e Jovita Feitosa⁵ já constituía ato de forte implicação política.

Também no gênero teatral as mulheres recorriam ao potencial criativo crítico da escrita. A peça de teatro *O voto*, escrita em 1890 por Josefina Álvares de Azevedo, constitui relevante demonstração. Apresentada no Teatro Recreio Dramático do Rio de Janeiro, a obra de um único ato se passava no interior da casa de um ex-ministro, onde as personagens – o próprio ex-ministro, sua esposa, a filha, o cônjuge desta, o Doutor, a empregada e seu noivo – discutem igualdade de gênero e direitos políticos. Neste âmbito, relevante destacar o momento social e histórico vivenciado pois, de acordo a Franco e Prado (2013, p. 212), “o contexto

⁴ Maria Quitéria de Medeiros, baiana nascida em 27 de julho de 1792, lutou em batalhas pela independência travestida de homem, que lhe brindou a Condecoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro (FRANCO; PRADO, 2013, p.197-198).

⁵ Antonia Alves Feitosa, popularmente “Jovita Feitosa”, nasceu no Ceará, em 1848, ganhando prestígio por ter se alistado para lutar na Guerra do Paraguai, embora não tenha lutado devido a seu alistamento ter sido considerado ilegal (FRANCO; PRADO, 2013, p. 200-201).

específico da peça é o próprio ano de 1890, no momento em que se está à espera da decisão que um ministro tomaria a respeito da lei do voto feminino.”

Na peça de Josefina Álvares, as personagens femininas posicionam-se firmemente em favor da igualdade feminina, defendendo seus ideais ante os personagens masculinos, ainda receosos e presos às concepções machistas. A importância desta representação do feminino se aduz por distintas razões. Ao apresentar a mulher como apta a posicionar-se a favor de seus ideais, a autora constrói uma possibilidade do real que passará a integrar o imaginário da sociedade que a recebe. Conforme afirma Perroné-Moisés (2006), ao mesmo tempo que denuncia, se recia por meio do texto um universo de possibilidades que seduzem, pois simultaneamente demonstram o real/falho e o sonho/possível.

Em adição, por ser *O voto* de autoria feminina, evidencia-se como a leitura subjetiva que as mulheres fazem de si próprias pode diferir da percepção hegemônica da sociedade. A existência destas produções literárias *de mulheres sobre mulheres* permite multiplicar os sentidos associados ao feminino, o que se faz necessário na sociedade contemporânea.

Sobre a necessidade de repensar as maneiras como a literatura representa as mulheres, Zolin (2010) aponta a importância dos estudos referentes a texto e contexto e a influência destes nas maneiras como se compreende a conexão entre relações de dominação social e o texto literário. Considerando que a obra literária carrega em si teias de significação da realidade social, problematizar as representações da imagem feminina conduz a questionar a mulher dentro da sociedade.

Dessa maneira, ao questionar a ausência de representações literárias do trabalho feminino na literatura brasileira e ao discutir as implicações que o ato laboral teve para a personagem Sandra, a pesquisa busca contribuir para os estudos literários ao apresentar uma personagem que se distancia dos estereótipos femininos até então recorrentes no âmbito literário. Ao integrar a literatura brasileira contemporânea, o conto *Sorte teve a Sandra* vai ao encontro de Zolin (2010), quando afirma a relevância da produção literária brasileira contemporânea, pois nela encontra-se personagens femininas que contrariam as expectativas que recaem sobre a mulher na sociedade, desconstruindo binômios como “mulher e maternidade”, “mulher e família”, entre outros.

Especialmente relevante, quanto a isto, é a obra de Clarice Lispector (ZOLIN, 2010), pois, por meio de seus romances e contos, desconstruiu a relação entre mulher e família, noção que sempre esteve fortemente ligada ao imaginário do feminino. Embora a autora tenha falecido na década de 70, os temas que retratou ainda constituem pauta de discussão, tanto no âmbito acadêmico, quanto nas distintas mídias sociais atuais.

Ainda, a autora expressa que as dinâmicas de dominação no campo literário resultam na consolidação de um cânone constituído predominantemente por vozes masculinas. Disto surge a necessidade de conhecer e incentivar a produção literária das minorias sociais, as quais são assim referidas não por critérios quantitativos, mas pelo caráter periférico que a sociedade lhes atribui. Sendo os textos clássicos associados à “alta cultura”, a crescente desconstrução deste conceito (BURKE, 1992) coaduna a problematização das obras clássicas e canônicas, conforme afirma Zolin:

Também no Brasil, a produção literária canônica foi e ainda tem sido constantemente revisitada por críticos/as feministas com o intuito de questionar e destronar os mecanismos de funcionamento das representações estereotipadas da mulher, cuja imagem aparece associada a forças naturais, ora preza a nobreza de sentimentos e ao caráter elevado; ora relacionada com a Eva pecadora e sensual. Tudo remetendo a um maniqueísmo reducionista que em nada condiz com as reais e múltiplas identidades femininas que povoam nossa realidade (ZOLIN, 2010, p. 185-186).

Nesta perspectiva, a representatividade feminina no campo artístico implica o incentivo à produção artística feminina e, também, a existência de multiplicidade nas representações da mulher. Integrando a cultura, a literatura possibilita novas formas de reflexão sobre o real e, dessa maneira, torna-se importante ferramenta para complementar estudos referentes à sociedade.

No que tange às questões de gênero atreladas ao campo do trabalho, segundo Bourdieu (2003), quando há uma relação desigual de poder em algum âmbito, esta se torna de dominação. Portanto, estudos como o de Wajnman e Gomes (2017) que tratam da desigualdade em razão do gênero no mercado de trabalho, explicitam que atualmente, no campo laboral, há dominação dos homens em relação às mulheres. Considera-se que, a partir da problematização social que a análise literária possibilita, podem se compreender melhor os fatores que contribuem para esta opressão, além de se criar condições para a transformação da maneira como as mulheres são percebidas no contexto laboral.

Tendo isto em vista, no seguinte tópico se discutirão algumas representações do trabalho feminino na literatura brasileira, relacionando-as aos elementos de dominação de gênero existentes na sociedade brasileira. Em adição, se irão analisar as distinções.

2.3 ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO FEMININO NA LITERATURA BRASILEIRA

Em estudo referente aos personagens dentro da literatura contemporânea, Dalcastagnè (2007) destaca a restrita presença de representações literárias femininas. A autora situa o personagem feminino junto a outras minorias sociais – negros, deficientes, entre outros – as quais não protagonizam o texto literário, podendo efetuar-se um paralelo entre referido fato e as restrições presentes em nossa sociedade que impedem a tais indivíduos de ocupar papéis de protagonismo social.

De acordo com Zolin (2010), a literatura brasileira contemporânea conduz-se à desconstrução de concepções patriarcais em relação à feminilidade, num processo que busca evidenciar as possibilidades múltiplas do feminino. Neste contexto, representações literárias referentes à maneira como as mulheres se inserem/relacionam no campo do trabalho podem desconstruir concepções maniqueístas as quais situariam o trabalho no polo oposto ao “feminino”.

Deslocando a ênfase da análise da literatura contemporânea para as demais correntes literárias brasileiras, discorrer a respeito de algumas maneiras como o trabalho feminino foi representado possibilita compreender as maneiras como se transformou a relação entre feminino e trabalho, tanto nas obras literárias quanto na sociedade brasileira. Ao ser o escrito de maior plurissignificância, o texto literário torna-se uma rica fonte de análise da sociedade na qual se insere e à qual pretende retratar, pois expõe a carga de subjetividade e simbolismo que permeia as relações sociais.

Assim, os textos do período colonial brasileiro, de caráter informativo, trazem em si a caracterização da mulher a partir da cosmovisão europeia cristã. Os escritos, portanto, não se restringem à descrição da sociedade indígena alheia à concepção ocidental de trabalho elaborando juízos de valor nos quais a alteridade é percebida como inferioridade dos povos nativos.

A esse respeito, Raminelli (2015) afirma que, a fim de legitimar o empreendimento civilizatório, os colonizadores retratavam os indígenas de forma grosseira e animalésca em seus textos. Disso nota-se a influência que os textos constituem na formação do imaginário de uma época, podendo reforçar ou desconstruir percepções que serão determinantes na maneira como se constituirão as relações sociais.

Quanto à literatura Barroca, nos séculos XVII e XVIII, as representações da mulher restringiam-se ao binômio da idealização ou ridicularização (SOUZA, 2005). Dessa forma, o

enredo das obras não possibilitava ao personagem feminino ultrapassar os estereótipos, ficando a participação feminina restrita a personagens rasos.

Tampouco no Arcadismo pode vislumbrar-se abertura para reconhecer na mulher aptidão para o protagonismo social. A percepção idealizada da mulher tornava inviável relacioná-la a atividades que não reforçassem sua pureza e delicadeza. Exemplifica Souza (2005) ao mencionar as *Cartas Chilenas* de Tomás Antônio Gonzaga, obra em que a beleza das representações campestres complementa os encantos da mulher, tão plácida e inerte quanto às paisagens.

Sucedendo ao Arcadismo, o Romantismo no Brasil dá maior complexidade à personagem feminina que, embora inserida num enredo que em muito reproduz as estruturas de dominação da sociedade de então, passa a figurar como protagonista em obras de destaque do período. Exemplificando a isto, ao discorrer sobre os romances da época e suas representações da mulher como submissa, Maia e Moreira (2010, p.2) afirmam que “percebe-se em *Lucíola* e *Senhora* o que seria uma insubordinação contra essa tradição”.

No que tange ao trabalho, em *Lucíola*, inicialmente, pode observar-se como a personagem principal rompe as expectativas sociais quando torna-se prostituta a fim de poder dar apoio financeiro à família adoecida. Este fato, integrante da microestrutura do romance, se imbuí de uma forte carga subjetiva, se analisado em conjunto aos aspectos sociais da época. A partir disto, nota-se a dificuldade da independência financeira às mulheres da época. O fato da personagem Maria da Glória recorrer à prostituição reforça a conexão entre o trabalho feminino e a marginalidade.

Conforme ressaltam Maia e Moreira (2010) ao tornar-se “Lúcia, a prostituta”, a personagem principal adquire liberdade de conduta que as amarras sociais não lhe permitiam. Pela transgressão da prostituição, o ápice da marginalidade, Lúcia adquire independência que lhe permite ser protagonista de seu próprio destino, a distinção das demais “mulheres de bem”.

Relevante também o simbolismo presente em ambos os nomes adotados pela personagem durante a narrativa. Em seu período de prostituta, “Lúcia” assemelha-se a “Lúcifer”, anjo caído da tradição cristã e associado às condutas imorais e ilícitas. Em contrapartida, nos momentos iniciais e finais do romance – após sua redenção – Lúcia se chama “Maria da Glória”, novamente apresentando elementos da cosmovisão cristã, porém relacionados à pureza e retidão. A partir do exposto, observa-se que, embora a mulher tenha a possibilidade de contestar as pressões sociais que se lhe impõem, *Lucíola* indica como ainda é tida como marginal uma existência em que possa portar-se com liberdade e independência.

Mais complexa, afirmam Maia e Moreira (2010), é a figura de Aurélia, protagonista de *Senhora. Órfã*, herdeira de um abastado patrimônio, a personagem Aurélia transgredir pela postura ativa em relação ao seu próprio destino. Chegando a comprar seu marido por 100 contos de réis, se aliam a este fato a inteligência de Aurélia – a qual a impede de ser enganada pelo personagem Lemos – e sua desenvoltura num ambiente predominantemente masculino, assim tornando-a uma mulher peculiar para a época.

Quanto à relação de Aurélia com o trabalho, destaca-se a desconstrução presente no seguinte trecho:

Corria então Aurélia a consolá-lo. Sabia ela já a causa daquele pranto, cuja explicação uma vez lhe arrancara à força de carinho e meiguice. Tirava-o do desespero, animava-o a tentar a operação, e para sustê-lo os esforços ia auxiliando-lhe a memória e dirigindo o cálculo.

A natureza dotara Aurélia com a inteligência viva e brilhante da mulher de talento, que se não atinge ao vigoroso raciocínio do homem, tem a preciosa ductilidade de prestar-se a todos os assuntos, por mais diversos que sejam. O que o irmão não conseguira em meses de prática, foi para ela estudo de uma semana. Desde então, o caixeiro que ia à praça receber as ordens do patrão e levar-lhe os recados, era o Emílio, mas o corretor que fazia todos os cálculos e operações, ou arranjava o preço corrente, era Aurélia. Assim poupava a menina um desgosto ao irmão, e o mantinha no emprego a tanto custo arranjado (ALENCAR, 1997, p.45-46).

Conforme consta desse fragmento, é o irmão de Aurélia que possui um trabalho formal. No entanto, ao evidenciar a dificuldade deste em aprender e manter o ofício e a decorrente necessidade de auxílio da irmã, se expõe indícios da competência feminina em áreas que vão além daquelas moralmente determinadas para elas. Ainda, a permanência de Emílio no emprego, embora dependa de Aurélia, não o furta do status social de “provedor”, mesmo que seja Aurélia que se encarregue do sustento financeiro da família.

O momento final de *Senhora* apresenta Fernando, o esposo, conseguindo “quitar” sua dívida com Aurélia, a qual se arrepende da conduta que até então tivera e passa a, voluntariamente, submeter-se ao marido. Tal qual ocorreu em *Lucíola*, a dominação masculina legitimada pela mulher faz-se essencial à felicidade conjugal e decorrente adequação social. Sobre isto, Maia e Moreira:

Percebe-se que, ainda que trilhem um percurso transgressor, tanto Lúcia quanto Aurélia assumem uma postura submissa em determinado ponto da narrativa. Ressalta-se, entretanto, que isso não objetiva apenas chegar-se ao típico “final feliz” romântico, mas possui importante função simbólica. Alencar, ao construir essas personagens transgressoras, que rompem com o estereótipo de mulher ideal da época, não se insubordina contra a tradição romântica, mas a corrobora, pois a transgressão/submissão dessas personagens insere-se em seu projeto identitário (MAIA; MOREIRA, 2010, p. 5).

O final do século XIX e início do século XX, no Brasil, apresenta o Realismo como vertente literária de maior relevância. Intensamente influenciada pelos acontecimentos sociais do período, tal qual a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, etc. (Souza, 2005) a corrente realista se utilizava de estratégias de composição como a ironia e a paródia a fim de criticar a realidade vivenciada.

Em Machado de Assis, por exemplo, a personagem do sexo feminino distancia-se do inefável ao apresentar características como astúcia e picardia. A diferença de prévias representações polarizadas do feminino, as mulheres de Machado de Assis não são inteiramente “boas” ou “más”. Capitu, personagem de *Dom Casmurro*, exemplifica esse aspecto, pois possui uma aguda inteligência, a qual se presta a ações positivas ou à manipulação.

No que tange ao labor feminino, Machado de Assis expõe a possibilidade da mulher trabalhar fora do contexto da marginalidade, além de evidenciar a possibilidade desse trabalho constituir importante parcela do sustento familiar. Observe-se o seguinte trecho

Viúva e moça, ficaram a seu cargo a filha, com dois anos e a mãe, cansada de trabalhar. Tinha de sustentar as três pessoas. Fazia doces, que era o seu ofício, mas cosia também, de dia e de noite com afinco, para três ou quatro lojas e ensinava algumas crianças do bairro, a dez tostões por mês (ASSIS, 1997, p. 71).

A distinção do vislumbrado em *Senhora*, a personagem feminina de Machado de Assis não tem a necessidade de validar sua atividade diante da sociedade através do masculino. Se o irmão de Aurélia necessitava manter a expectativa social que lhe exigia ser o provedor da família, o fragmento de Machado, em destaque, apresenta a gradual mudança de mentalidade da sociedade brasileira.

Afirma-se que a desconstrução ocorreu de forma paulatina pois ainda pode observar-se o trabalho da mulher relacionado a atividades específicas, que reforcem as características tidas como “femininas”: cuidado, fragilidade, beleza, etc. Dessa maneira, o trabalho da mulher acaba sendo melhor recepcionado quando ligado a áreas como, por exemplo, o ensino infantil e a enfermagem, o qual demonstra a ausência de percepção da pluralidade de experiências femininas.

Ao discorrer sobre a nobreza da profissão de parteira, Machado de Assis, por exemplo, não demonstra em seu texto uma percepção simbólica distinta da existente no Brasil colonial. A isto se afirma pois, conforme Priori (2015) a atividade de parteira existe desde os primeiros anos da colônia, integrando o imaginário da época e conferindo às parteiras respeito e prestígio dentro dessa sociedade.

Outra indicação da distinta relevância do personagem feminino em comparação ao masculino na obra de Machado de Assis é exposta por Souza:

Capitu, Sancha, D. Glória, D. Justina, todas do romance *D. Casimiro* são personagens secundárias, embora Capitu seja mais expressiva não se sobressai em caracterizações ou nas colocações do autor em relação às personagens masculinas. Todas as personagens femininas são utilizadas para emoldurar o protagonista Bentinho, homem que tem sua psiquê analisada por Machado de Assis (SOUZA, 2005, p. 48).

A crítica ao contexto brasileiro e a conexão entre literatura e sociedade se intensificam na corrente do Naturalismo, de origem francesa e que, no Brasil, teve como principal expoente Aluísio Azevedo. Nos textos pertencentes a este movimento, a literariedade se propõe a “comprovar” – utilizando-se esta expressão devido a importância que os naturalistas atribuíam à ciência – a influência do meio no indivíduo.

Tendo isto em vista, o romance naturalista buscava estabelecer o enredo em ambientes similares aos experimentados pela sociedade brasileira, fornecendo um retrato o mais distante possível da idealização. Esta busca por uma crua verossimilhança torna a corrente Naturalista peculiar em relação a manifestações literárias anteriores, conforme dispõe Catharina e Mendes (2009, p. 117) ao afirmar que “os naturalistas foram os primeiros autores brasileiros que escreveram romances sobre a pobreza, a feiura e a banalidade do cotidiano nas cidades do país.”

Estes autores desafiavam os padrões morais vigentes no Brasil do final do século XIX, escrevendo e, também, vivenciando uma realidade periférica. No entanto, a maneira como experimentavam elementos da vida marginal fazia-se peculiar, pois seu caráter de intelectuais permitia-lhe ter acesso, também, a espaços de requinte e sofisticação.

Os boêmios viviam numa zona de penumbra, ao mesmo tempo dentro e fora do mundo burguês, o que lhes permitia um intercâmbio genuíno com as camadas populares da população da cidade e também com setores da elite letrada. Mas isso não queria dizer que eles, às vezes, não fossem esnobes e nem estivessem livres dos preconceitos da classe dominante. Estamos falando de uma experiência urbana, moderna e paradoxal – a boemia – e tentar resolver o paradoxo empobrece nossa compreensão da experiência histórica real (CATHARINA; MENDES, 2009, p.120).

Das obras produzidas neste período destaca-se *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, no qual se encontram relevantes significações sobre o trabalho. Polarizando seus personagens entre os bem sucedidos e os miseráveis, o autor constrói em sua narrativa as distintas maneiras como o sistema trabalhista tem êxito em aprisionar *a ambos*. Os ricos, em sua perene sede por lucro, se fazem reféns da ganância suscitada pelo trabalho. Em contrapartida, os pobres têm no ato

laboral uma falácia, pois incapaz de lhes fornecer condições minimamente humanas (BOSI, 2006, p. 190).

Nisto se inserem os personagens femininos, as quais possuem características que não apenas ultrapassam a visão simbólica romantizada do feminino, mas também diluem o limiar entre “humano” e “animal”. Dessa maneira, as mulheres trabalham, porém este não se faz o aspecto mais controverso da caracterização feminina. Veja-se a descrição da personagem Leandra como “Machona”, portuguesa feroz, berradora, pulsos cabeludos e grossos, anca de animal do campo” (AZEVEDO, 1997, p.15).

Nessa descrição o autor desconstrói, simultaneamente, a imagem, o papel social e a personalidade feminina. A menção aos pêlos femininos, aspecto que ainda faz-se tabu na sociedade hodierna, ao unir-se a características como “feroz” e “berradora” revelam uma disposição ativa, contrária à submissão.

Ainda, a comparação a um “animal do campo” possui forte apelo subjetivo, conforme afirma Bosi (2006, p. 191):

A redução das criaturas ao nível animal cai dentro dos códigos antirromânticos de despersonalização; mas o que uma análise mais percuciente atribuiria ao sistema desumano de trabalho, que deforma os que vendem e ulcera os que compram, à consciência do naturalista aparece como um fado de origem fisiológica, portanto inapelável. Como dá caráter absoluto ao que é efeito da iniquidade social, o naturalista acaba fatalmente estendendo a amargura da sua reflexão à própria fonte de todas as suas leis: a natureza humana afigura-se lhe uma *selva selvaggia* onde os fortes comem os fracos.

Retomando a subjetividade e o distanciamento da descrição pormenorizada do real, a corrente do Simbolismo, no final do século XIX, tem no lirismo de Cruz e Sousa e Alphonsus de Guimaraens seus precursores (BOSI, 2006, p. 281). De influência europeia, a musicalidade e alegorias foram recorrentes neste período, no qual a temática do feminino foi abordada por distintos autores.

Neste âmbito, a construção da imagem feminina em Cruz e Sousa, por exemplo, traz a multiplicidade da representação da mulher, ora como ser sexual e vibrante, ora como ser de ternura e delicadeza. A este aspecto da produção de Cruz e Sousa, corrobora Silva (2006, p. 60), ao afirmar que “a mulher aparece, em *Evocações*, desde: virgem, dominadora, triunfal – de Seráfica, a grávida, mãe de *Mater*”.

Se o Simbolismo não deu ênfase à relação entre mulher e trabalho, é no Modernismo e a partir deste que se multiplicam as produções literárias que buscam desconstruir os estereótipos do feminino. Autores como Rubem Fonseca e Ivan Ângelo, por exemplo,

apresentam personagens femininas que contestam os padrões sociais e, em razão disto, aproximam-se das vivências de mulheres reais.

A título de exemplo, *O caso Morel*, de Rubem Fonseca, subverte inclusive o padrão de relacionamento o qual determina que as relações afetivas devem envolver dois indivíduos do sexo oposto. Na obra, o autor apresenta um núcleo afetivo/familiar composto entre um homem e várias mulheres, assim demonstrando a complexidade das dinâmicas entre indivíduos. Em adição, a independência financeira da maioria das mulheres que se relacionam com Morel (SANTOS, 2008) fortalece a percepção de que o envolvimento destas com ele é voluntária.

Em *Zero*, de Inácio de Loyola Brandão, encontra-se a mulher desempenhando trabalhos que seriam percebidos por muitos como intrinsecamente masculinos. A personagem Carola, ao ser dona de um bar, explicita a possibilidade de ultrapassar o binômio “masculino/feminino” que divide não apenas os corpos humanos. Sendo o ambiente de bar usualmente relacionado às bebidas alcoólicas, jogos de azar e informalidade, as mulheres presentes nesse ambiente seriam representadas como “levianas”, de “pouca moral”. Ao frequentar o ambiente do bar com uma posição de protagonismo, haja vista seu status de dona, a personagem Carola evidencia a possibilidade da mulher distanciar-se da expectativa social condizente a ela sem, no entanto, recair na marginalidade.

Autora de destaque dentro do panorama literário nacional, Clarice Lispector retratou a mulher de distintas maneiras, inclusive contestando a relação entre feminilidade, família e maternidade, a qual constitui um dos alicerces do pensamento simbólico ocidental. Através de seus escritos, influenciou diversas escritoras as quais, na busca de aumentar a presença de retratos femininos na literatura, muitas vezes recaíram numa “fórmula” literária. Vide Zolin:

Há que se assinalar, por outro lado, no grande painel de imagens femininas vislumbrado a partir da literatura de mulheres, publicada no embalo de Clarice Lispector, certa tendência de se trazer à tona representações que reúnem no mesmo argumento (1) denúncias das feridas causadas pelas práticas patriarcais e (2) identidades femininas configuradas, essencialmente, a partir de aspectos positivos, elevados (ZOLIN, 2010, p.190).

As tendências contemporâneas na literatura, quais sejam as que continuam a se desenvolver a partir de 1930 (Bosi, 2006) inclinam-se pelo repúdio a modelos fixos de narrativa, prezando pela originalidade de enredos e caracterizações literárias. Dessa maneira, se houve obras literárias que, ao buscar distanciar-se ao máximo do perfil de mulher submissa, recaíram em outro estereótipo, o de “supermulher”, não deve afirmar-se que seja essa a orientação predominante na atualidade.

Por meio dessas representações, o estudo da literatura brasileira contemporânea justifica-se pela pluralidade de representações do feminino que apresenta, bem como pelo fato de dar maior ênfase à relação entre a mulher e o campo do trabalho. Isto posto, o próximo capítulo apresentará o conto *Sorte teve a Sandra*, do autor contemporâneo Luiz Ruffato, a fim de empreender uma análise que desvele as maneiras como os aspectos literários do conto se relacionam com a sociedade brasileira contemporânea.

3 UMA ANÁLISE DE *SORTE TEVE A SANDRA*

A partir do exposto a respeito da relação entre mulheres, representatividade artística e literária e mercado de trabalho, este tópico irá analisar o conto *Sorte teve a Sandra* de maneira interdisciplinar.

Em princípio, se apresentará o autor e a pentalogia *Inferno Provisório*, da qual o conto em análise faz parte. Em seguida, irá se expôr o enredo do conto e seus personagens para, no último momento, problematizar os obstáculos enfrentados pela personagem Sandra e relacioná-los à realidade contemporânea do trabalho.

3.1 LUIZ RUFFATO E O *INFERNO PROVISÓRIO*, POR LUIZ RUFFATO

Nascido em Cataguases, Minas Gerais, o escritor Luiz Ruffato possui uma história de vida que poderia, muito bem, constar nas páginas do *Inferno Provisório*. De infância pobre, desde cedo o escritor aprenderia como o trabalho é determinante na sociedade hodierna. Tal qual menciona Jaime Osorio, a sociedade atual “faz viver ou deixa morrer”, sendo condição essencial à “permissão de viver” estar inserido no mercado de trabalho.

O pai de Luiz Ruffato era pipoqueiro e semianalfabeto. Sua mãe era analfabeta e lavadeira. Ambos trabalhadores fora do âmbito da formalidade, o qual impedia que usufríssem de garantias trabalhistas básicas. Desprovidos de remuneração fixa, a família Ruffato se assemelhava a inúmeras famílias brasileiras que “vivem para trabalhar” e não “trabalham para viver”. Atualmente, nosso sistema econômico demanda o máximo possível do trabalhador, deixando-o demasiado exausto para desfrutar das demais esferas da vida (OSORIO, 2006).

Ao falar sobre os pais, Luiz Ruffato ressalta como a busca por melhores condições de trabalho – e, subsequentemente, de vida – foi determinante na trajetória de sua família. Leia-se o seguinte trecho de entrevista:

Minha mãe era filha de pequenos proprietários rurais em Rodeiro, uma colônia italiana desenraizada e paupérrima, que vivia da cultura de subsistência, próxima a Ubá. Analfabeta, quando se casou com meu pai, um órfão agregado a uma família italiana em Dona Eusébia, eles não tinham alternativa a não ser migrar. Buscando uma vida melhor (não para eles, mas para seus filhos), chegaram em Cataguases, um núcleo urbano e industrial que oferecia uma infraestrutura diferenciada das outras cidades da região da Zona da Mata (ROCHA, 2007, p.204).

A partir desta fala do autor, muitas coisas podem ser destacadas. A escolha de palavras, em princípio. A mãe é “paupérrima”, e vem de uma colônia “desenraizada”, termo que denota a extrema falta de adequação. Por outro lado, o pai é um órfão “agregado” e não “adotado”. Nota-se, portanto, que não havia a sensação de real entrosamento no seio familiar.

Destaca-se que, tal era a necessidade de encontrar melhores alternativas para a família, que foram compelidos a migrar. Nisto, a família se enquadra na afirmação de Ferreira (1986) quando afirma que, na América Latina, há um grande fluxo migratório de parcelas menos favorecidas da população em direção a centros urbanos e industriais. Conforme menciona Ruffato, Cataguases é um núcleo urbano e industrial, possuindo assim maior oferta de empregos.

Tendo o lar “às custas das trouxas de roupa que minha mãe lavava e do dinheiro que meu pai fazia vendendo pipoca” (ROCHA, 2007, p. 204) a informalidade das atividades exercidas impossibilitava à família Ruffato de usufruir de garantias trabalhistas tais quais seguro desemprego, licença de saúde ou maternidade e remuneração de férias. O trabalho, dessa maneira, teria que ser ininterrupto, negligenciando períodos de descanso ou lazer.

Em virtude de tal condição familiar, os filhos Ruffato não tardariam a buscar uma atividade que os remunerasse e possibilitasse contribuir nas finanças da família. De irmão ajustador-mecânico e irmã tecelã, Luiz Ruffato se “aventurou” nos mais distintos ofícios, desde a tenra idade de seis anos.

Eu, desde os seis anos de idade, acompanhava meu pai, e, para ajudar no orçamento doméstico, exerci as profissões de pipoqueiro, caixeiro de botequim, balconista de armarinho, operário têxtil, até entrar no Senai e me formar em tornearia-mecânica (ROCHA, 2007, p.204).

Citado por Antunes quando critica a reestruturação produtiva, o trabalho infantil é uma das consequências desse incremento desenfreado da informalidade e que foi vivenciado pela família Ruffato. A despeito da legislação vetando tal prática, a sanção jurídica fazia-se menos ameaçadora à família do escritor do que as consequências práticas da falta de dinheiro para sustentar o lar. Quase cinquenta anos após, esse tipo de prática ainda é recorrente em famílias de baixa renda, requerendo medidas além das legislativas para solucionar essa questão. Conforme afirma Druck (2005), o liberalismo ocasiona reflexos além dos econômicos: violenta material e simbolicamente.

A formação técnica de ambos os rapazes Ruffato também se faz indicativo da necessidade em obter, o quanto antes, uma remuneração. Segundo Fritzen (2015) – quando

discorre sobre o curso técnico realizado por um personagem de Luiz Ruffato – as formações técnicas não se destinam a uma evolução crítica e humanística, mas ao desenvolvimento das habilidades manuais básicas necessárias ao exercício de determinada atividade. A partir disto, se faz manifesta o precípua papel que o trabalho desempenha nas parcelas de população menos desfavorecidas, dificultando a que cresçam nas demais esferas sociais.

Porém, dedicar-se, na vida adulta, a ser torneiro mecânico não foi a aspiração original do jovem Ruffato. Tendo lido o primeiro livro aos doze anos - do qual resultou uma febre, a certeza de que a vida era muito mais do que ambiente com o qual estava familiarizado – esse contato inicial com a literatura encantou o menino Luiz. Inclusive, o levou a dizer a sua mãe que seria escritor.

A reação da senhora Ruffato ante o desejo de seu filho traz uma forte carga simbólica. Ela chora, pois queria que seu filho fosse operário. Nisto, poderia se dizer, se faz presente a escala de valores da sociedade contemporânea. Ser operário significava ir contra o desejo do menino Ruffato, já que a árdua rotina não permitiria desenvolver o ímpeto criativo do jovem. Em contrapartida, ser escritor não garantia o “pão de todo dia”, por não ser um trabalho.

Em entrevista, Luiz Ruffato destaca como a ausência da percepção de que o escritor trabalha ainda impera na sociedade brasileira. A atividade da escrita, afirma, ainda se relaciona muito à manutenção do ego do autor. Dessa forma, ao invés de serem pagos, muitos escritores pagam para ter seus textos publicados. Em adição, ao não remunerar de forma justa o trabalho do escritor, as editoras também têm parcela de culpa (Rocha, 2007).

Formado torneiro mecânico, novamente há uma migração na família Ruffato. Sem sequer chegar à maioridade, aos dezessete anos, Luiz Ruffato vai para Juiz de Fora em busca de emprego. Conforme explica, apenas não foi para o ABC paulista – destino que, em princípio, pareceria mais provável – pelo aumento da demanda por mão de obra especializada.

Sobre essa necessidade de migrar, Ruffato declara:

A imigração é um fenômeno econômico: deixa-se o lugar de origem para buscar melhores condições de vida. Ou seja, não é uma opção, é falta de opção. Quando se migra, mais que deixar para trás hábitos, costumes, sotaques e amigos, abandonam-se os mortos no cemitério, pois não é possível carregar os ossos. Os mortos são a história: quando se migra, perde-se o contato com a mais profunda subjetividade, aquilo que faz com que você seja um, e não outro (ROCHA, 2007, p. 212).

A partir dessa afirmação de Ruffato se pode visualizar, de maneira prática, a violência simbólica referida por Druck (2005) quando fala de nosso sistema econômico. O forçoso

rompimento de laços afetivos e culturais deixa explícito o caráter primordial da obtenção de trabalho, às custas da convivência familiar e social.

É, finalmente, ao chegar em Juiz de Fora que Ruffato tomará consciência do paradoxo da classe trabalhadora brasileira: uma grande importância efetiva, porém com pouco ou nenhum reconhecimento social. Ao iniciar seus estudos de jornalismo na Universidade Federal de Juiz de Fora, tomará consciência de que “nada sabe”. E, pelo contato com a literatura e política, percebeu como era ausente dentro dos meios literários a figura do personagem da classe trabalhadora.

Ele, que havia vivenciado as vicissitudes de subemprego atrás de outro, agora poderia apontar para todas as injustiças. Como afirma Candido (2004b), a literatura pode humanizar, e foi acreditando na função social da literatura que, em 2005, inicia o empreendimento do *Inferno Provisório*.

Tendo escrito literatura desde 1998, e havendo se consolidado como um autor premiado e internacionalmente publicado nos subsequentes anos, a saga *Inferno Provisório* se atreve a ser um épico do proletariado, iniciando no êxodo rural e relatando toda a trajetória da classe trabalhadora até o início do século XXI. A inovação, entretanto, não encontra-se somente na escolha do tema. É, também, da forma, aspecto essencial da criação literária e que permite expor o utópico e real simultaneamente, conforme afirma Perroné-Moisés (2006). Para o autor, a literatura possibilita às palavras a aquisição de novos significados, portanto as expressões utilizadas em suas narrativas são selecionadas de maneira cuidadosa, a fim de potencializar a mensagem do texto.

A linguagem também acompanha essa deterioração: começa extremamente influenciada pelo imaginário rural – seja na escolha do vocabulário, seja no ritmo da narrativa – e vai se “urbanizando” com a passagem do tempo (ROCHA, 2007, p.208).

A relação dinâmica entre literatura, ficção e realidade também é corroborada por Ruffato, quando afirma que toda literatura é autobiográfica, pois parte de um real. Sendo, no entanto, impossível apreender o real em sua integralidade, a literatura faz-se sempre fragmento, parcela dessa experiência do real. Seu desafio, portanto, é que o leitor assimile essa vivência individual e a considere verossímil.

Tendo isto em vista, não parece descabido afirmar que os personagens do autor “são e não-são Luiz Ruffato”. Ainda, ao destacar a relevância da memória coletiva e do papel do leitor na dinâmica para a literatura, também poderia afirmar-se que todos são, de certa forma, personagens de Ruffato.

Essa possibilidade de identificação encontra-se nos relatos dos cinco volumes do *Inferno Provisório* e, em especial, em seu último, intitulado *Domingos sem Deus*. De título marcante devido à ironia do “dia santo” sem um Deus, o autor chega a se referir à “sobrevida” – termo próprio das ciências médicas, que visa designar o período de vida anterior à inevitável morte – do trabalhador. Busca, com isto, ressaltar a árdua vivência da classe trabalhadora, que passa pela vida sufocada pelo capitalismo até, inevitavelmente, perecer.

Destaca-se a possibilidade do leitor identificar-se com os contos presentes em *Domingos sem Deus*, devido este tratar do século XXI e ambientar-se, prioritariamente, no espaço urbano. Seus contos possuem em comum a mediocridade e desesperança da vida de quem é consumido pelo liberalismo. Seja na figura de um mecânico que nunca retorna ao lar em que nasceu, de uma dona de casa frustrada ou de um homem que foge da família por temor a não corresponder a ideia de “bem-sucedido” que dele possuem, os personagens de Ruffato estão cansados, deixados inertes pela pressão econômica e social que vem dessa.

No entanto, as narrativas de Ruffato não pretendem ser apenas espelho da realidade. Afirma ele que são “meros informes provisórios de uma batalha em curso, passíveis, portanto, de constante atualização”. Isto explica a recorrente revisão e atualização que o autor realiza de suas obras já publicadas, pois considera o processo extremamente dinâmico. (VERSIANI, 2015)

Em *Inferno Provisório*, por exemplo, se encontra a reescritura de contos que constavam nos livros publicados *Histórias de Remorsos e Rancores* (1998) e *Os sobreviventes* (2000). Isto, no entanto, não desmerece a reescritura. Conforme explica Ruffato, o fato do escritor jamais poder capturar a totalidade do real não significa que esteja impedido de ir, gradativamente, se aproximando de tal realidade.

Ao longo de sua trajetória como escritor, Luiz Ruffato experimentou com a reescrita e com a forma a fim de poder contar as histórias “do jeito que merecem ser contadas”. Utilizando-se de seu conhecimento sobre as escolas literárias consolidadas ao longo da história, o autor não se limitou a ser um receptáculo de saber. Inovou, combinando estilos e, por meio disto, criando algo totalmente novo. A título de exemplo. A metaliteratura – utilizada por Miguel de Cervantes, Enrique Villa-Mata e, no Brasil contemporâneo, por Ricardo Lísias – foi “repaginada” nas mãos de Ruffato. O autor não se coloca apenas como personagem: é “Luiz Ruffato”, autor-personagem, que escreve uma narrativa da qual o leitor tem acesso apenas em fragmentos.

Em *Eles eram muitos cavalos* – que, na verdade, se escreve inteiramente com minúsculas – há setenta relatos curtos, fragmentos da “grande” São Paulo, e que podem ser

lidos na sequência preferida pelo leitor. Num molde que se assemelha ao *Jogo da Amarelinha* de Júlio Cortázar – onde cada capítulo tem um número, mas podem ser rearranjados e lidos em qualquer ordem – o autor convida a essa leitura não-linear. Se Cortázar (2013) sugere em seu livro uma sequência de capítulos para a leitura da segunda parte do romance, iniciando no capítulo 73, Ruffato também compele seu leitor a fugir da “mesmice” da linearidade ao chamar *Eles eram muitos cavalos* de “instalação narrativa”. (VERSIANI, 2015, p. 1)

Entretanto, foi a *Inferno Provisório* que o autor chamou de “seu projeto mais ambicioso”, conforme sua própria análise:

Meu projeto mais ambicioso, inverte o conceito de realismo socialista, escola que acentua o naturalismo e empenha-se em construir uma história coletiva em detrimento do indivíduo. Neste romance de quase mil páginas, fundo o realismo capitalista, narrativa que também pretende desenhar a história coletiva, mas centralizada no sujeito – o indivíduo é o protagonista (VERSIANI, 2015, p. 1)

Conforme explicado em tópico prévio, o romance proletário foi gênero em voga no Brasil em torno da década de 30 do século XX, sobre o qual há poucas certezas, haja vista o reduzido número de análises sobre ele. Em *Inferno Provisório*, Ruffato bebe da fonte desse gênero de denúncia, porém trazendo nítidas inovações. Se o romance proletário e socialista deslocava seu foco para o embate de classes, onde o aspecto subjetivo e psicológico dos personagens não é explorado a fundo, Luiz Ruffato busca ir além.

A criação de personagens de suma complexidade psicológica, característica de escritores como Clarice Lispector e Lúcio Cardoso, encontra em Ruffato um autor disposto a aliar essa riqueza subjetiva da personagem a uma apurada crítica econômica e social. Em *Inferno Provisório* os personagens não são meros fantoches sem vida, atuando numa “peça” contra o capitalismo. Possuem angústias, medos e tristezas. Não são o operário explorado que trabalha na obra na esquina da sua casa, pois a prosa é ficcional. Mas, ao mesmo tempo, é ele, e não somente isso: são todos os trabalhadores explorados.

Essa possibilidade de experimentar a opressão e a desesperança por meio das personagens se faz poderosa a transmitir a mensagem do autor. E, sendo a literatura mais do que a intencionalidade do autor (Jouve, 2012) o leitor irá agir sobre a obra com sua leitura, que não é passiva, mas criadora. O próprio Ruffato demonstra consciência disso e enaltece esse poder da literatura, ao afirmar que “publicado o livro, desaparece o escritor e irrompe o leitor, que apropriando-se do fato narrado, realimenta a memória coletiva” (VERSIANI, 2015, p.1).

A menção à “memória coletiva” é recorrente nas falas do escritor. Para ele, a memória coletiva é de onde surge a ficção, sendo seu início e seu fim. É produto da história de toda a

humanidade, na qual estão inseridos tanto o escritor, leitor e a própria força criadora do romance. Pois, embora a obra literária seja escrita e carregue a intencionalidade de seu autor, este, ao pertencer ao coletivo da memória, não pode assumir para si a total autoria do texto (VERSIANI, 2015).

Conforme critica Perroné-Moisés em *A criação do texto literário*, o termo “criar” de conotação quase divina, coloca o escritor num plano muito distante ao da realidade e ao do leitor. Ao frisar a importância da memória coletiva do fazer literário, Luiz Ruffato humaniza a si, enquanto escritor. E, inclusive, mais que isso. Escritor por profissão, um ofício que, embora criativo, segue uma rotina tal qual qualquer outro. Leia-se o que respondeu o autor ao ser indagado sobre seu processo de escrita:

Como escritor profissional, escrevo todos os dias. É o meu ofício. Há uma glamourização da figura do artista, ingenuamente alimentada pelos próprios, que serve exclusivamente aos interesses do poder. Na medida em que apontam os escritores como “loucos”, “malucos”, “doidões”, “excêntricos”, etc., na verdade está se desqualificando o papel subversivo intrínseco ao trabalho do artista. Ser escritor não tem nada de especial. Senta-se ao computador e escreve-se (ROCHA, 2007, p. 205).

Esta fala de Ruffato poderia gerar certa confusão. A literatura – e, consequentemente, o escritor – não possuem poder de criticar a realidade? Como o escritor não teria nada de especial?

Os esclarecimentos necessários são encontrados no restante da resposta do escritor. Quem escreve possui o poder de criticar seu entorno. No entanto, Ruffato não considera o escritor especial pois, afirma, tal criticidade deveria ser inerente a todo cidadão. E haveria inúmeros meios de exercê-la, além do fazer literário. Ao dar o exemplo do gari que encontra grande quantia de dinheiro e a devolve, o autor deixa claro como, nas dinâmicas da sociedade, gestos tidos como “grandes” ou “pequenos” revestem-se de importância. Nenhuma ação que vá contra os mecanismos que oprimem poderia ser considerada banal (ROCHA, 2007).

É, portanto, na busca de superar as dinâmicas de exploração, em nossa sociedade, que dizem respeito ao gênero, que foi selecionado o conto *Sorte teve a Sandra*, presente no último volume do *Inferno Provisório*. Embora relato curto, por meio de sua temática e recursos estilísticos, é capaz de transmitir, com suma criticidade, a crítica à sociedade que não permite à mulher desenvolver-se enquanto trabalhadora.

Conforme exposto no início deste tópico, a sociedade atualmente “deixa morrer” a quem não se adequa a seu sistema econômico. A mulher, portanto, ao não ser recepcionada pelo mercado do trabalho, está fadada a subsistir, não existir.

Sorte teve a Sandra traz uma história de subsistência. É um relato ficcional que, justamente em razão disso, é capaz de transmitir a opressão sofrida por Sandra e por muitas outras mulheres na atualidade. Destaca-se no meio literário pela complexidade da personagem feminina e pela distância desta de qualquer estereótipo. E, também, vai ao encontro da fala de Jouve (2012), quando afirma a importância da literatura e sua análise na contribuição da efetiva transformação da realidade.

3.2 O ENREDO E PERSONAGENS DE *SORTE TEVE A SANDRA*

Narrado em terceira pessoa, o conto apresenta as vivências de Sandra, que nasce na mesma Cataguases de seu autor, Luiz Ruffato. Nascida em um lar pobre, com vários irmãos e o pai falecido, o sonho da jovem em “vencer na vida” parece algo distante.

A oferta de trabalho, porém, de “Dona” Diana, esposa do “doutor” Manoel Prata parece uma possibilidade para a deslumbrada garota. Abandonando a escola, muda-se para o Rio de Janeiro, na Tijuca, onde o belo apartamento em nada reflete a precariedade dos aposentos designados a ela. A oferta grandiosa é, na verdade, um trabalho mal remunerado e informal – mais adiante se constatará, ilegal – no qual Sandra não é respeitada de nenhuma maneira.

Exercendo a inconsequência comum a alguns adolescentes de sua idade, Sandra engravida de um encontro de uma noite, ocorrido no carnaval. Retorna, então, para Cataguases, sob o grande peso social de ser mãe solteira.

A jovem, no entanto, é sonhadora, e não desiste de alcançar seus objetivos. Por esse motivo, oito anos após seu mal fadado retorno a Cataguases, Sandra vai para o Rio de Janeiro. Deixando o filho aos cuidados da irmã, a personagem espera, desta vez, poder trabalhar e, por meio disto, dar uma melhor condição a seu filho.

Os primeiros dias na capital carioca irão demonstrar quão fechado é o mercado de trabalho para uma jovem negra, pobre e sem instrução. O trabalho que consegue em um mercadinho mal a mantém e contribui para que Sandra busque seu sustento por meio da prostituição.

O dinheiro, enfim, lhe permite uma certa comodidade, a qual deslumbra Sandra. E é através dele que a jovem inicia seus romances com Fred, jovem paulistano que, se em princípio, recusa os mimos e atenções, não tarda em acostumar-se a eles.

Dessa maneira, a relação de Sandra com Fred torna-se cada vez mais de subserviência, pois este passa a exigir, progressivamente, mais da companheira, tanto financeiramente –

Sandra passa a não dispor mais de dinheiro para enviar à irmã encarregada de cuidar de seu filho - quanto afetivamente – os comportamentos e aparência da jovem tornam-se alvos de crítica do companheiro. Fred torna-se opressor e passa a envolver-se com indivíduos de má índole, fato que justifica o temor de Sandra quando se descobre grávida.

A reação do parceiro ante a notícia é de indiferença, em contraposição às esperanças de Sandra. Cessa de satisfazer aos caprichos do namorado aspirante a artista – aos quais atendia na expectativa de, algum dia, ser a inveja de Cataguases – a fim de poupar dinheiro para o futuro do filho.

Aos três meses de gestação, a relação abusiva culmina no abandono de Fred, agravado pelo furto de todas as economias de Sandra. Forçada a retornar a Cataguases, dá à luz a Kaíke, momento em que descobre que ela e o filho estão infectados pelo vírus da AIDS. Isto, no entanto, lhe garante um salário-mínimo ao mês, pago pela Previdência, estabilidade de rendimento que assegura que, em Cataguases, se afirme que “sorte teve a Sandra”.

A sequência de ações, que compõem o conto, são prioritariamente externas, pois exteriores à consciência dos personagens. Embora, segundo Massaud Moisés (1969), não existam narrativas exclusivamente de ações externas ou internas, podem considerar-se que as ações no conto de Ruffato são principalmente externas, pois não há digressões sobre os pensamentos ou emoções dos personagens.

O enredo apresentado por Ruffato se utiliza de ironia no desfecho para potencializar a crítica presente no conto. Conforme expõe Pinto (2016, p. 138) ao discorrer sobre a prosa de Ruffato, o autor “descreve um processo de alienação do sujeito”, o qual se torna explícito quando se afirma que “sorte teve a Sandra”.

Embora autores como Perroné- Moisés (2006) considerem que elementos como ironia, fragmentação e intertextualidade não são características exclusivas da literatura contemporânea, considera-se que, no conto de Ruffato, a ironia é elemento chave da narrativa, aproximando a escrita de Luiz Ruffato a de outros contemporâneos célebres, como Ricardo Lísias.

No que diz respeito aos personagens, o fato de a protagonista ser mulher, pobre e negra, traz ressignificações tanto literárias quanto sociais, haja vista a escassez de protagonismo de tal minoria em ambos campos. Em um estudo realizado a respeito dos personagens brasileiros de literatura contemporânea, Dalcastagnè (2007) destaca como, a despeito do crescente protagonismo social da mulher, tal condição não se reflete na nossa literatura.

A importância da diversidade na literatura é explicada por Dalcastagnè nos seguintes termos:

Em primeiro lugar, a representação artística repercute no debate público, pois pode permitir um acesso à perspectiva do outro mais rico e expressivo do que aquele proporcionado pelo discurso político em sentido estrito. Como isso pode ser alcançado e quais seus desdobramentos possíveis, tanto em termos literários quanto sociais, é algo que permanece em aberto, mas essa parece ser uma das tarefas da arte, questionar seu tempo e a si mesma, nem que seja através do questionamento de nossa própria posição. (DALCASTAGNÈ, 2007, p.19).

Dessa maneira, debruçar-se sobre os personagens de Ruffato contribui para complementar um panorama literário e social. Sendo a sociedade plural, necessário que as representações artísticas de distintas ordens – dentre elas a literária – explorem as diversas experiências e identidades, assim enriquecendo o campo literário e, em adição, complementando uma transformação que é também política.

O narrador, embora onisciente, não deixar tudo explícito ao leitor. Ao invés de afirmações categóricas há alusões, indícios, os quais conduzem o leitor a “montar um quebra-cabeça”. A morte do pai de Sandra, por exemplo, é brevemente mencionada no início da narrativa, mas é informação determinante na compreensão das dinâmicas afetivas e econômicas da família. Houvesse um homem a sustentar a casa – conforme ditam os moldes da sociedade patriarcal – a personagem Sandra e seus irmãos não se encontrariam numa situação de carência.

Outro “silêncio” do narrador diz respeito ao personagem que engravida Sandra durante o carnaval. Deste, além da ausência de descrição física, não se sabe nem o nome. Esta falta de descrição, porém, pode conduzir à interpretação de que são múltiplos os perfis masculinos que enxergam na mulher um mero receptáculo de seu desejo sexual.

No que se refere a um dos filhos de dona Diana, Rafael ocorre algo curioso. Apresentado no início do conto como adolescente, constantemente assediando Sandra, no final do conto faz-se menção a um “doutor Rafael”, o qual consegue a pensão para Sandra. Em nenhum momento o narrador esclarece se este Rafael é, de fato, filho de dona Diana. Porém, a forte carga irônica do conto torna plausível que o adolescente inconsequente tenha se tornado um profissional bem sucedido.

Dentre os personagens masculinos, mais atenção é dada pelo narrador a Fred, homem com o qual Sandra viverá uma relação abusiva. Em poucas linhas, é possível perceber a complexidade de sua relação com Sandra e a maneira em que esta vai se transformando. Se, em princípio, existem os carinhos e promessas, a atitude final do personagem – o furto aliado ao abandono paterno – demonstram como, por trás de uma aparência inofensiva, havia uma personalidade tóxica. Tal personagem não é, portanto, caricato, pois o narrador expõe condutas

deste que evidenciam como pode usar de atitudes e palavras de afeto para esconder propósitos obscuros.

De acordo com Dalcastagnè (2007), a forma de perceber e se relacionar socialmente se altera drasticamente de acordo com a cor ou gênero. Os personagens de Ruffato vão ao encontro de tal afirmação, pois é notório durante a narrativa como as personagens femininas e pobres estão susceptíveis aos abusos e dominação. A mãe de Sandra, por exemplo, se vê forçada a aceitar a partida da filha para o Rio de Janeiro junto com “a nova patroa”, possivelmente em razão à ajuda financeira que a família obteria de tal fato.

Segundo Candido (2014, p. 51) “a personagem vive o enredo, as ideias e os torna vivos”. Porém, é somente por meio de uma linha de coerência que o personagem pode tornar-se verossímil. A protagonista Sandra, dessa forma, “convence” o leitor, pois a personagem é construída e apresentada durante o conto de maneira a corresponder suas ações a suas características emocionais e sociais.

Logo no início do conto, por exemplo, é possível notar o desejo de superação da jovem, aliado a um toque de inconsequência. Sandra abandona os estudos cedo e, contrariando a mãe, vai trabalhar em outra cidade. Chegando ao Rio, suas atitudes são as típicas de uma adolescente “deslumbrada”. O fato de ter engravidado corrobora a falta de maturidade, possível reflexo do brusco rompimento das relações familiares.

Sandra é negra, informação que é apresentada ao leitor de forma sutil, ao indicar os preparativos da jovem para o carnaval. Ao tentar alisar os cabelos, distanciando-se de seu fenótipo, a personagem é reconhecida pelo leitor, pois pratica uma conduta comum em muitas jovens de nossa sociedade.

Buscar apagar, distanciar-se da “negritude” é recorrente em sociedades como a brasileira, na qual a mentalidade eurocêntrica ainda se faz latente. Nesse contexto, uma personagem como Sandra contribui à atividade, tão necessária na superação do preconceito, conforme Dalcastagné:

Reconhecer-se em uma representação artística, ou reconhecer o outro dentro dela, faz parte de um processo de legitimação de identidades, ainda que elas sejam múltiplas. Daí o estranhamento quando determinados grupos sociais desaparecem dentro de uma expressão artística que se fundaria exatamente na pluralidade de perspectivas (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 14).

Além de Sandra ser uma personagem “peculiar”, visto que protagonista embora mulher e negra, a importância que o trabalho tem para a personagem a diferencia de muitas mulheres protagonistas na literatura brasileira. Ao contrário da busca por uma relação amorosa, tema

recorrente quando se trata da mulher dentro da ficção, o foco de Sandra é mudar sua situação financeira e social. E, assemelhando-se a muitas mulheres contemporâneas, almeja fazê-lo por meio de seu trabalho.

Sobre a relação entre mulheres, mercado de trabalho e literatura, assim discorre Dalcastagnè:

Nas últimas décadas, registrou-se um avanço – ainda insuficiente, mas indiscutível – na condição feminina. As mulheres ampliaram sua presença no mercado de trabalho de uma maneira notável: em 1977, na faixa de idade entre os 16 e os 60 anos, participavam do mercado de trabalho 88% dos homens e 39% das mulheres; em 2001, as porcentagens eram de 87% e 58%, respectivamente. Também diversificou-se a gama de profissões a seu alcance, e elas já despontam, ainda que timidamente, em posições de chefia. Apesar das barreiras que permanecem de pé, as mulheres estão hoje muito mais visíveis na esfera pública do que, digamos, nos anos 1950. O romance brasileiro, porém, registra mal estas mudanças, continuando a privilegiar a associação entre a figura feminina, o lar e a família (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 39).

Além da personagem ser verossímil por refletir a crescente inserção feminina no mercado de trabalho, as dificuldades por ela enfrentadas encontram eco na realidade hodierna. Jovem, negra, pobre e mãe, pouco crível seria o conto se Sandra houvesse sido facilmente acolhida por algum empregador.

Por oito anos permanece Sandra na terra natal, onde é estigmatizada pela própria família. Novamente, as personagens do conto adotam condutas que podem ser observadas em nosso entorno social, possibilitando ao leitor estabelecer conexões entre o ficcional e sua própria vivência.

A personalidade de Sandra, entretanto, que é apresentada no início da narrativa como ousada e independente - embora irresponsável – não se perde, apesar do transcurso dos anos. Sandra vai para o Rio de Janeiro, deixando o filho pequeno aos cuidados da irmã. A metrópole, no entanto, não é hospitaleira à moça do interior. Desempenhando “biscates” e, logo, empregando-se como caixa de supermercado, a precariedade é tal que leva a jovem a ceder a uma oferta de “vida fácil”: ser dançarina de boate no bairro de Ipanema. As expressões referidas entre aspas assim se encontram, pois foram utilizadas com o intuito de reproduzir os discursos de senso comum sobre os temas do trabalho informal e da prostituição.

O fato de ter optado pela prostituição – apesar desta não ser regulamentada no Brasil, o que fragiliza e marginaliza os trabalhadores sexuais – também se faz reflexo da personalidade que Sandra foi construindo desde a adolescência. A personagem, além de melhorar de vida, desejava fazê-lo para satisfazer sua vaidade. Ao ver a casa da patroa, no bairro de Ipanema, deslumbrou-se com o estilo de vida. Tal fato culminou na sua escolha por uma atividade que,

embora não criminalizada, carrega forte estigma social, além de colocá-la numa condição de vulnerabilidade, mais sujeita à violência física ou sexual.

A ausência de direitos e garantias trabalhistas também se manifesta desde o início da narrativa. Sandra foi empregada doméstica sem, de fato, ser amparada pela lei a tê-lo. A naturalidade com que o conto de Ruffato apresenta a “contratação” de Sandra pela patroa traz uma carga irônica intensa. As leis trabalhistas não coíbem as personagens, assim como ocorre em nossa sociedade.

Ainda mais vulnerável por sua condição de prostituta, a relação com Fred é consequência inerente, tanto nos traços psicológicos da personagem quanto sociais. Fred é músico, com potencial à fama. Fosse Sandra menos vaidosa, teria enxergado nisso uma atividade profissional incerta. Mas, desejosa de tornar-se “a inveja” de sua cidade, entrega-se inteiramente à relação.

O furto e a AIDS são duas intensas ações na narrativa que, embora as menos prováveis em comparação com a realidade, pois extremamente trágicas, se revestem de poder simbólico. No conto, cumprem o papel de um ponto final. Inúmeras vezes tentou Sandra escapar a sua realidade. O desfecho drástico do conto possibilita a noção de que agora, de fato, Sandra sucumbe. Uma derrota que sequer servirá como exemplo pois “Sorte teve a Sandra”. Ante esse final, cabe a certeza: outras “Sandras” virão.

O tempo do conto é cronológico, pois há menção explícita ao lapso temporal transcorrido entre o retorno de Sandra a Cataguases e sua ida ao Rio – oito anos – o qual propicia ao leitor mensurar o transcurso do tempo. A esta afirmação corrobora também a ausência de elementos que caracterizam o tempo psicológico, como recordações ou outros aspectos de não-linearidade.

O espaço da narrativa desempenha uma importante função no decorrer do enredo. Ao designar localidades reais para as ações dos personagens, o autor torna possível ao leitor usufruir de todo o conhecimento prévio a respeito desses contextos, assim enriquecendo o enredo. A cidade de Cataguases, onde se inicia o conto, é uma localidade do interior de Minas Gerais, desprovida de riquezas e, pelo fato de ser cidade pequena, possibilita a dedução de algumas de suas características. Usualmente, locais de população reduzida possuem um acentuado sentimento de comunidade, o qual faz com que seus habitantes sejam próximos, independentemente dos laços familiares. Em decorrência, não raro tal proximidade culmina em fofocas e uma intensa pressão social do meio.

Ao sair de sua cidade, Sandra vai para o Rio de Janeiro, cidade grande, familiar ao leitor. Nesse ambiente, o contato com os filhos da mulher rica e a própria imaturidade da

adolescência fazem com que Sandra negligencie seus afazeres, em prol das distrações que a cidade tem para oferecer. Por aludir a uma cidade real, extremamente verossímil é ao leitor compreender a grande influência que o Rio – e seu carnaval – exerceram sobre a personagem.

Na casa da patroa, a precariedade do novo trabalho a ser realizado por Sandra é evidenciada pela descrição do espaço, como sendo uma “minúscula dependência de empregada, escura e embolorada”. Isto, no entanto, não parece constranger a mulher rica, que o apresenta a Sandra, alegremente, como “seu cantinho”. A escolha do diminutivo, em tom carinhoso e de modo bastante informal demonstra a flexibilização e fragilidade da relação laboral. A personagem Diana busca informalizar a relação trabalhista de Sandra visando sua própria conveniência, sob o disfarce de um contato amigável, quase maternal.

Finalmente, a menção a Ipanema, bairro de classe alta do Rio de Janeiro, estabelece de maneira clara ao leitor qual é o objetivo de vida de Sandra. Ao ter a noção exata do luxo desejado pela personagem, o leitor pode, inclusive, antecipar-se ao clímax. Sandra é negra e pobre e, mesmo que tente, não pertence a esse universo. A forma como a trajetória da personagem rumo à classe alta tem fim pode ser incerta ao leitor, mas não a sensação – que vai gradualmente crescendo, conforme o conto chega a seu desfecho – de que não haverá para Sandra um bom final.

No presente tópico empreendeu-se uma breve análise dos elementos estruturais componentes do conto *Sorte teve a Sandra*. A partir destes, no seguinte momento se relacionarão os aspectos literários aos sociais, demonstrando que, embora a literatura busque ir além do reflexo do real, possibilita tecer inúmeras reflexões críticas sobre a sociedade.

3.3 PROBLEMÁTICAS FICCIONAIS E REAIS

Ao conhecer o enredo de *Sorte teve a Sandra* é possível tecer inúmeras reflexões condicentes à vivência social contemporânea. Tanto a coloquialidade da linguagem quanto as problemáticas enfrentadas pela protagonista permitem a identificação do leitor.

A linguagem adotada pelo narrador pode ser analisada de acordo com a crítica sociológica de Bordieu (1983), pois demonstra a hipossuficiência de Sandra, a qual será acentuada nos demais momentos do conto. Expondo o conceito de “língua legítima”, Bordieu situa a relação discursiva como uma relação de força simbólica, na qual prevalecerá aquele que mais se assemelhar ao status almejado pela sociedade.

Assim o sendo, às expressões populares como “enrabichou-se”, “escapuliu” e “uai”, o narrador acrescenta a descrição do deslumbramento de Sandra ante ser aceita como empregada por Dona Diana, esposa do doutor Manoel Prata, outro momento que pode ser compreendido a partir de Bordieu. Imbuído do poder simbólico que a sociedade atribui a certas profissões – médico, advogado, etc. – o marido de Diana confere-lhe, também, deferência. Torna-se “Dona” Diana, com “cheiro de povo rico”.

À ausência da norma linguística culta ao longo da narrativa – meio de exercício de poder segundo Bordieu – se acrescentam outras características que, atualmente, são recorrentes nas camadas sociais mais necessitadas. Sandra integra um núcleo familiar composto por nove pessoas, a figura paterna ausente devido à morte prematura, tornando o irmão mais velho “arrimo” de toda a família.

Nessa descrição inicial do ambiente familiar já é possível notar a ausência de uma figura feminina que tenha alcançado algum grau de independência, como se vê nesta passagem:

[...] três machos (o Junim, de colo ainda) mais seis tontas – uma apenas ladina, ela, Sandra, que de besta nada possuía. Nádia e Evelina, evanescidas no mundo; Cláudia, crente, entregue a culto, marido, filharada; Maura, solteirona deprimida; Beatriz morta...a mãe morta...uma tropa infame de mulheres descabeçadas (RUFFATO, 2011, p. 45).

A descrição acima retrata a realidade recorrente para as mulheres na sociedade atual que nasceram em núcleos econômicos menos favorecidos. Pois, conforme demonstram Wajnman e Gomes (2005) ao tratar da desigualdade de rendimentos em razão do gênero, a situação de discrepância vivenciada pelas mulheres não é uniforme, mas altera-se de acordo com a condição econômica e social da qual provem.

Dessa maneira, a consciência da existência da opressão de gênero no mercado de trabalho é, muitas vezes, ignorada por mulheres que se adequam à identidade tida como “desejável” em nossa sociedade, seja pela classe social ou cor de pele. Este fato, aliado à falta de contato com estudos teóricos referentes ao feminismo, contribui ao repúdio desse termo e, inclusive, à negação da existência de qualquer discriminação. E enfraquece-se, assim, o combate à violência de gênero.

Tal violência adquire conotações reais e simbólicas. Compele à mulher ao cuidado da casa e dos filhos, não lhe apresentando muitas alternativas além disso. Se, na atualidade, existem cada vez mais mulheres no mercado de trabalho, ainda cabe prioritariamente a elas a responsabilidade pela casa e pelos filhos.

Nesse sentido, embora Sandra se mude para outra cidade, ao mandar dinheiro mensalmente para a irmã com a finalidade de sustentar o filho que permaneceu em Cataguases, a personagem se assemelharia à maioria das mulheres brasileiras contemporâneas que trabalham e são mães.

Ao dissertar a respeito da relação das mulheres com o mercado de trabalho, Silveira e Freitas (2007) expõem um preocupante desdobramento referente à inserção feminina no mercado. Afirmam as autoras que, ainda cabendo à mulher a manutenção da estrutura familiar e doméstica, se vê ela forçada a recorrer a outra mulher – esta sim, em modalidade de subemprego – a fim de cumprir os afazeres laborais e familiares. A emancipação de umas, assim o sendo, acaba reforçando ao ciclo de exploração do gênero feminino.

Assim sendo, a irmã Cláudia segue o modelo “tradicional” de família existente na sociedade patriarcal, o da mulher dedicada ao lar e ao cuidado dos muitos filhos. Em contraposição, a impossibilidade de adequar-se a esse modelo faz com que Maura seja “deprimida” pois “solteirona”. As outras integrantes da família submetem-se à sina ainda menos promissora. Nádia e Evelina estão “evanescidas” no mundo e Beatriz e a matriarca mortas. A linguagem direta, ausente de emoções ou explicações quanto ao fato, indicam o conformismo ante o destino da mulher: a invisibilidade, de um lado, e a aniquilação, do outro.

A personagem Marcela, filha de Dona Diana, exemplifica a disparidade existente entre mulheres de origem abastada e humilde. Num primeiro momento, apresentada como “quase-médica”, no decorrer do conto se observa que Marcela teve sucesso em graduar-se médica, a despeito dos indícios a indicar que esta não era a estudante exemplar idealizada pela mãe. Nota-se, a partir disto, a facilidade com que a jovem rica se inseriu no mercado formal de trabalho, seguindo uma das carreiras que, atualmente, contam com maior prestígio social.

Outro relevante fator a atestar a precariedade da condição social de Sandra é a idade que ostenta quando vai trabalhar para Dona Diana. Aduz a isto a afirmação de que “Dona Diana, esposa do doutor Manoel Prata, podia ter elegido a Maura, dezoito anos completos, mas engraçou-se com ela, nem dezesseis ainda, só elogios” (RUFFATO, 2011, p. 45). Nesse fragmento constata-se a presença de dois elementos indicados por Antunes (2011) como consequências da reestruturação produtiva vivenciada no âmbito trabalhista na América Latina: a inserção precoce no mercado de trabalho e a crescente inserção feminina neste, porém de maneira precarizada.

Sobre a reestruturação produtiva, explica o autor que foi um processo resultante das tendências neoliberais e que, a partir da década de 70, buscou privilegiar o capital financeiro. Dentre suas consequências podem citar-se as privatizações, terceirização, incremento do

trabalho temporário, desemprego estrutural e flexibilização dos direitos trabalhistas. (ANTUNES, 2011).

Ao indicar que a idade de Sandra era de quinze anos do momento em que começa a prestar serviços à Dona Diana, nota-se que não haveria maneira de haver um contrato de trabalho legítimo entre ambas. Assim afirma-se pois, na faixa etária dos catorze aos dezoito anos, a única modalidade de contrato de trabalho passível de ser efetivada é a contida no Decreto 5598/05, que prevê e regulamenta o Contrato de Aprendizagem, situação a qual não se configuraria por diversos fatores.

A função de aprendiz visa propiciar ao jovem inscrito no programa de aprendizagem e dentro da faixa etária de catorze a vinte e quatro anos, formação técnico-profissional, seguindo um programa de aprendizagem que será desempenhado em local propício e acompanhado por entidade qualificada em formação técnico-profissional. Em razão disto, requisito obrigatório para ser aprendiz é a conclusão do Ensino Médio ou estar matriculado e frequentando instituição de ensino, outro aspecto inviabilizado já que Sandra “largou os estudos”.

Embora os aspectos expostos já fossem suficientes para impossibilitar a contratação de Sandra como aprendiz, é a própria natureza da função a ser desempenhada o maior óbice a isso. Complementando o Decreto n. 5598 de 1º de dezembro de 2005, o Decreto n. 6481 de 12 de junho de 2008 apresenta a Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), proibindo aos menores de 18 anos realizar as atividades nela contidas, seja na modalidade de trabalho ou emprego, salvo nas hipóteses abarcadas pelo próprio Decreto.

A respeito da distinção entre os termos “trabalho” e “emprego”, frisa Delgado (2016) que, de acordo com o Direito, “emprego” é a relação trabalhista dotada de particularidades, quais sejam a pessoalidade, onerosidade, não-eventualidade e subordinação, regida pela Consolidação das Leis de Trabalho. A relação laboral desprovida de tais características será relação de trabalho, regendo-se por leis específicas de acordo com o tipo de trabalho e, de forma residual, pelo Código Civil.

Destaca-se que, além de mencionar as práticas vedadas aos menores de 18 anos, a Lista TIP apresenta os possíveis riscos ocupacionais e à saúde do adolescente que as exercer. Assim sendo, o trabalho doméstico consiste no item 76 da Lista TIP (Decreto n. 6481/08), a qual expõe nos seguintes termos as consequências deste, aos adolescentes:

Prováveis Riscos Ocupacionais: - Esforços físicos intensos; isolamento; abuso físico, psicológico e sexual; longas jornadas de trabalho; trabalho noturno; calor; exposição ao fogo, posições anti-ergonômicas e movimentos repetitivos; tracionamento da coluna vertebral; sobrecarga muscular e queda de nível;

Prováveis repercussões à Saúde - Afecções músculo-esqueléticas (bursites, tendinites, dorsalgias, sinovites, tenossinovites); contusões; fraturas; ferimentos; queimaduras; ansiedade; alterações na vida familiar; transtornos do ciclo vigília-sono; DORT/LER; deformidades da coluna vertebral (lombalgias, lombociatalgias, escolioses, cifoses, lordoses); síndrome do esgotamento profissional e neurose profissional; traumatismos; tonturas e fobias; (BRASIL, 2008).

Ao aceitar a proposta de Dona Diana a personagem Sandra almejava ascensão social, a qual obteria como fruto de seu trabalho. No entanto, acaba por recair numa situação que potencializa sua vulnerabilidade, ao aliar sua precária condição social a um ambiente laboral impróprio para sua idade.

Outro aspecto relevante presente na narrativa é a relação entre migração e trabalho. Sobre isto, expõem Silveira e Freitas (2007, p. 21) que “a acentuada pobreza e o desemprego em países subdesenvolvidos fizeram com que uma série de mulheres emigrasse para países mais ricos à procura de emprego e sustento para suas famílias.” Nascida em Cataguases, Minas Gerais, a personagem Sandra desloca-se para o Rio de Janeiro em dois momentos da narrativa, em ambos compelida pela crença na existência de melhores oportunidades na capital. Assim sendo, pode-se estabelecer relação entre a análise de Silveira e Freitas e as migrações que ocorrem dentro do Brasil, de regiões pobres em direção a grandes centros urbanos.

No mesmo sentido, Ferreira (2006) destaca a grande presença de migrações direcionadas às maiores áreas urbanas dentro da América Latina, consequência da precariedade das zonas rurais. O autor, ao tratar das vertentes existentes dentro da teoria da migração, ressalta a importância de integrar o estudo das motivações individuais para migrar aos dos aspectos estruturais, sociais e econômicos, pois estes influem diretamente nos deslocamentos geográficos.

Em *Sorte teve a Sandra*, portanto, percebe-se que, além do desejo da personagem em usufruir de alto status social – evidenciado pelo deslumbramento ao ser paga em dólares e pela vontade do namorado artista atingir a fama – sua situação de mulher de pobre e de pouca escolaridade a levou a “tentar a vida” em um grande centro urbano. No entanto, as duas experiências de Sandra no Rio de Janeiro fracassam. Na primeira, a vida como doméstica culmina em gravidez, fruto de uma relação furtiva de carnaval. Retornando a Cataguases, onde permanece por oito anos, Sandra opta por voltar ao Rio de Janeiro, onde acaba por tornar-se prostituta, envolve-se numa relação abusiva, engravida novamente e, por fim, adoece.

Ao engravidar por primeira vez, Sandra passa a integrar a parcela de mulheres que, segundo Silveira e Freitas (2007) tem na maternidade um óbice na manutenção do trabalho. A afirmação das autoras de que o cuidado dos filhos ainda é socialmente imposto à mãe se

potencializa no caso de Sandra, visto que é mãe solteira, não recebendo qualquer auxílio do pai da criança. Convém, quanto a isto, citar Bordieu (1996), quando afirma que, muitas vezes, a dominação masculina legitima-se pelas próprias atitudes femininas. Desta maneira, ao aceitar a carga do cuidado do filho sem o apoio do pai, Sandra aceita a dominação simbólica, que dita ser papel exclusivamente da mulher: a criação dos filhos.

Ao tratar da dominação masculina, Bordieu (1996) afirma que, ao não ser sujeito que age na sociedade, a mulher torna-se objeto, assim tornando-se seu corpo e ações prisioneiros da expectativa social. A adequação a um padrão de beleza socialmente imposto visa, dessa maneira, aumentar o capital simbólico masculino, que se serve da mulher tal qual uma “coisa”. Isto se percebe implicitamente na narrativa quando se expõe que Sandra alisa seus cabelos com henê, buscando se afastar do fenótipo negro.

Em contrapartida, de forma explícita se configura a dominação de Fred em relação à Sandra, sem encontrar protestos da companheira. Destaca-se que, ao ser mantido financeiramente pelo dinheiro que advém da prostituição de Sandra, Fred comete o crime de rufianismo. Vide o Código Penal Brasileiro (1940):

Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência.

O intuito do legislador ao criminalizar tal conduta é de proteger a mulher de ser forçada a se prostituir. Dessa maneira, esse artigo é um dos dispositivos legislativos cujo propósito é contribuir para a igualdade de gênero, uma igualdade “material” e não “formal”.

Necessária a distinção entre igualdade material e formal, pois, não raro, o senso comum impregnado da mentalidade patriarcal tende a criticar ações afirmativas de gênero, sob o pretexto de que as mulheres estariam adquirindo “privilégios”. A igualdade formal, portanto,

determina que pessoas em condição semelhante serão tratadas de forma igualitária. Em contrapartida, a igualdade material dita que, havendo desigualdade de condições, o tratamento será também desigual, porém na medida a suprir essa desigualdade.

As ações afirmativas – sejam legislativas, políticas públicas etc – vão ao encontro dessa igualdade material. Quanto a isto, a Lei Maria da Penha deve ser citada, pois constitui uma iniciativa legal que, além de punir com maior rigor os agressores, se encarrega de dar assistência à mulher que tenha sido vítima de violência.

Destaca-se, no entanto, a importância que a referida lei atribui às ações preventivas, assim demonstrando a necessidade de romper as estruturas sociais que reproduzem a opressão de gênero.

No mesmo sentido, Serpa:

No entanto, se deve ressaltar que as desigualdades vividas no cotidiano da sociedade, no que se refere às relações de gênero, não se definiram a partir do econômico, mas, especialmente, a partir do cultural e do social, formando daí as representações sociais sobre as funções da mulher e do homem, dentro dos variados espaços de convivência, ou seja, na família, no trabalho, na escola, na igreja, na prática desportiva, nos movimentos sociais, enfim, na vida em sociedade (SERPA, 2010, p. 1).

Nota-se que, a despeito de a conduta de Fred ser criminalizável, isto não o impede de praticá-la, bem como não impede Sandra de sujeitar-se a ela. Apenas o sistema normativo penal, portanto, é incapaz de suprimir o abuso, se não se aliar à superação de uma estrutura social de dominação masculina.

A total ausência do pai do primeiro filho de Sandra – do qual não se conhece sequer o nome – e a passividade diante do abandono de Fred, são fortes indicativos dessa dominação masculina. Sandra, ao ser mulher, é a “mãe”, e deve se encarregar da criação de ambos os filhos. Não, há, por parte da personagem, qualquer ação na busca da participação paterna, seja afetiva ou financeira.

O rechaço que Sandra enfrenta, ao retornar para casa como mãe solteira, vai de acordo com o imaginário da maternidade vigente na sociedade. Ter um filho se torna algo a ser celebrado, sempre que se adequar a rígidas expectativas sociais. O nascimento deve acontecer dentro de um lar heteronormativo e, preferencialmente, financeiramente saudável. Quanto a isto, afirma Pinsky:

‘Mãe é tudo igual...’ – o adágio reforça a percepção de que a imagem de mãe em nada ou pouco se altera. De fato, na segunda metade do século XX, a maternidade continuou sendo vista como fonte de felicidade e realização da mulher. O modelo da

“boa mãe” nunca chegou a ser contestado com a mesma intensidade que as outras referências tradicionais (PINSKY, 2013, p. 528).

Sendo negra, pobre e solteira, Sandra rompe os padrões e, graças à sua condição feminina, é tida como única culpada dessa situação. Mesmo que a maternidade seja uma experiência coletiva nas culturas africanas, dotando a mãe de um papel de sabedoria e destaque, (STEVENS, 2016) a herança cultural da família de Sandra perdeu-se, recaindo num preconceito tipicamente eurocêntrico.

Destaca-se, em adição, que a censura da família de Sandra – composta prioritariamente por mulheres – releva que as mulheres também podem reproduzir inconscientemente o machismo. Nos dizeres de Saffioti:

Não se está, de forma alguma, afirmando que as mulheres são santas. Ao contrário, elas participam da relação de violência, chegando mesmo a desencadeá-la. Nem por isto, porém, a mulher detém o mesmo poder que o homem, não podendo, por conseguinte, consentir com seus desmandos ou com ele acumpliciar-se. Trata-se de uma correlação de forças, que muito raramente beneficia a mulher. Socialmente falando, o saldo negativo da violência de gênero é tremendamente mais negativo para a mulher que para o homem (SAFFIOTI, 1994, p.446).

Ao retratar as vivências e dificuldades de uma mãe pobre, o conto *Sorte teve a Sandra* rompe o imaginário contemporâneo da maternidade, onde a mãe perde a própria sexualidade e independência em função do cuidado dedicado aos filhos (STEVENS, 2016). O fato de Sandra querer uma vida melhor, não somente para os filhos, mas para si própria, e que a leva a mudar-se sozinha para a cidade grande, constitui exemplo disso. Mesmo que enviasse dinheiro para o filho, ao deixar de estar presente fisicamente, ante a sociedade Sandra seria “relapsa” e “mãe ausente”.

Na atualidade a mãe sofre pressão social para trabalhar, mas ao mesmo tempo, cuidar pessoalmente dos menores detalhes da criação dos filhos. Conforme explica Pinsky:

Enfim, trabalhar fora, investir na educação e no aprimoramento cultural, permitir-se usufruir o lazer, cuidar de si mesma, tudo isso é agora aceito, ao mesmo tempo que a maternidade continua central na vida da mulher com filhos. Contudo, o que precisa bonito no papel (e não uma contradição) trouxe muitas dúvidas, problemas e angústias para as mulheres concretas (PINSKY, 2013, p. 530).

Embora a autora afirme que, se comparado ao século anterior, este século está vendo, cada vez mais, as mulheres conseguindo administrar a vida laboral, afetiva e intelectual, desse “culto” à “supermulher” surgem graves consequências. Pais e ex-maridos se livrando de cumprir suas obrigações financeiras é um dos problemas apontados por Pinsky (2013). Disto

nota-se que, mesmo pobre, Sandra sofre a pressão do modelo feminino ideal, que a obriga a arcar sozinha com a criação de seus dois filhos e, conseqüentemente, ter dois homens se aproveitando disto.

Se conseguir ser a “supermulher” é difícil, para a mulher negra a dificuldade se faz ainda maior. Previamente citou-se como são distintas as vivências e oportunidades entre mulheres de classe alta e baixa. Tal distinção também ocorre em função da cor.

Em estudo sobre a mulher negra no mercado de trabalho, Bento (2004) apresenta dados alarmantes. A trabalhadora negra teria metade da remuneração média de uma trabalhadora branca. Mesmo quando o nível de escolaridade for o mesmo, a trabalhadora branca receberia 40 % a mais. O número de mulheres negras com empregos precários seria de 71%, contra 54% das mulheres brancas.

A marcante desigualdade existente dentro do mesmo gênero tende a se perpetuar ante o reduzido enfoque dado ao problema. De acordo com Bento (2004), as discussões sobre racismo na sociologia do trabalho são quase inexistentes. A pouca visibilidade da problemática, dessa maneira, fomenta as críticas que taxam de “assistencialistas” medidas afirmativas.

Ao ser indagada sobre a relação entre gênero e racismo no Brasil, a ex-ministra Matilde Ribeiro forneceu a seguinte resposta:

Em nossa sociedade, por intermédio da perpetuação do machismo, são muitos os estigmas em relação à mulher, seja de objeto sexual ou de subserviência. Tais estigmas interferem, na construção da identidade, nos direitos reprodutivos, na sexualidade, na anticoncepção, na maternidade, na posição que ocupa na família, união ou casamento. São acentuados pelo preconceito, seja da região de onde vem essa mulher, seja pela cor de sua pele, seja pela sua idade. Portanto, a questão racial e étnica está profundamente intercruzada com a questão de gênero, seja pela violência da opressão de gênero, seja pelas especificidades que envolvem a vida e as lutas das mulheres negras e indígenas, das trabalhadoras rurais e das migrantes (BENTO, 2004, p. 36).

Em *Sorte teve a Sandra*, a personagem principal vivenciou a subserviência e a objetificação sexual. Ao “trabalhar” de maneira ilícita, como empregada doméstica, e sem o menor respeito no ambiente de trabalho, teve de sujeitar-se aos abusos da patroa e demais membros da casa. A objetificação sexual, cujo auge foi quando Sandra começou a se prostituir, se faz presente desde o primeiro contato sexual, do qual resultou grávida. O “sumiço” do pai de seu primeiro filho, evidencia o interesse meramente sexual na jovem.

A evasão escolar de Sandra é, também, outro aspecto que vai ao encontro da realidade de muitas mulheres pobres e negras. Segundo Ribeiro (apud Bento, 2004) o fator histórico exerce forte influência sobre isto. Até 1930, o acesso à educação era vetado à população negra.

A fim de destacar a mudança legislativa sofrida ao longo das décadas, transcrevem-se os seguintes artigos da Constituição Federal de 1988 tratando sobre acesso à educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (BRASIL, 1988)

O texto legal atual frisa, de forma irrefutável, o direito à educação de todos os brasileiros, independentemente de cor ou gênero. No entanto, o fato de apenas 2% dos estudantes a ingressarem nas universidades serem negros (BENTO, 2004) denota uma realidade distinta. Se fazem necessárias mais ações – políticas, jurídicas, sociais – que rompam com o preconceito, enraizado na sociedade brasileira por anos de uma história de abusos contra a população negra.

Nessa busca pela equidade de gênero, reveste-se de importância a Lei 10639/03, que altera as *Diretrizes e Bases da Educação* para incluir a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-brasileira*. A seguir se transcreve:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

[...]

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra (BRASIL, 2003).

Houvesse aprendido sobre a riqueza e importância da cultura negra, teria ainda assim alisado os cabelos crespos? Muito provavelmente, teria começado a amar as características típicas de seu fenótipo negro, muito distintas do padrão eurocêntrico atual, mas não por isso menos belas.

Afirma Sant’Anna (2013, p. 124) que “parece que o corpo se tornou o centro de uma espécie de combate permanente, no qual aliados e inimigos pouco se distinguem.” Nesse

sentido, o corpo da mulher negra está em constante questionamento, por uma sociedade que pauta o “belo” por padrões de influência europeia. Desprezado ou excessivamente erotizado, fugir dessa dicotomia é um desafio ainda enfrentado por inúmeras mulheres negras.

Ao analisar a submissão feminina na sociedade, Bordieu (1996) orientava seus estudos considerando a imutabilidade das estruturas de dominação masculina, incorporadas pelas próprias mulheres. Sendo assim, muito embora esta proposta teórica não negue a existência de trocas simbólicas que fomentam aludida dominação, refuta a imutabilidade de tal configuração. Ao utilizar o texto literário para expôr algumas maneiras em que a mulher trabalhadora é oprimida dentro de nossa sociedade, este trabalho buscou desconstruir a percepção do feminino como “sexo frágil”, ao mesmo tempo em que afirma a fragilidade da *condição* de mulher trabalhadora. Desloca, portanto, a responsabilidade por tal vulnerabilidade do feminino – de imagem historicamente construída como débil – para a sociedade opressora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação realizou uma leitura interdisciplinar do conto *Sorte teve a Sandra*, do autor mineiro Luiz Ruffato. A análise almejou problematizar a figura da mulher trabalhadora, tanto na sociedade quanto na literatura.

Para tanto, o primeiro momento da pesquisa expôs uma breve retrospectiva das vivências do trabalhador brasileiro do gênero masculino. Partindo do trabalho escravo do indígena e do negro, perpassando as figuras do roceiro, imigrante europeu e, por fim, trabalhador assalariado livre, percebeu-se que o trabalhador sempre se encontrou em uma situação de opressão em relação ao patrão. Variou, porém, a intensidade e formas de exercer referida dominação.

Também foi argumentada, com o auxílio de teóricos da área, a possibilidade de estabelecer relações entre literatura e sociedade. A partir disto, verificou-se como a ausência de protagonismo social do trabalhador refletiu na falta de representatividade deste enquanto personagem na literatura brasileira.

A crença na distinção da experiência social em razão do gênero conduziu a, no segundo capítulo, realizar-se nova retrospectiva histórica do trabalho, porém com foco nas trabalhadoras. Dessa maneira, pode-se constatar que, ao contrário do que estabelece o senso comum, a mulher sempre foi figura atuante nos ambientes de trabalho. Sem, no entanto, qualquer reconhecimento pelas funções realizadas.

Semelhante à vivência feminina no ambiente de trabalho é a das mulheres no meio artístico. Embora sejam, também, produtoras de arte, reduzido é seu reconhecimento como tal, o qual leva ao número reduzido de obras artísticas e culturais de autoria feminina no imaginário social e nos espaços físicos destinados à divulgação cultural.

Em razão do escasso prestígio social e do machismo – que, atualmente, além da violência física, atua em sua forma velada – as artistas se viram forçadas a adotar estratégias que lhes permitissem escapar à repressão. Negar ser feminista e suavizar o caráter crítico de suas produções foram as maneiras mais comuns, e ainda adotadas hoje em dia.

No que se refere à maneira como a mulher é representada – com foco nesta como personagem literária – a análise realizada no final do segundo capítulo demonstra intensa estereotipação do feminino. As personagens são secundárias e nitidamente dicotômicas, alternando entre um ideal de beleza e feminilidade – opressor em sua inalcançabilidade – e a feiura e devassidão de uma meretriz. Prostituta ou santa, a personagem feminina na literatura

brasileira distancia-se do que, de fato, é a experiência de “ser mulher”. Dessa forma, praticamente inexistente representatividade feminina da mulher brasileira contemporânea que, além de desenvolver-se no âmbito familiar e afetivo, está cada vez mais inserida no mercado de trabalho.

Tendo em vista as constatações dos capítulos prévios, o conto *Sorte teve a Sandra* pode ser melhor compreendido em sua relevância, tanto literária quanto social. No último capítulo, portanto, se realizou a análise do conto, partindo da figura do autor – do qual não se pode negar a intencionalidade que imprime à obra de ficção – até o enredo, espaço e personagens do conto.

Integrando uma pentalogia de romances com foco no trabalhador brasileiro, o conto se destaca pois traz uma protagonista mulher, negra e pobre, em sua busca por melhores condições de vida. Ao analisá-lo, nota-se a maneira como as problemáticas do conto adquirem profundidade e verossimilhança, ao encontrar ecos na realidade. Embora a literatura não tenha compromissos com o real – visto que não existe, de fato, uma “Sandra” – ao partir da realidade e retornar a ela pelo ato da leitura, o texto ficcional carrega em si uma carga do real e, também, tem influência nele.

Seja por meio do uso de espaços físicos, os quais o leitor reconhece ou da linguagem que, em sua informalidade, se aproxima da falada no cotidiano, o conto permite conhecer um enredo que é ficcional, mas que poderia não o ser. Afinal, as vicissitudes enfrentadas pela personagem Sandra aproximam-se das dificuldades experimentadas todos os dias por milhares de brasileiras.

Sandra é mulher, pobre e negra mas, mesmo assim, almeja ser algo além de esposa ou mãe, indo além dos estereótipos sociais vigentes. No entanto, é massacrada por seu entorno que, embora ficcional, faz-se ao leitor tão real. A análise dos aspectos literários de *Sorte teve a Sandra*, dessa maneira, conduz ao questionamento da própria realidade.

Assim como acontece na sociedade, a personagem migra a um grande meio urbano e aceita trabalhar na ilegalidade. Do “trabalho” como empregada doméstica sendo menor de idade – ocupação explicitamente vetada pela lei – à prostituição – a qual incrementa sua condição de vulnerabilidade, além de a conduzir à rejeição social – a personagem vê suas condições de vida e trabalho gradativamente piorando, à medida em que o mercado de trabalho formal a rejeita.

As possibilidades de conseguir emprego para as mulheres, hoje em dia, não são similares. O conto evidencia isso por meio de outras personagens femininas. A patroa tem dinheiro, está num ambiente seguro em seu apartamento chique de Ipanema. A filha desta é jovem – como Sandra – mas irá “vencer” na vida: faz faculdade e, sem esforço, conseguirá o

diploma que lhe garantirá um emprego estável. Ambas mulheres, como Sandra, mas muito menos vulneráveis que esta.

A despeito das poucas páginas, um universo está inserido em *Sorte teve a Sandra*. Seu desfecho chocante, que revolta o leitor, incomoda pois ultrapassa a ficcionalidade do texto. Leva a questionar se estamos, ou não, contribuindo para a aniquilação de mais “Sandras”.

Toda mudança nasce de um incômodo. Todo problema, para ser solucionado, deve ser notado. Disto, a importância de *Sorte teve a Sandra*. É a realidade em toda sua violência que, uma vez vista, não pode mais ser ignorada.

Esta dissertação, portanto, buscou, demonstrar a eficácia que o texto literário tem em suscitar o debate e problematização sobre problemas reais. Almeja, dessa forma, ao maior destaque da mulher trabalhadora, tanto na literatura quanto na sociedade, pois compreende que ambas se relacionam de maneira indissolúvel.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **Senhora**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, Mary del. (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed., 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2015.
- ARRUDA, Luciana Martins; BORGES, Luiz Paixão Lima. Vinícius de Moraes. In: FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosario Gonçalves. (Org.). **Poemas brasileiros sobre trabalhadores: uma antologia de domínio público**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2011.
- _____, Luciana Martins; RETES, Lucas Moraes. Tomás Antônio Gonzaga. In: FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosario Gonçalves. (Org.). **Poemas brasileiros sobre trabalhadores: uma antologia de domínio público**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2011.
- ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Klick Editora, 1997.
- AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Klick Editora, 1997.
- BARBOSA, Paula Maciel. **A fazenda assombrada**: figurações da escravidão no romance *Til*, de José de Alencar. 2015 Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/97691>> Acesso em 10 abril 2017.
- BARRY, Peter. Os fins da teoria. In: **O lugar da teoria literária**. Florianópolis, Criciúma: EdUFSC, 2016.
- BARTRA, Eli. Arte Popular y Feminismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 30, jan. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9854/9088>>. Acesso em: 27 mai. 2017.
- BENTO, Maria Aparecida. A mulher negra no mercado de trabalho. In: **A mulher no mercado de trabalho**. Observatório Social Revista EM Ano 2, n. 5, março 2004.
- BORGES, Maria Celma. Escravos, roceiros e povos originários em Sant' Ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do sul de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). In: **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 45-67, jan. 2013. ISSN 1984-9222. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2012v4n8p45>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. Decreto-Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. Decreto-Lei n. 5.598, de 1º de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 dez. 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

_____. Decreto-Lei n. 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea "d", e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jun. 2008. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, jan. 1994, p. 179. Disponível em: <<https://periodicosufscbr/index.php/ref/article/view/16102/14646>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (org.); LOPES, Magda (trad.). **A Escrita a história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMARGO, Luís Gonçalves Bueno de. **Romance proletário em Raquel de Queiroz ou vendo o lado de fora pelo lado de dentro**. (1997). Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/letras/article/download/19026/12331>> Acesso em 13 abr 2017.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: **O Discurso e a Cidade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

_____. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

_____. **Literatura e Sociedade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

_____. A personagem do romance. In: **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CASTILLO, Juan José. **Las nuevas formas de organización del trabajo**. (1984). Disponível em <<http://reis.cis.es/REIS/PDF/REIS02611.pdf>> Acesso em 25 set 2017.

CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira; MENDES, Leonardo. **Naturalismo aqui e là-bas. O eixo e a roda.** vol. 18, n. 1, Belo Horizonte: UFMG, 2009.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** 1ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

COUTINHO, Andréa Senra; LOPONTE, Luciana Gruppelli. Artes visuais e feminismos: implicações pedagógicas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n 1, p. 181-190, Abr. 2015.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária hoje.** In: O lugar da teoria literária. Florianópolis, Criciúma: EdUFSC, 2016.

DALCASTAGNÈ, Regina. **A personagem no romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004.** 2007. Disponível em <[http:// www.Cronopios.com.br](http://www.Cronopios.com.br)>. Acesso em 15 mai 2017.

DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. In: **Revista CRH**, n.1, UFBA, 1996.

DRUCK, Maria da Graça. Flexibilização e Precarização do Trabalho: Novas formas de dominação social e política. In: **Flexibilização e Precarização do Trabalho: Novas formas de dominação social e política.** 2005, Porto Alegre: GRUPO DE TRABAJO 19: Reestructuración productiva, trabajo y dominación social, 2005.

FALEIROS, Rogério Naques; SOUZA, Bruno Gabriel Witzel de Souza. **O Sistema de Parceria e a Formação do Mercado de Trabalho Livre no Brasil:** Aspectos Inerciais (1840-1930). 2012 Disponível em < https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i2-0a8ddf43053be4cf6912350091cf942a.pdf> Acesso em 20 jun 2017.

FARIA, Antônio Augusto Moreira de; LORENZIN, Rosa Maria Saraiva; PINTO, Rosalvo Gonçalves. Trabalhadores protagonistas do discurso no conto de Machado de Assis *Pai contra Mãe*. In: **IV Simpósio Internacional SITRE Trabalho, Relações de trabalho, Educação e Identidade**, Belo Horizonte: 30 de maio a 1º de junho. Disponível em <<http://www.sitre.cefetmg.br/arquivos/anais/gt-02/sitregt02p489-trabalhoxeducaxoeinterdisciplinaridade/naformaxopermanentedotrabalhadoremsaxde.pdf>>. Acesso em 15 abr 2017.

FERREIRA, Assuéro. Migrações internas e subdesenvolvimento: Uma discussão. In: Revista de Economia Política, vol. 6, nº. 1, janeiro-abril/1986.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary del. (org.); PINSKY, Carla Bassanezi. (coord.), **História das Mulheres no Brasil.** 10ª ed., 3ª reimp., São Paulo: Contexto, 2015.

FRANCO, Stella Scatena; PRADO, Maria Ligia. Participação feminina no debate público. In: **Nova História das Mulheres no Brasil/ organizadoras** Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1ª ed., 1ª reimp., São Paulo: Contexto, 2013.

FRITZEN, Gecielli Estefania. **Uma leitura dos modeos de vida e do trabalho fabril no romance *De mim já nem se lembra*, de Luiz Ruffato.** [S.l.]: Virtual Books, 2015. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/135500/334830.pdf;sequence=1>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. 13. Reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOUE, Vincent. **Por que estudar Literatura?** São Paulo: Parábola, 2012.

LEIS, Héctor Ricardo. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. Silva. (Editores). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. Barueri: Manole, 2011.

MAIA, Cláudia Jesus; MOREIRA, Greiciellen Rodrigues. **Transgressão/Submissão feminina em Lucíola e Senhora de José de Alencar**. Florianópolis: Fazendo Gênero, UFSC 2010.

MEMMI, Albert. **Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador**. São Paulo: CIV Brasileira, 2007.

MESQUITA, Samira Nahid de. **O enredo**. São Paulo: Ática, 1987.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. Cultrix, 1969.

OLIVEIRA, Roberta Verás de. A reforma trabalhista e sindical e os desafios atuais da concentração social no Brasil In: **VIII Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 2004. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/RobertoVeras.pdf>> Acesso em 10 abr 2017.

ORLANDINI, Giovani Buffon. **Engajamento literário em Jubiabá**: o horizonte político da classe trabalhadora na posição ideológica do narrador. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/115704/000956458.pdf?sequence=1>>. Acesso em 18 de abr de 2017.

ORTIZ, Renato. **Cultura e desenvolvimento. Políticas Culturais em Revista**, 1, 2008. Disponível em < <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pgdrf/files/2010/10/Renato-Ortiz.pdf>> Acesso em 19 de mai. 2017.

OSORIO, Jaime. Biopoder y biocapital. **El trabajador como moderno homo sacer**. Argumentos 2006, 19 (septiembre-diciembre) Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59505205>> Acesso em 20 jan 2018.

PAHL, Ray. **Depois do sucesso**: Ansiedade e identidade fin-de-sicle. São Paulo: UNESP, 1997.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. A criação do texto literário. In: **Flores na escrivania**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

PINTO, Joana Plaza. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. (org.) **O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.

PRIORI, Mary del. Magia e Medicina na colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, Mary del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2015.

PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

ROCHA, Janine Resende. A literatura segundo Luiz Ruffato. **Revista do Centro de Estudos Portugueses**, [S.l.], v. 27, n. 37, p. 203-212, jun. 2007. ISSN 2359-0076. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cesp/article/view/6605>>. Acesso em 21 dez. 2017.

SANTANA, João Rodrigo Araújo. **A modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (1890-1908)**. Salvador: Pós graduação repositório UFBA, 2013.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Sempre bela. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SANTOS, Emanuella Gonçalves. **O paradoxo feminino em “O caso Morel”, de Rubem Fonseca**. Porto Alegre: PUCRS, 2008

SAYÃO, Deborah Thomé. **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu**. Florianópolis: v. 21, n. 1, p. 121-149, Perspectiva, 2003. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10210>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SERPA, Nara Cavalcante. **A inserção e a discriminação da mulher no mercado de trabalho: quetão de gênero**. 2010. Disponível em < <http://docplayer.com.br/22229151-A-insercao-e-a-discriminacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-questao-de-genero.html>> Acesso em 21 dez. 2017.

SILVA, Rosane Cordeiro da. **Entre missais e evocações: a prosa desterrada de Cruz e Sousa**. Florianópolis: Pós graduação repositório UFSC, 2006.

SILVA, Teresinha Vânia. Zimbrão; VIEIRA, Denise Adélia. Jorge Amado e o Romance Proletário. In: **Todas as musas**. Ano 04, Número 01, Jul-Dez 2012. Disponível em <http://www.todasasmusas.org/07Denise_Terezinha.pdf> Acesso em 22 mar 2017.

SILVA, Maria da Penha. **Mulheres negras: sua participação na sociedade escravista**. João Pessoa: Cadernos Imbondeiro, v.1, n.1, 2010.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SOUZA, Aínda Kuri. **A personagem feminina na literatura brasileira**. Criciúma: UNESC, 2005.

STEVENS, Cristina Maria Teixeira. Mães negras na literatura contemporânea: Construindo um novo imaginário. In: PINHEIRO, Alexandre Santos; CRUZ, Antonio Donizdeti da; ALVES, Lourdes Kaminski (org.). **Literatura e Relações de Gênero**. 1º ed. Cascavel: ABEU, Edunoeste, v, IV, p. 149-164, 2016.

VANNINI, Ismael. **Antonio. Crescei e multiplicai-vos: o papel da mulher no projeto imigratório (serra gaúcha – 1890 – 1950)** Fazendo gênero, UFSC, 2010.

VERSIANI, Daniela. **Todo enunciado é organização provisória**. Entrevista com Luiz Ruffato. RED. Revista de Ensaios Digitais. Rio de Janeiro: núm. 1, 2015. Disponível em <<http://revistared.com.br/artigo/89/todo-enunciado-e-organizacao-provisoria-entrevista-com-luiz-ruffato>> Acesso em 17 out. 2017.

VIANNA, Luiz Werneck. (Org.) **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/ FAPERJ, 2002.

WAJNMAN, Simone; GOMES, Anderson. **Diferenciais salariais segundo a posição de homens e mulheres nas famílias**. 2005 Disponível em < <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/GomesWajnman.pdf> > Acesso em 20 abr. 2017.

ZOLIN, Lúcia Osana. Questões de gênero e de representação na contemporaneidade. In: **Letras**, Santa Maria, v. 20, n. 41, p. 183-195, jul./dez. 2010.